



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO - IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
GRUPO PESQUISADOR EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMUNICAÇÃO E ARTE - GPEA

DENIZE APARECIDA RODRIGUES DE AMORIM

Orientadora: Profa. Dra. Michèle Sato

**O PROCESSO EDUCATIVO NA FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO DE
MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CASO DO ZONEAMENTO DE MATO GROSSO**



CUIABÁ
2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - UFMT
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO - IE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE
GRUPO PESQUISADOR EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMUNICAÇÃO E ARTE - GPEA

DENIZE APARECIDA RODRIGUES DE AMORIM

**O PROCESSO EDUCATIVO NA FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO DE
MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CASO DO ZONEAMENTO DE MATO GROSSO**

Orientadora: Profa. Dra. Michèle Sato

CUIABÁ
2011

DENIZE APARECIDA RODRIGUES DE AMORIM

**O PROCESSO EDUCATIVO NA FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO DE
MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CASO DO ZONEAMENTO DE MATO GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Educação, na área de concentração em Educação, linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, com especificidade para o âmbito da Educação Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Michèle Sato

CUIABÁ
2011

A542p

Amorim, Denize Aparecida Rodrigues de.

O processo educativo na formação de um grupo de trabalho de mobilização social no caso do zoneamento de Mato Grosso. Denize Aparecida Rodrigues de Amorim. -- Cuiabá (MT): Instituto de Educação/IE, 2011.

215 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós - Graduação em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Michèle Sato.

Inclui bibliografia.

1. Educação ambiental.
2. Políticas públicas – Participação popular.
3. Zoneamento socioeconômico ecológico – Mato Grosso. Título.

CDU: 37:504



Universidade
Federal de
Mato Grosso

Programa de Pós-Graduação em Educação

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFMT**

DENIZE APARECIDA RODRIGUES DE AMORIM

**O PROCESSO EDUCATIVO NA FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO DE
MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO CASO DO ZONEAMENTO DE MATO GROSSO**

BANCA EXAMINADORA

Michèle Sato – Orientadora – Presidente da Banca

Luiz Augusto Passos – Banca Interna

Irineu Tamaio - Banca externa

Edson Caetano – Banca interna (suplente)

Aprovada em 12 de setembro de 2011.

Dedicatória



Ato Público – Enterro do ZSEE – 16/12/2010 – Foto: Michelle Jaber.

A todos os militantes do **Grupo de Trabalho e Mobilização Social**, meu respeito e admiração por cada um de vocês que transforma a esperança em luta todo dia em nossas vidas.

*“Há homens que lutam um dia e são bons,
há outros que lutam um ano e são melhores,
há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis.”*
Bertold Brecht



AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus por ter me dado a vida, permitindo-me chegar até aqui, para realizar um sonho e conseguir alcançar este feito, e por ter colocado anjos em meu caminho para me acompanharem: obrigada, Senhor!

Agradeço de toda minha alma, porque minha gratidão é eterna, a cada um dos seguintes anjos neste caminho:

À querida orientadora Professora Doutora Michèle Sato por acreditar em meu potencial, compreendendo minhas dificuldades e aclarar os caminhos da pesquisa; pela força que me propiciou em todos os sentidos e, imensa generosidade que teve comigo – uma verdadeira educadora – exemplo de dedicação, de persistência e de liderança! Para mim foi uma honra compartilhar de seus ensinamentos que até em um passeio ou em uma conversa informal, Michèle está ensinando e compartilhando conosco sua mente maravilhosa e espalhando esperanças: *“Acredito que, em última análise, a função do líder é espalhar esperança”* (BOB GALVIN).

À amiga Lucia Shiguemi Isawa Kawahara pela generosa amizade, colaboração e fundamental parceria, antes de entrar para o mestrado e durante todo esse tempo. A pessoa que confiou e apostou em mim neste curso. Esta realização é para você querida, por ter me dado sempre mais do que eu pedi. Toda minha gratidão eterna!

À amiga Rosana Manfrinate pelo companheirismo, pelas reflexões sobre a vida, “amiga certa nas horas incertas, dizendo sempre as verdades com frases abertas”.

Às geniais amigas Michele Jaber e Regina Silva por terem acreditado em mim e sempre me apoiarem, exemplos de pesquisadoras e militantes a mostrarem que é possível ser tudo isso na academia e na vida, obrigada pelo convívio e generosidade.

À querida amiga Kelly Cristina Souza por compartilhar seus conhecimentos e amizade, mediante os quais podemos desenvolver o melhor de nós nas amizades.

Aos meus queridos, Herman Oliveira e Jorge Ramires, por estarem sempre por perto, pela grata confiança e força.

Aos queridos e queridas companheiros e companheiras do GPEA, em especial aos que convivi por mais tempo, e me ensinaram muito sobre a Educação Ambiental e a vida e

que participaram do processo de discussão desta dissertação: Debora Pedrotti-Mansilla, Maria Eliete (Lika), Imara Quadros, Ivan Belém, Sonia Palma, Samuel, Adriana, Aitana, Fernanda, Ronaldo Senra, Ronaldo Santana, Evandrus Cebalho.

Aos professores e técnicos, servidores do Instituto de Educação da UFMT, do Programa de Pós-Graduação em Educação, pelo apoio e compreensão em todos os momentos, em especial à professora Tânia Maria Lima Beraldo, a Luiza, Mariana, ao Jeison e a Patrícia Simone Nogueira, do Colegiado de Curso.

Aos professores Luiz Augusto Passos e Irineu Tamaio pela imensa generosidade em ler o texto e fazer os apontamentos necessários. Uma imensa alegria e gratidão por estarem comigo nesta caminhada!

Aos militantes do Grupo de Trabalho Mobilização Social (GTMS), os quais foram fundamentais para o meu crescimento pessoal. Ensinando-me, diariamente, que não devemos desanimar nunca. Vocês são a fortaleza em Mato Grosso!

Agradecimento especial aos meus sujeitos da pesquisa que solidariamente cederam seu tempo, com suas ideias e reflexões sobre o processo participativo do GTMS: Alonso Batista Silva, Andrea Aguiar Azevedo, Amanda Fernandes Camargo Nascimento, Antonio Carneiro Menezes, Fernando Francisco Xavier, Gilberto Vieira dos Santos, Isidoro Salomão, Mariléia Taiuá Oliveira Peruare, Michelle Tatiane Jaber, Solange Ikeda, Sinthia Cristina Batista e Tereza Neide Nunes Vasconcelos.

Agradecimento especialíssimo também a Mário Hashimoto, Aluizio Azevedo, Keka Werneck, Thiago Foresti, Lola Campos, Gilberto Vieira dos Santos por articularem minhas publicações de artigos em vários jornais, blogs e páginas na internet.

Aos servidores do Governo do Estado de Mato Grosso, da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, em especial nas pessoas que foram fundamentais neste processo desde o início como os secretários de planejamento, Yênes Magalhaes, Arnaldo Alves de Souza Neto, José Gonçalves Botelho Prado e a querida secretária, Regiane Berchieli, bem assim aos técnicos que muito me ajudaram desde o início desta jornada como a Dinalva Ferraz Ribeiro Cerqueira, o Vinicius Carvalho Araújo, Carla Cristina Araujo Vasquez, Marisa e Neuci Pimenta.

Ao amigo e companheiro na SEPLAN, o querido Ericnilson da Costa Lana pela solidariedade, amizade e sempre prontidão em ajudar e socializar conhecimentos. Aos técnicos e gestores governamentais do Estado de Mato Grosso pelo companheirismo e

apoio neste processo em especial a Márcia Rivera, Rita de Cássia Chiletto e Albertina Alves e Gisele Gugel. Ao Renato Moraes pelo apoio e generosa e fundamental colaboração na elaboração dos mapas, e ao Antonio Abutakka pelos textos enviados.

Aos companheir@s da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso pelo aprendizado proporcionado neste importantíssimo espaço de diálogo entre Sociedade e Estado.

A querida Dionéia da Silva Trindade, generosíssima, que me ajudou imensamente na revisão da dissertação!

Aos meus muito amados e queridos pais, Nilton Rodrigues de Amorim e Octacília Clara de Amorim: Obrigada por me fazerem chegar aqui!!!!!!

A minha irmã, Deise Maria Rodrigues de Amorim, presença fundamental para que eu pudesse chegar ao final dessa caminhada com êxito.

A minha tia-mãe, muito querida e amada, Ana Domitila de Amorim, pelo exemplo e carinho comigo.

Aos meus irmãos: José Tadeu, Apolo Nilton e João Vicente;

A minha sogra, Dona Iracilda Martins e as minhas cunhadas, Evania Martins, Inês, Leomar e Nice; aos meus sobrinhos Marco Antonio, Thiago Vinícius, Victor Lucas, Nairane e Gabrieli e a Geiza pelo tempo que ficaram com o Rodrigo para mim.

As minhas amigas, Marli Possamai e Ágape Grace, pela imensa compreensão quando queria conversar e a Alessandra Abdalla por acreditar em mim.

Ao meu companheiro de todas as horas que dá sorte na minha vida, Enildo, que me alegra vê-lo todo dia ao meu lado, um parceiro e adorável companheiro!

Ao Rodrigo, pela alegria de vê-lo crescer e, por você simplesmente existir!

Aos meus antepassados, obrigada por estarem comigo em pensamento, no coração e por terem vivido comigo. Saudades imensas de vocês. *In memoriam*: Davina Dias de Amorim, Germano de Amorim, Sofia Rodrigues de Amorim, Cecília Clara de Amorim e Cezarina Clara de Amorim, Hermano Claro de Amorim.

AMORIM, Denize Aparecida Rodrigues de. **O processo educativo na formação de um grupo de trabalho de mobilização social no caso do zoneamento de Mato Grosso**. 2011. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA). Cuiabá, 2011. Orientadora Profa. Dra. Michèle Sato.

RESUMO

Esta pesquisa em Educação Ambiental apresenta como objeto de estudo o Grupo de Trabalho Mobilização Social (GTMS), criado em 19 de agosto de 2008, por militantes participantes de redes, grupos, movimentos e entidades socioambientais atuantes em Mato Grosso, na ocasião dos conflitos instaurados nas audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, quando dos debates acerca da Política de Ordenamento Territorial e seu principal instrumento – o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE). Objetivou compreender como a participação popular constrói políticas públicas, de forma dinâmica e organizacional, em ações políticas de Educação Ambiental, percebidas sob a ótica dos sujeitos participantes. Estes, mediante reuniões, instituíram o GTMS, atuando na proposição e defesa de um projeto de ZSEE participativo, em Mato Grosso, e executado no período de 2008-2011. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante, levantando questões junto às ações do GTMS, referenciadas nas teorias de Educação Ambiental e políticas públicas. As reflexões materializaram-se em táticas participativas pedagógicas, construídas no transcorrer do processo de discussão para elaboração da lei do ZSEE. Táticas estas compreendidas à luz de uma comunidade de aprendizagem que aprendeu a participar durante o trajeto da caminhada, aproveitando as “brechas” da democracia representativa para se fazer ouvir e resistir como movimento que faz a política como militância. A força que imana dessa militância pode ser classificada como do “movimento”, “racional”, “coração”, “comunidade” entre outros nos quais os movimentos sociais encontraram motivação para o debate de uma política pública. Passados mais de três anos em que houve trocas de saberes, responsabilidades, experiências e de invenção de táticas participativas pedagógicas, o GTMS refletiu sobre sua forma de participação e militância, as quais traduzem os valores de um processo educativo que dão a forma concreta de uma ecologia de resistência, uma concepção ancorada na epistemologia, axiologia e praxiologia da Educação Ambiental realizada pelos movimentos sociais em Mato Grosso.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Políticas públicas. Participação.

AMORIM, Denize Aparecida Rodrigues de. **The educative process in the formation of a work group of social mobilization in the case of zoning of Mato Grosso.** 2011. 215 f. Dissertation (Master's program in Education), Federal University of Mato Grosso, Education Institute, Post-Graduation Program in Education, Research Group in Environmental Education (GPEA). Cuiabá, 2011. Advisor Prof. Dr Michèle Sato.

ABSTRACT

This research in Environmental Education presents as object of study the Social Mobilization Work Group (GTMS), created on August 19th 2008 by active militants that participate of nets, groups, movements and socio-environmental entities in Mato Grosso during the conflicts included in the public hearings carried out by the Legislative Assembly of Mato Grosso, in the debate of the Policy of Land Management and its main instrument – the Ecological Socioeconomic Zoning (ZSEE). This research aimed at understanding how the popular participation constructs public policies in a dynamic and organizational way, in political actions of Environmental Education, noticed under the point of view of the participant subjects. These, through meetings, created the GTMS, acting in the proposition and defense of a participative project of ZSEE, in Mato Grosso, and carried out in the period of 2008-2011. The methodology used was that of the participant research, raising issues along with the GTM Environmental Education and public policies. The reflections were materialized in pedagogical participative tactics, constructed during the process of discussion for the elaboration of ZSEE law. These tactics must be understood in the light of a learning community that learned to participate during the trajectory, taking advantages of the “gaps” of the representative democracy to make itself heard and to resist as a movement that transforms politics into a militancy. The strength that comes from this militancy can be classified as from “movement”, “rational”, “heart”, “community” among others in which the social movements found motivation for the debate of a public policy. After more than three years in which there were exchanges of knowledge, responsibilities, experiences and invention of pedagogical participative tactics, the GTMS reflected about its way of participation and militancy, which translate the values of an educative process that give the concrete form of an ecology of resistance, a conception based on epistemology, axiology and praxiology of the Environmental Education carried out by the social movements in Mato Grosso.

Keywords: Environmental Education. Public policies. Participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Algumas manifestações promovidas pelo GTMS	36
Figura 2 – Localização geográfica do Estado de Mato Grosso no continente Sul-americano	40
Figura 3: Divisão político-administrativa de MT	41
Figura 4: Divisão de Mato Grosso em 12 regiões de planejamento	43
Figura 5: Mapa do projeto do ZSEE, elaborado pelo Executivo Estadual e enviado a ALMT em abril de 2008	53
Figura 6: Ato público – Movimento Antiviolação – 20/04/2010	116
Figura 7: Gráfico representando os grupos de palavras que lembram “militância”	123
Figura 8: Palavras agregadas ao grupo “Movimento”	123
Figura 9: Palavras agregadas ao grupo “Racional”	124
Figura 10: Palavras agregadas ao grupo “Coração”	125
Figura 11: Palavras agregadas ao grupo “Comunidade”	126
Figura 12: Palavras agregadas ao grupo “Outros”	127
Figura 13: Respostas à questão “O que é militância?”	129
Figura 14: Mística de abertura do VI encontro da REMTEA	144
Figura 15: Reunião de avaliação do GTMS	148
Figura 16: Seminário “O Zoneamento de Mato Grosso: avaliação e perspectivas”	148

Lista de Quadro

Quadro 1: A relação nominal dos doze sujeitos da pesquisa, listados conforme entidade e no grupo.....	82
Quadro 2: Seminários e audiências públicas do ZSEE realizados pela ALMT durante o período 2008-2009	97

LISTA DE SIGLAS

ALMT	Assembleia Legislativa de Mato Grosso
ARPA	Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental
CIEA	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CJMT	Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente de Mato Grosso
CEZSEE	Comissão Estadual do Zoneamento Socioeconômico Ecológico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FLEC	Frente de Lutas das Entidades de Cáceres
FORMAD	Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
GPEA	Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte
GTMS	Grupo de Trabalho Mobilização Social
ICV	Instituto Centro da Vida
IE	Instituto de Educação da UFMT
MPE	Ministério Público Estadual
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MT	Mato Grosso
OPAN	Operação Amazônia Nativa
PPA	Plano Plurianual
ProMEA	Programa Mato-grossense de Educação Ambiental
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
REMTEA	Rede Mato-grossense de Educação Ambiental
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
ZSEE	Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO - MOVIMENTO PESSOAL: BIOGRAFIA ECOLÓGICA	16
CAPÍTULO 2 – HIPÓTESE E OBJETIVO	32
2.1 HIPÓTESE	33
2.2 OBJETIVO	37
2.2 MATO GROSSO E O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO ECOLÓGICO	39
2.3 A FORMAÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	56
2.4 POLÍTICA PÚBLICA NO OLHAR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	66
2.5 O INÍCIO DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM O GTMS	72
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA:	75
MOVIMENTO INVESTIGATIVO	75
CAPÍTULO 4 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:	90
MOVIMENTO REFLEXIVO	90
4.1 HISTÓRICO DA MOBILIZAÇÃO	91
4.2 DIÁLOGO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA	100
4.3 REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE PARTICIPAÇÃO SOB A ÓTICA DOS MILITANTES	102
4.4 QUAL É O CONCEITO DE MILITÂNCIA DESTE GRUPO?	119
4.5 MILITÂNCIA E PARTICIPAÇÃO: AÇÕES ENVOLVIDAS NA MÍSTICA	130
4.6 ECOLOGIA DE RESISTÊNCIA: UMA AÇÃO REALIZADA PELO GTMS	134
MOVIMENTO DINÂMICO: DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS ÀS ESPERANÇAS	142
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICES	161
ANEXOS	169

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

MOVIMENTO PESSOAL: BIOGRAFIA ECOLÓGICA



Ato Público – Enterro do ZSEE – 16/12/2010 – Foto de Michelle Jaber.

“Muitos me chamarão de aventureiro,
e o sou, mas de um tipo diferente,
sou daqueles que colocam a vida em jogo
para demonstrar as suas verdades”.

Che Guevara¹

¹ In: ANDERSON, J. L. **Che Guevara, uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p.734.



A realização de uma pesquisa participante requer o envolvimento do pesquisador como se imergisse numa mistura de tempo, conhecimento e ciência. E, também, dado o comprometimento do pesquisador, prazeroso à medida que torna palpável essa mesma investigação. Ao mesmo tempo, se torna uma opção mais trabalhosa por envolver toda a militância, as participações e, conseqüentemente, o próprio exercício de superar todo o envolvimento para se chegar ao entendimento teórico do mesmo.

Indubitavelmente que o movimento do distanciar e aproximar, entre o estranhamento e o maravilhamento investigativo é o que Brandão (1999, p. 9) corretamente afirma como “[...] nada melhor, portanto, e nada mais perigoso”. É melhor porque reflete temas que envolvem e interferem no emocional de cada um, difícil imaginar uma imparcialidade numa pesquisa com movimentos sociais. E é perigoso, porque no momento do distanciamento, na busca da reflexão, procurando o isolamento, requer um tempo de afastamento do movimento, e isso também interfere no emocional do pesquisador participante.

Dessa forma se apresenta o objeto da pesquisa e o envolvimento da pesquisadora na participação do debate de política pública com militantes sociais em Mato Grosso (MT): o Grupo de Trabalho Mobilização Social, chamado de GTMS. A formação deste grupo começou em 2008, quando se iniciaram os debates sobre o projeto de lei de ordenamento territorial do Estado de Mato Grosso e do seu principal instrumento – o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE). O GTMS passou a reunir pessoas, movimentos, grupos e entidades socioambientais para o enfrentamento e debate político do ZSEE.

Inicialmente, a participação no GTMS levou todas as pessoas a buscarem a compreensão do diálogo com vários grupos, unidos pela mesma motivação, mas também distantes por serem partícipes de outros costumes ou cultura dentro do grande Estado territorial brasileiro que é MT. E foi nesse diálogo, entre encontros e estranhamentos, que esses militantes dos movimentos sociais que atuam em diversas entidades socioambientais conseguiram formar uma frente de trabalho e estudos para o enfrentamento político de um tema polêmico. Entende-se que enfrentamento talvez seja a melhor definição para expressar, encarar ou atacar de frente os conflitos sociais,

resultantes de interesses diversos de alguns setores da sociedade mato-grossense, como o agronegócio, que devido ao poder econômico e concomitante ao poder político, influencia excessivamente todas as decisões políticas de Estado.

Desse modo, pelo envolvimento e experiência única, o GTMS torna-se assim objeto desta pesquisa, talvez pela admiração ou por conhecer a formação desse grupo que procura compreender as múltiplas percepções das pessoas e seus diálogos para o enfrentamento de conflitos internos e externos que possibilitem as aprendizagens e a militância em MT. Esse processo participativo de aprendizado de cidadania tornou-se pesquisa em Educação Ambiental, buscando compreender na reflexão sobre o mesmo, e nas contribuições geradas nos encontros dos militantes ou na arena pública o exercício do diálogo com os próprios pares e com o poder constituído.

Para ter plena condição de participação, desde o início de 2008 diversos fatores motivadores contribuíram para que no GTMS ocorresse experiência pessoal significativa e que induziram a escolha deste objeto de pesquisa. Anteriormente eu já havia participado de outros grupos ligados à Educação Ambiental, e antes disso, me formei em engenharia florestal e, nesse tempo, atuei no movimento estudantil. Ocorre que, por conta desse histórico e, por fazer parte profissionalmente da estrutura do planejamento governamental me chamou a atenção o longo processo de discussão do ZSEE.

A política de ordenamento territorial foi elaborada pelo executivo estadual, ao transcorrer de duas décadas. Iniciada ainda em 1989 e apenas em 2008 foi apresentada uma proposta finalizada à sociedade para debate público. Num paralelo pessoal, durante este tempo, ingressei na Faculdade de Engenharia Florestal nos anos 1990 e, nos anos 2000, entrei no serviço público, atuando em gestão de políticas públicas, aproximando-me da política de Educação Ambiental e do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA).

Essa é a história da participação, do envolvimento, dos encontros e desencontros na militância em torno dessa política que se estará refletindo por meio das percepções das pessoas que participaram do movimento no GTMS. A atuação como pesquisadora nos debates do ZSEE começou um pouco antes da formação do GTMS na questão do ZSEE, um caminho trilhado em busca da compreensão do que hoje se entende por Educação Ambiental e em cuja temática venho me envolvendo como servidora pública e que me leva a participar de comissões, redes e grupos de pesquisa.

Atuar de maneira intensa em mobilizações sociais que combatem às injustiças sociais sempre fora um desejo cultivado desde a juventude e que acalenta o sonho de viver numa sociedade verdadeiramente humana e justa. Logo, sonhar o mesmo sonho com outros é o que busco, compartilhando ideais com pessoas destemidas, sonhadoras, idealistas, que buscam um mundo socialmente justo e publicamente lutam por suas causas. Inicialmente, participando de grupos de jovens, nos anos 80, quando ainda estavam muito presentes os lemas da teologia da libertação e a Igreja ainda não estava tão dominada pela renovação carismática. Os desejos e aspirações eram por um mundo melhor, pelo combate às injustiças, ideais ligados a um cristianismo revolucionário, no qual se pode discutir o próprio bairro, em meio aos vizinhos, junto dos problemas sociais, propor e lutar por mudanças. Discutiam-se temas nacionais tais como as eleições. Os jovens de toda a cidade se reuniam para louvar a Deus e falar dos problemas do país e do entorno, despertando as mentes para a realidade brasileira.

O ingresso na Faculdade de Engenharia Florestal ocorreu nos anos 1990, curso escolhido por se querer conhecer mais os decantados biomas de MT, bem como poder trabalhar junto e pela natureza. Na época, pouco se sabia o que era ser um engenheiro florestal, mas isso pouco importava, pois a profissão seria apenas o passaporte para conhecer o universo verde das matas, das florestas, dos campos e dos cerrados no contexto de MT. Na verdade, conheci bem mais que flora e fauna do Estado, pois, como membro do centro acadêmico e da executiva nacional da Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal, pude conhecer um pouco da realidade da educação brasileira, da estrutura física e da disposição da política pública nas universidades.

Antes de ingressar na engenharia florestal, eu havia desistido do curso de História após ter cursado um ano letivo, devido a dois motivos: não ter encontrado companheiros para sonhar um mundo bom e por desejar conhecer mais a realidade de MT e sua natureza. Por outro lado, no curso de engenharia florestal, eminentemente técnico, deparei-me com algumas discussões sobre as questões sociais, contudo não havia disciplinas, que favorecessem o desenvolvimento mais humano do engenheiro, fundamentais a qualquer profissão.

Ao graduar-me em 1994, MT era uma região sem perspectiva para quem buscasse emprego e trabalho na área da engenharia florestal. Não havia demanda para projetos de licenciamento e também percebi que o curso não preparava para atuar na

vida profissional como um empreendedor, pois não houve práticas e experiências sobre o mercado, sobre as relações econômicas e principalmente as relações sociopolíticas que esta profissão exige e merece num Estado agroexportador de matéria-prima, e que está entre a floresta amazônica e o avanço da agropecuária.

Por coincidência à formatura, o Estado lançou um processo seletivo público para contratar técnicos que atuariam em levantamentos de dados para a construção do ZSEE em todo o território mato-grossense. Participei do processo seletivo que teve várias etapas, mas não alcancei a aprovação final e a consequente contratação, infelizmente, pois gostaria muito ter conhecido mais MT e participado desse processo de estudos.

Ainda hoje acredito que o único motivo da não contratação, já que a maioria dos aprovados era também contemporânea no curso, fora a resposta fornecida durante uma dinâmica de grupo em que se verbalizou o seguinte: “[...] o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra era um movimento social legítimo e que apoiava este processo coletivo de participação”.

Após ter enfrentado diversas dificuldades na tentativa de exercer a profissão de engenheira florestal, durante os anos em que não havia apoio e projetos nesta área em MT, busquei a preparação para ingressar no serviço público, tendo em vista um perfil que tenho de ser mais propositiva com as adequações da sociedade às leis ambientais do que propriamente fazer o contraponto de atender mais o proprietário rural, independente das leis.

Em 2001, fui aprovada em concurso público estadual para exercer o cargo de Gestor Governamental na Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de MT. Neste cargo, pude ter acesso ao universo da elaboração, implantação e execução do Plano Plurianual, conhecido como PPA². A oportunidade de estudar os instrumentos de planejamento e orçamento me levou a busca por mais compreensão das políticas públicas para além da definição dentro do Estado. Durante este período, também participei de

² A obrigação de elaboração do Plano Plurianual (PPA) está inserida no art. 165, da Constituição Brasileira de 1988. Este plano deve ser apresentado como anexo de Lei, obrigatório para a União, Distrito Federal, Estado e Município. No PPA deve conter as ações para um período de quatro anos, elaborado no primeiro ano de governo eleito, devendo ser cumprido nos próximos quatro anos. O Legislativo deve votar no primeiro ano de mandato do Executivo.

duas especializações: em Controle Externo e em Avaliação de Políticas Públicas, relevantes na compreensão da complexidade sobre a atuação do setor público.

Como servidora pública, aprendemos logo no ingresso os conceitos sobre políticas públicas, principalmente o conceito de Rua (1998, p. 1) que diz “[...] políticas públicas (*policies*) são *outputs*, resultantes das atividades políticas (*politics*) [...] compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.”

O termo *policies* representa os conteúdos, a parte mais visível que está descrita nos instrumentos de planejamento de governo de MT. As atividades políticas são o processo em que se dá o embate público de uma política pública, o enfrentamento mais visível socialmente dos interesses, conforme explica Frey (2000, p. 216) “[...] o quadro da dimensão processual *politics* tem-se em vista o processo político, freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição.”

Ao me inserir na carreira pública, devido ao interesse natural pela área ambiental, fui convidada, na Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN), para assessorar o planejamento e orçamento público da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), dentro da própria estrutura do planejamento. Dessa maneira, pude participar da oficina de construção do Programa Mato-Grossense de Educação Ambiental (ProMEA), em 2004, e conhecer os educadores ambientais atuantes em MT, quer sejam de governos, de organizações não governamentais, de universidades e mesmo ativistas e ambientalistas que militam há décadas na área. Participaram dessa oficina pessoas que estão sempre discutindo, debatendo, propondo e avaliando a política de Educação Ambiental. Consequentemente, esse encontro foi importante para a atuação como servidora pública, uma vez que trabalho com a elaboração de programas³ no Estado de MT, propiciando uma relação com os atores sociais da política pública. A partir dessa oficina, me envolvi com esta política, participando também nesse mesmo ano do V Fórum

³ De acordo com artigo 3.º, da Lei Estadual de Mato Grosso n.º 8.827/2008, que regulamentou o PPA 2008-2012, “[...] entende-se por programa o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema, o atendimento de uma demanda da sociedade ou uma oportunidade de investimento.”

Brasileiro de Educação Ambiental, realizado pela Rede Brasileira de Educação Ambiental em Goiânia.

Nesse encontro em Goiânia, percebi o quanto a Educação Ambiental está envolvida na promoção do diálogo entre vários setores da sociedade brasileira, tanto de todos os governos (federal, estaduais e municipais) e de pessoas comuns, como também de representantes de organizações não governamentais, escolas, universidades, empresas, movimentos e grupos sociais. Esse encontro se tornou um evento muito significativo de interesse e envolvimento com a temática, aliado a atenção especial às políticas públicas:

Os Fóruns mostraram-se importantes espaços para se discutir Programas e Políticas Regionais, Nacionais e Internacionais em Educação Ambiental, contexto em que se ampliou e aprofundou uma discussão quanto os princípios e as ações em Educação Ambiental que se pretende fortalecer no país. (SOUZA, 2007, p. 132).

A partir desse momento, minha atuação como servidora pública na SEPLAN começou a se direcionar para o entendimento da política de Educação Ambiental, aliando-se à função exercida de gestora governamental⁴, buscando aperfeiçoar os aspectos formais do planejamento, aprofundando-se nos aspectos teóricos de uma política pública.

A aproximação junto à equipe de Educação Ambiental me propiciou a integração com as outras áreas da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de MT, fator essencial para o desenvolvimento dos trabalhos com o planejamento público. E essa parceria com a equipe da Educação Ambiental da SEMA foi fundamental para meu comprometimento profissional e pessoal, e entendo que isso faz parte da ação-reflexão da área que busca congrega todos nesse conhecimento. O vínculo com a temática foi se tornando muito mais forte, quando em 2006, a equipe de Educação Ambiental da SEMA propôs à SEPLAN uma mudança da forma e do conteúdo para o “Programa Educação Ambiental Integrada”, inserido no Plano Plurianual 2004-2007 de MT. Tal mudança nos rumos de

⁴ A carreira de Gestor Governamental, também podendo ser chamada de Especialista em Políticas Públicas, criada por lei, no governo estadual, em 13/12/2000. Uma das atribuições desta carreira é contribuir para o aperfeiçoamento das ações governamentais. A carreira existe no governo federal, e também em alguns Estados e Municípios, mas cada ente federativo tem sua lei específica, não sendo, portanto, uma carreira única.

uma política, em planos governamentais, não é muito comum e de difícil aceite pela burocracia do Estado. Exige um processo de enfrentamento, principalmente entre os servidores de órgãos diferentes, envolve tempo e consenso de propostas até chegar a uma decisão política, resultando em uma mudança legal, passando ainda pelo rito do legislativo estadual.

Nesse sentido, foi muito inovadora e corajosa a iniciativa da coordenação da Educação Ambiental da SEMA, principalmente da analista ambiental, Regina Balata, que soube compreender a situação do programa desde 2004 até 2006, visualizando o que aconteceria com o programa no ano seguinte (2007), caso não houvesse uma alteração nas ações do plano. Junto com a coordenadora, também estavam mais duas servidoras analistas ambientais da SEMA, que foram importantes ao processo e também para o meu envolvimento na Educação Ambiental: Gleidy Arruda e Lucia Shiguemi Isawa Kawahara. Tais servidoras foram responsáveis pela mudança na lei e a consequente revisão da estrutura das ações do programa de Educação Ambiental Integrada no triênio 2004-2007⁵. E foi nessa proposição que o programa se tornou totalmente condizente com as diretrizes do ProMEA, e assim permanece no PPA 2008-2011, com algumas inovações. Essa iniciativa é uma pequena amostra do processo de elaboração de uma política pública, que é realizada constantemente, ocorrendo em qualquer etapa do chamado ciclo de gestão, mas que precisa ser motivada e, sobretudo, necessárias vontades técnicas e políticas aliadas a um interesse social muito determinante.

Após este contato direto na revisão do programa, iniciei de fato uma participação na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) estabelecendo um vínculo com os educadores ambientais e servidores da SEMA. A CIEA é um órgão colegiado, formado por entidades governamentais e da sociedade civil, e tem como premissa ser um espaço de educadores ambientais atuantes na definição e rumos da política pública de Educação Ambiental, permeada pelos princípios da sustentabilidade na construção de políticas públicas, conforme um documento oficial sobre elas:

⁵ A revisão do PPA 2004-2007, incorporando o ProMEA ao programa “Educação Ambiental Integrada”, foi publicada em Lei Estadual n.º 8.618, de 26/12/2006.

As CIEAs são colegiados estaduais que têm como missão mais ampla propor as diretrizes da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, coordenando e interligando as atividades relacionadas à educação ambiental [...]”. (BRASIL, 2005, p. 28).

Todos os Estados e Municípios do Brasil são incentivados pelos Ministérios de Meio Ambiente e de Educação a criarem estas instâncias de diálogos para que, entre outras atribuições, possam elaborar e propor diretrizes para a Educação Ambiental, devendo ainda acompanhar e avaliar suas ações. Em MT, a CIEA existe desde 2001, idealizada pela luta de educadores ambientais de MT e formalmente instituída pelo Governo de MT no Decreto Estadual n.º 3.449, de 28 de novembro de 2001⁶, tornando-se um dos primeiros Estados a instituí-la e, com uma característica especial, de compô-la de representações da sociedade civil e de órgãos e entidades governamentais, em igualdade de número, justamente para propiciar um diálogo entre esses atores e ações mais democráticas.

Tive a oportunidade de participar, em julho de 2007, do Encontro Nacional das CIEAs, ocasião em que pude conhecer a realidade da Educação Ambiental em todo o Brasil e também gestores públicos de relevância, como Marcos Sorrentino, um dos expoentes na área, quando em suas arguições, aludiu sobre a importância de aliar gestores públicos e práticas educativas na elaboração e implementação de políticas públicas para a EA⁷:

A educação não se faz de fora para dentro. Uma educação se constrói conjuntamente e assim promove mudanças culturais no fazer pedagogia e educação para a política pública. Não se faz Educação Ambiental sem política pública. A área de Educação Ambiental se faz com gestores públicos.

Em 2007 assumimos a coordenação da CIEA, representando a SEPLAN. Esta secretaria foi eleita como uma das cinco coordenadoras da comissão. Pelo regulamento da CIEA, duas instituições são coordenadoras permanentes (SEMA e SEDUC) por determinação legal como gestoras da política pública de Educação Ambiental, e as outras três instituições são eleitas a cada dois anos para comporem a coordenação. Nesse

⁶ A CIEA-MT dispõe de informações sobre sua atuação na internet <<http://cieamt.wordpress.com>> e homepage da SEMA-MT <http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=29>.

⁷ AMORIM, Denize Aparecida Rodrigues. Relatório de Viagem a Salvador no Encontro das CIEA. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/html/internas.php?tabela=paginas&codigoPagina=277>>.

período, foram eleitas além da SEPLAN, o Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente de Mato Grosso (CJMT) e a Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA).

Em 2008, fui indicada pelos representantes da CIEA para atender à convocação do Decreto Executivo Estadual n.º 1.139, de 31 de Janeiro de 2008⁸, a partir do qual 47 entidades passaram a compor a Comissão Estadual do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (CEZSEE). Esta debateu o projeto de ZSEE entre os dias 31/03, 01 e 02/04 de 2008, no município de Cuiabá-MT.

Nesses dias de seminário houve apresentação do conteúdo do ZSEE, inclusive a metodologia da oficina encaminhou votação sobre os temas. Pouco se pode fazer para mudar o projeto e acredito que quase nada se fez enquanto Comissão. A apresentação das propostas e diretrizes às entidades foi realizada pelos técnicos da SEPLAN e da SEMA, propiciando, de certa forma, algumas discussões. Entretanto o tempo destinado ao evento e o número reduzido de pessoas presentes foram cruciais para o singelo grau de aprofundamento nas discussões e insuficiente compreensão da proposta do ZSEE. Foi a primeira e única tentativa, via Executivo, para ouvir a sociedade civil sobre essa política pública. Há inclusive algumas críticas sobre essa reunião por outras entidades participantes:

As alterações aprovadas pela Comissão foram consolidadas e incorporadas ao documento final do zoneamento, versão do executivo estadual. Todavia, o processo de construção do ZSEE de Mato Grosso não implementou etapa fundamental no processo de construção do documento final enviado ao poder legislativo, qual seja, a participação popular, a despeito de no apagar das luzes, ter constituído a Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso, e, ter realizado um seminário temático na capital do estado. (WERLE, 2010, p. 4).

Após esse seminário, o Poder Executivo Estadual em 24/04/2008 protocolou na Assembleia Legislativa de MT, doravante denominada ALMT, a mensagem n.º 25/2008, encaminhando o projeto de lei n.º 273/2008 que institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de MT e seu mais importante documento – o ZSEE⁹. A

⁸ O Decreto pode ser acessado no site do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso: <http://www.iomat.mt.gov.br/do/navegadorhtml?edi_id=1639>

⁹ Relatório sobre esse processo pode ser encontrado na página virtual da Assembleia Legislativa de Mato Grosso: <<http://www.al.mt.gov.br/V2008/Raiz%20Estrutura/Zoneamento/default.asp>>.

partir desse recebimento, a ALMT começou a organizar internamente os trabalhos para a realização de audiências públicas com o objetivo de discutir socialmente tal projeto de lei.

Na CIEA, as informações sobre o seminário do ZSEE que participei no início de abril de 2008 foram socializadas tanto por escrito como também em reuniões, em conversas informais e na lista virtual da comissão. Porém, logo percebemos que a maioria das pessoas continuava não compreendendo a proposta do ZSEE e, então, a CIEA solicitou à SEPLAN uma apresentação do projeto à comissão. Em 14 de maio de 2008, técnicos da SEPLAN apresentaram de modo sintético as propostas do ZSEE para a CIEA, com espaço para perguntas, no qual a Comissão percebeu que ainda poderia sugerir propostas ao projeto.

Esse mergulho na gestão de Educação Ambiental levou-me a escolha de um caminho, no qual passei a me inserir tanto na CIEA, como também na Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental (REMTEA)¹⁰, a qual reúne pessoas, instituições, movimentos, grupos de MT e do país inteiro. Logo de início, percebi que a REMTEA tem uma atuação bem diferente da CIEA. Na REMTEA o diálogo não tem as barreiras dos cargos institucionais que cada pessoa representa. Nessa rede podemos desenvolver opiniões e reflexões sem as amarras de estar representando uma instituição. A REMTEA é compreendida por uma premissa de uma relação horizontal no diálogo, sendo, por isso, a participação nas discussões, em sua rede virtual, bem mais intensa e politicamente diversa do que na CIEA.

Contudo, minhas reflexões sobre a atuação na política de Educação Ambiental exigiram mais aprofundamento nas atuações pela CIEA e pela REMTEA, que ainda não expressavam uma compreensão desejada. Em abril de 2008, após a participação em algumas reuniões e a identificação com os projetos de pesquisa, fui aceita pela professora Michèle Sato, no Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA)¹¹, do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). No GPEA abriu-se possibilidade para aperfeiçoar e aprofundar meus conhecimentos em Educação Ambiental, procurando sempre uma compreensão sobre políticas públicas.

¹⁰ A REMTEA tem lista virtual, página <<http://www.ufmt.br/remtea/>> e blog na internet <<http://remtea.blogspot.com/>>.

¹¹ O GPEA tem uma lista virtual e página na internet <<http://www.ufmt.br/gpea/>>.

Essa entrada no GPEA foi um fator decisivo nesse sentido e, com o tempo, também fui percebendo que no grupo, não só os estudos e a pesquisa são fundamentais, mas, essencialmente, é preciso ter engajamento com a pesquisa, num diálogo intenso com os sujeitos e o comprometimento com suas causas.

O GPEA atua na pesquisa científica envolvida na luta do movimento ecológico. Seus integrantes participam dos espaços de diálogo com a sociedade para que a pesquisa não seja desvinculada do interesse social, podendo com isso colaborar com o pensamento e reflexão sobre vários temas. Compreendi que o GPEA é um grupo diferenciado de pesquisa que possibilita aliar militância à pesquisa, reiterando o que diz Silva (2006, p. 73):

[...] o GPEA aposta nesta ousada construção, que possibilita a emancipação dos sujeitos, na formação de coletivos educadores que evidencie na práxis as peculiaridades do caráter político da Educação Ambiental.

Seus integrantes participam de outros grupos quer sejam de mobilização social, institucionais, de parcerias, e que podem juntos fazer um trabalho de controle social das políticas públicas. Este grupo pesquisador procura fazer do primado de Paulo Freire – ação-reflexão – a base de suas ações, esse fato me influenciou decisivamente na escolha do objeto de pesquisa.

A partir desse momento, minha compreensão sobre Educação Ambiental foi se consolidando de tal modo que hoje entendo que somente a participação como servidora pública na elaboração de planejamento e orçamentos, ou mesmo numa atividade burocrática colegiada, ou em redes de ativismo e militância, não me possibilitaria alcançar o que venha ser este campo de conhecimento de modo completo. Além de pensar a Educação Ambiental como instrumento de gestão, muito ligado à área de planejamento, percebi que enquanto área de conhecimento, ela busca transformar a pessoa e sua relação com o mundo, mas deve ser realizada no coletivo, envolvendo a sociedade, influenciando decisões políticas públicas, participando ativamente do processo de mudança social.

Por isso, participar do GPEA além de diretamente possibilitar minha volta à academia, decisivamente ampliou minha compreensão acerca do conceito de políticas públicas, me qualificando na função exercida no Estado de modo que posso compreender

ainda mais o papel transformador de uma ação pública aliada aos movimentos sociais. A busca pelo aperfeiçoamento do conhecimento de política de Educação Ambiental forneceu muito mais do que entender os elementos para o trabalho de elaboração, acompanhamento e avaliação de programas de Estado. Por estar participando da comissão que discute a política (CIEA) e também por participar de uma rede que debate não só o papel do Estado na gestão da mesma, mas também a elabora e a executa, o ingresso na academia possibilitou uma compreensão desta temática e um exercício de reflexão e ação na luta e engajamento socioambiental político.

Participando da CIEA, REMTEA e GPEA compreendi as premissas da Educação Ambiental e, desse modo, me inseri nos debates promovidos pelas audiências públicas sobre o projeto de lei de ordenamento territorial. Em junho de 2008, a ALMT iniciou as audiências públicas para a discussão do ZSEE. A metodologia estabelecida na primeira audiência em Cuiabá era: em uma manhã a ALMT apresenta o projeto à sociedade, e na outra manhã levanta as discussões. Dessa forma, em 10 de junho desse ano realizou-se o primeiro seminário e, no dia 23 do mesmo mês, a primeira audiência do ZSEE. Estive presente e constatei pouquíssima participação da sociedade civil, o número de participantes foi bem abaixo do esperado pelos próprios parlamentares, conforme seus discursos.

A segunda audiência pública do ZSEE ocorreu na cidade de Rondonópolis. A metodologia de apresentar o ZSEE foi modificada pela ALMT e promovendo-se um seminário mais ampliado e audiência na mesma semana. O seminário aconteceu em 10/07/2008, oferecido nos turnos matutino e vespertino. Enquanto que, na manhã de 11/07, houve uma votação pelos participantes das demandas. A audiência com a presença de deputados e demais autoridades públicas ocorreu na manhã do dia 12/07 apenas lendo-se o que foi aprovado no seminário. Estive presente e também notei pouca participação da sociedade civil, embora muito mais expressiva daquela ocorrida em Cuiabá. Nesse encontro conheci algumas pessoas da região, que mais tarde tornaram-se participantes do GTMS.

Após a audiência de Rondonópolis, a CIEA, REMTEA e o GPEA realizaram um *workshop* sobre a temática ZSEE, evento chamado “satélite” ao 8th *International Association for Ecology* (INTECOL). O evento ocorreu em 24 e 25 de julho de 2008 na cidade de Cuiabá. Nesse *workshop* produzimos um documento denominado “Carta

Cidadã”, que foi protocolada na Assembleia Legislativa do Estado e divulgada em várias páginas na internet¹².

A partir desse *workshop*, representando a CIEA, REMTEA e GPEA, participei da terceira audiência pública, promovida pela ALMT na cidade de Paranatinga, nos dias 07, 08 e 09 de julho de 2010. Nessa ocasião, na plenária da audiência, no dia 9 de junho, li a Carta Cidadã CIEA-REMTEA, protocolando novamente o documento na Comissão Especial do Zoneamento Socioeconômico Ecológico, criada pelo Poder Legislativo para discutir o ZSEE. A partir dessa audiência, se iniciou toda a história do GTMS, pois foi nesse momento que nos deparamos com o conflito estabelecido entre o movimento social e os representantes dos interesses do agronegócio em MT, o que impulsionou a nós dos movimentos sociais de MT a decidir para mobilizar mais atores sociais para o enfrentamento público nas audiências do ZSEE. Essa proposta de militância e de estudo do processo que se está vivenciando sempre foi uma questão fundamental para o crescimento e compreensão do mundo.

Minha participação nesse processo de debate público desde o seu início, proporcionou-me a compreensão sobre a importância de refletir essa ação em uma pesquisa de mestrado, aliando a militância com os movimentos sociais, na discussão da formação de uma política pública, como aprendizado de Educação Ambiental. Ao atuar no GTMS no decorrer desses três anos pude compreender o processo, que ainda está em curso, e que não se encerra simplesmente com a votação da lei. Assim, esta pesquisa está organizada na temática e no processo desse movimento e, por meio da metodologia da Pesquisa Participante, buscamos compreender como se forma a luta por dentro dos movimentos sociais, refletindo as táticas utilizadas e elaboradas pelo grupo para a ação. Para tanto entrevistamos 12 sujeitos, selecionados no GTMS, para dialogar sobre as ações do movimento.

Então, como bem se pôde observar, no Capítulo I entreabrimos nosso diálogo fazendo breve contextualização acerca da importância da realização desta pesquisa no âmbito da Educação Ambiental, destacamos seu objetivo e sua relevância social. Sempre

¹² A ALMT não tem protocolo com autenticação, temos apenas assinatura de que a “Carta Cidadã” foi recebida, duas vezes pelo legislativo estadual. A Carta Cidadã CIEA-REMTEA está disponível em várias páginas na internet.

com enfoque para a Educação Ambiental, discutimos sobre a participação das pessoas, nos movimentos sociais, como impulsionadora da construção de políticas públicas que venham ao encontro das necessidades sociais. Evidenciamos como se deu nossa aproximação e ingresso no GTMS mediante algumas memórias de nosso percurso acadêmico, profissional e ecológico entrelaçados à criação e ações deste Grupo de Trabalho e seu comprometimento com o ZSEE.

No Capítulo II, com o título “Hipótese e Objetivo”, procuramos refletir como uma Educação Ambiental pode tornar os sujeitos emancipados e lutadores de sua condição de cidadão do mundo, e nesta condição colaborar com a elaboração de políticas públicas, atuando de modo participativo e propositivo. Para isso, a compreensão deste movimento é por dentro de uma participação com os atores sociais, que discutem e elaboraram a política pública do ZSEE, ouvindo estes sujeitos e atuando juntamente com eles na missão de participante e pesquisadora do movimento.

O capítulo III, denominado de “Metodologia: movimento investigativo”, foi pensado com o fito de evidenciar o caminho da Pesquisa Participante como forma de militância junto aos movimentos sociais, discutindo os elementos para que esta pesquisa possa ser um referencial junto à política pública em questão, como uma forma de registro e percepção sobre este processo que ainda está em curso. Nele estão apresentados os sujeitos e as perguntas que nos levaram não só as discussões, mas também à compreensão de todo este processo de participação.

No Capítulo IV, designado de “Discussão dos resultados: movimento reflexivo”, desfiamos as minúcias acerca do momento em que se evidencia a opinião dos sujeitos, suas reflexões e as percepções sobre o movimento, um momento em que se pode participar da descoberta de sonhos que os participantes sentem e os mantêm neste grupo. Destarte, foram escolhidas questões para aprofundar na reflexão do que seja participação e militância, questões estas que nos fazem compreender mais este processo e que nos levam à compreensão dos resultados.

No Capítulo V, denominado de “Considerações Finais: movimento dinâmico – da construção das políticas às esperanças”, momento após este mergulho nas ideias, pensamentos e reflexões em que se pode evidenciar a compreensão alcançada sobre o processo de caminhada do GTMS, nisto consistindo o encantamento da realização de uma pesquisa que carrega em si muitas expectativas. Mostrando que a caminhada da

discussão política ainda não acabou e que a conquista está nessa caminhada, na qual o projeto do ZSEE foi um elo para unir pessoas, grupos, movimentos e entidades socioambientais de MT que há muito os militantes sonhavam com este momento.

CAPÍTULO 2 – HIPÓTESE E OBJETIVO



I Seminário de Mapeamento Social – outubro de 2008 – foto de Regina Silva.

“Deve ser dito com toda sinceridade que em uma verdadeira revolução, na qual se entrega tudo, sem esperar nenhuma retribuição material, a tarefa do revolucionário de vanguarda é ao mesmo tempo magnífica e angustiante [...] Nestas condições é necessário ter uma grande dose de humanidade, uma grande dose de senso de justiça e de verdade, para não cair em extremos dogmáticos, [...] no isolamento das massas. É necessário lutar todos os dias para que este amor pela humanidade se transforme em fatos concretos, que sirvam de exemplo, de mobilização....” **Che Guevara**¹³



¹³ In: TAIBO II, P. I. **Ernesto Guevara, também conhecido com CHE**. Tradução [de] Cláudia Schilling, Magda Lopes, Maria Carbajal, 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008, 728p. [p. 432.]

2.1 Hipótese

É possível pensar em uma Educação Ambiental mobilizadora de multidões, que enfrenta uma causa socioambiental com os poderes instituídos e o capital num embate público? Somente primando pelo “Tratado de Educação Ambiental para Responsabilidades Globais e Sociedades Sustentáveis” e pelas políticas públicas construídas de modo participativo com os movimentos sociais e a militância podem contribuir para uma Educação Ambiental mais política e “revolucionária”. Uma Educação Ambiental revolucionária é no sentido mesmo que venha da luta das pessoas que queiram transformar a realidade e estejam dispostas a organização e a cooperação com vários movimentos para permanentemente assumirem os processos da mudança. O “Tratado de Educação Ambiental para Responsabilidades Globais e Sociedades Sustentáveis” é um compromisso assumido durante a realização do Fórum Global, espaço de discussão das organizações não governamentais de todo o mundo sobre o meio ambiente, que se realizou em 1992, num evento paralelo à “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, mais conhecida por ECO-92. Seus princípios contribuem para uma atuação cidadã, comprometida com a transformação social e em busca de mudanças nos rumos das políticas. Sabendo que a Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica, portanto é um ato político, baseado em valores para a transformação social e que deve facilitar a cooperação mútua e equitativa dos processos de decisão, em todos os níveis e etapas, num movimento de mobilização social encontrando nos seus mandamentos toda a essência para a ação-reflexão.

Para isso, é necessário o distanciamento dos ideários liberais da liberdade individual, para se deixar levar pelas descobertas por meio da aprendizagem coletiva, como uma comunidade que interpreta os fenômenos, reconhecendo as forças contrárias e lutando contra a castração e domesticação hegemônica. Assim, as pessoas estão dispostas aos embates nas lutas, fortalecidas na formação política coletiva, como propõe Brandão (2005, p.90):

[...] em todos os espaços onde houver um diálogo, e um ambiente para a troca de saberes, se houver a predisposição é o espaço propício para uma comunidade de aprendizagem. Nessa dimensão educativa, todos têm algo a ouvir e a dizer. Algo a aprender e algo a ensinar. São lugares de trocas e de reciprocidades de

saberes, mas também de vidas e de afetos, onde a aula expositiva pode ser cada vez mais convertida no círculo de diálogo.

Podemos dizer que há nesta comunidade uma relação de afetos, de compromissos, na luta, um com outro, durante o processo de construção da realização do objetivo comum, podendo ampliar a capacidade de articulação entre os indivíduos, grupos e movimentos, tornando também uma comunidade política. Também Avanzi e Malagodi (2005, p.95) conceituam este tipo de comunidade como interpretativas “[...] um encontro entre diferentes interpretações da realidade, construindo uma compreensão mais ampla que não seria alcançada por um intérprete individualmente.”

Somente dentro da perspectiva do diálogo, do conhecimento e da troca de saberes em grupo que a Educação Ambiental coletiva é capaz de promover o controle social participativo. Assim, ela é um convite ao abandono do individualismo, que não é uma tarefa fácil, vivendo neste mundo capitalista que orienta atitudes como de não se envolver, de cuidar somente do que é seu, de conseguir sua posse material, orientações tais que perpassam a sociedade na qual todos estamos imersos por estes princípios. Nesse convite, movimentos sociais com propósitos tão diferentes entre si, como por exemplo, os da militância trabalhista, os que lutam pelo direito a terra, à moradia, pelo respeito à etnia, pela causa ambiental, quando se encontram na comunidade de aprendizes conseguem superar suas reivindicações de grupo em benefício de uma leitura da sociedade que pode beneficiar a todos, possibilitando potencializar a força para o próprio movimento social. Sabe-se que a luta de cada um desses segmentos, nos seus propósitos diários não é, por si só, fácil de enfrentar quanto mais dispuserem de tempo, pessoas, recursos outros para novos enfrentamentos públicos, conforme constata Teodósio (2009, p. 01): “[...] o universo da sociedade civil continua, como sempre foi, cindido entre diferentes lutas por direitos e com baixíssima capacidade de convergência de agendas entre os cada vez mais variados e heterogêneos movimentos sociais”.

Só a partir de uma mobilização social, com vários segmentos, trazendo a força e militâncias de suas lutas que se pode cooperar para que os processos de conhecimentos transformem em enfrentamentos e ganhem força para mobilizar mais e mais grupos e pessoas. Tal aliança torna possível Educação Ambiental na participação social, nas políticas públicas, enfrentando poderes antidemocráticos e poucos permissíveis à participação popular.

Na riqueza deste foco da ação em participação política, verificamos a possibilidade da ação, encontrando no processo uma militância que se apropria do tema e propõe o contraditório. Com isso, levando em conta este movimento de Educação Ambiental, que busca a participação social, entendemos como Pedrotti-Mansilla e Sato (2009, p.315) apresentam o movimento:

Na busca pela amplitude da participação social, e da ampliação do diálogo entre governo e sociedade nas instâncias decisórias, é preciso operar uma mudança de foco da dimensão institucional para a dimensão política (participação) nos processos de construção de Políticas Públicas.

Assim é possível a construção de políticas públicas, que a partir de uma comunidade de aprendizagem formada pelos próprios movimentos, grupos e entidades sociais, independente de governos, formam novos desenhos e formatos organizacionais; construídos pela Educação Ambiental a qual pode ser chamada de vários nomes no processo como apaixonada, coletiva, processual, política, formativa, informativa, dinâmica, mobilizadora e que resiste aos fenômenos hegemônicos a favor da inclusão social e da proteção ecológica. Todas estas ações podem ser aqui chamadas de “ecologia de resistência”, que atuam na perspectiva do ganho durante o processo educativo e participativo, eminentemente de ações propositivas que estão completando três anos de luta. É desta forma que se apresenta esta hipótese de pesquisa, que entende este movimento, representado pelo GTMS, realizando este ato instituinte, educativo e participativo como ação de Educação Ambiental, conforme declara Sato (2010, p. 21):

Uma mobilização social é uma ecologia de resistência contra o sistema hegemônico instituído a favor de uma pequena elite. É um processo instituinte de educação política contra a sociologia das ausências e que pode ser intitulada de educação ambiental.

Essa mobilização é o ato do dever de protestar nas ruas, nas salas, nas plenárias, nas audiências, nas reuniões, nos manifestos lançados às instituições, autoridades e sociedade, e que sabe que se está lutando diante de inimigo forte, visível e que utiliza do medo para tentar fragilizar as pessoas e impedi-las de agir. A ecologia de resistência é pedagógica, pois sabe aprender a aprender, buscar a autonomia na participação, fazer a caminhada, na construção do processo de luta. Por isso entende que existe um dever da

árvore, que é de estar na praça pública, de se lançar e mostrar-se e que se renova no coletivo da solidariedade, companheirismo e respeito do grupo com os seus pares.

Este dever da árvore é um chamado inspirado por Sato (2009, p. 5) como “[...] o dever do ato poético, eu e outro com o mundo [...]”. Um dever de ouvir o mundo e de lutar com ele, fazendo parte dele. Em contraponto a este dever da árvore, que não tem como se esconder, portanto social, político, militante, há também um momento individual do recolhimento. Esse momento mais de si é direito da janela que temos para refletir, e que também Sato (2009, p. 5) define como “[...] o direito do pensamento poético, eu com o mundo.” Ambos estão em cada um e cada uma das pessoas, podendo ser manifestado em qualquer tempo.

Coletivamente, é importante compreender estas manifestações porque quando um ou uma companheira está no “direito da janela”, é porque será preciso também que outros estejam no “dever da árvore”, mas igualmente é imprescindível respeitar os seus limites e suas manifestações, explorando no grupo suas possibilidades. Embora o grupo saiba que o projeto pelo qual se luta, os poderosos estão com o controle, nem por isso o grupo aceita tal situação de modo passivo, há que se declarar que é contrário e fazer ações que impeçam e dificultem o seguir adiante do projeto do poderoso.

Figura 1: Algumas manifestações promovidas pelo GTMS



Fotos: M. Jaber; R. Silva. À esquerda, em 16/12/2010. À direita, em 20/04/2010.

2.2 Objetivo

O objetivo desta pesquisa é compreender como a participação popular pode construir políticas públicas, de forma dinâmica e organizacional em ações de Educação Ambiental política, percebidos sob a ótica dos sujeitos participantes que se reuniram e passaram a ser chamados de Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS) atuando na proposição e defesas do projeto de ZSEE participativo, em MT durante os anos 2008-2011.

Tendo como objeto a atuação do GTMS, buscaremos refletir os atos que mobilizaram esforços de várias pessoas e instituições para que fosse possível uma participação social autônoma e propositiva em políticas públicas no projeto de ZSEE de MT.

O GTMS ao mobilizar diversas entidades, redes, grupos e movimentos, numa dinâmica de participação popular, torna-se um espaço possível para a pesquisa neste grupo. E dentro de uma pesquisa participante que recebe as contribuições do grupo e envolve a pesquisadora na militância e na reflexão da ação.

Este capítulo acha-se dividido em quatro (4) subtítulos, nos quais se encadeiam os temas que foram envolvendo a pertinência e a aproximação da hipótese e objetivo da pesquisa. Nesse sentido, procura-se direcionar o caminho que circunda o objeto, estudando a hipótese, direcionando-se neste cenário, concordando com a afirmação que para esta consideração teremos que ter:

Um olhar de passarinho, voando sobre as terras para a noção geral de território, e essencialmente, um convite para se considerar as terras na persistência do tempo, no marco de uma pesquisa em um determinado espaço elegido, durante um período predeterminado. (SATO, 2011a, p.10).

No primeiro subtítulo, se faz uma breve explicação do ZSEE, procurando enfatizar como MT elaborou este projeto de lei, quais as intenções governamentais que motivaram a elaboração do projeto apresentado à sociedade civil em 2008 após 20 anos de elaboração técnica. O segundo subtítulo “A formação do conceito de Educação Ambiental” apresenta as percepções da pesquisadora sobre a realidade governamental, atraída pelas instâncias de controle social elevada à reflexão no grupo pesquisador. Este olhar sobre os fatos, esta conversa do pensamento, que parece um devaneio para uns

e/ou outros, busca na percepção sobre o encontro do outro, com a impressão que o outro causa em nós, causando um estranhamento inicial e que aos poucos essa relação vai tomando outra forma. Pode-se concordar que a percepção da realidade expressa neste capítulo seja o encontro conflitivo da relação conforme destaca a seguir:

Conciliar o inconciliável, eis o que a percepção sabe fazer – lugar da decisão, de escolha e ruptura. A percepção é o começo desta humanidade em processo, sem termo e, no começo ela é RELAÇÃO, no sentido radical buberiano. A percepção de cada um de nós jamais nasce do nada; nasce do encontro com o não eu, negando que nosso eu seja o todo e o tudo. Tal encontro é conflitivo, estabelece meu limite diante do outro; e o limite dele, diante de mim. Resiste ao desejo do ‘eu’ de afirmar o outro como parte subsidiária de mim. (PASSOS; BORDEST, 2009, p. 326).

No terceiro subtítulo “Política pública no olhar da Educação Ambiental”, mostra-se fatos que ao longo de uma década em MT, cronologicamente, para efeito desta pesquisa, iniciada com a criação da CIEA em 2001. Ao longo da década, a participação social foi destacada na formulação e implementação de programas, plano e projetos de Educação Ambiental, tornando um processo de aprendizagem individual e institucional, pois as entidades também aprendem com o envolvimento dos técnicos e gestores públicos com a sociedade, podendo transformá-la com estes agentes também.

O quarto subtítulo, “O início de uma Educação Ambiental com o GTMS”, corresponde ao processo de aprendizagem, o momento que extrapola tanto a coordenação do poder público sobre o processo, como também o envolvimento de vários segmentos sociais além daqueles já militantes na área ao longo desta década. Esse momento é a criação e a participação do GTMS no processo de discussão pública da política do ZSEE. Nesta etapa busca-se fazer a relação com a hipótese da pesquisa e os encadeamentos da Educação Ambiental e Política Pública.

As abordagens nos subtítulos pretendem contribuir com um cenário sobre os acontecimentos ligados ao objeto da pesquisa (GTMS), tecendo considerações que se consolidam na reflexão da ação. Pretende-se com isso contribuir para o entendimento que se orienta por uma linha de pensamento, conforme definição da autora:

É a necessidade de se abordar sobre as afirmações e as situações ou fenômenos pouco estudados [hipóteses] do cenário global, justificando a importância de se definir o objeto, na correspondência biorregional, caracterizado pelo diálogo entre o complexo e o singular. (SATO, 2011a, p.10).

Esta pesquisa não tem a pretensão de resolver um problema ou responder a uma questão que precisa de respostas, pois enveredamos por compreender um processo em ação, junto com os movimentos sociais, corroborando em Sato (2008, p. 12) quando afirma que:

[...] eliminar o mal estar de que as pesquisas não resolvem problemas, mas buscam compreender algum fenômeno em prol da humanidade, porém nem sempre com 'sucessos'. Na função de aprender com o outro, na relação com outro, procuramos assim compreender um fenômeno de coletivos educadores que discutem uma política pública, conhecendo os encantamentos da caminhada do grupo, chamada de militância, num processo de educação ambiental que se faz em grupo, nas ruas, na mística da esperança.

É com os movimentos sociais que buscamos a essência do que é participação nas políticas públicas, participando do movimento junto com eles, e refletindo com os sujeitos deste movimento sobre o movimento, procuramos compreender essa hipótese de que é possível uma Educação Ambiental realizada com vários movimentos sociais e nas ruas.

2.2 Mato Grosso e o Zoneamento Socioeconômico Ecológico

Geograficamente MT encontra-se na parte sul do continente americano, e no centro da América do Sul, conforme Figura 2 a seguir. Situa-se na Região Centro-Oeste do Brasil, apresentando uma área total de 903.357,91 km², sendo o terceiro maior Estado do país em dimensão territorial. Os limites do território mato-grossense fazem fronteiras ao norte com os Estados do Pará e Amazonas; ao oeste, com o Estado de Rondônia e um país, Bolívia; ao Sul, com Mato Grosso do Sul e a Leste com o Estado de Goiás e Tocantins.

Figura 2 – Localização geográfica do Estado de Mato Grosso no continente Sul-americano

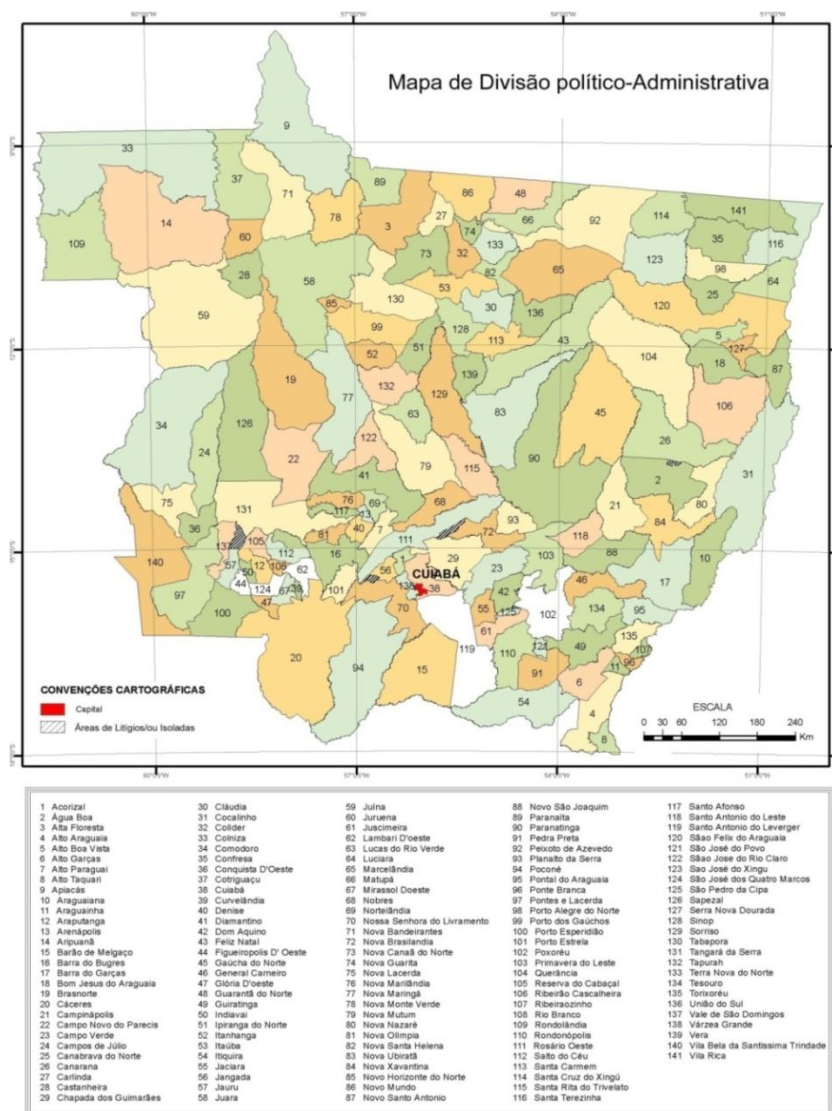


Fonte: SEPLAN, MT EM NÚMEROS, 2008.

Atualmente, MT possui uma divisão político-administrativa com 141 municípios (Figura 3), com uma população de 3.033.991 habitantes¹⁴. Administrativamente, o Estado usa uma regionalização diferenciada para a execução de programas, planos e orçamentos, denominada Regiões de Planejamento, dividindo o território em 12 regiões (Figura 4). Este tipo de regionalização é adotado no Estado desde a elaboração e execução do PPA 2004-2007. A Lei n.º 8.827, de 17/01/2008, que instituiu o PPA 2008-2011, continuou obrigando o Estado a adotar esse critério de regionalização. Essa regionalização surgiu dos estudos do ZSEE.

¹⁴ IBGE/CENSO, 2010.

Figura 3: Divisão político-administrativa de MT



Fonte: SEPLAN, 2010.

Os estudos do ZSEE definiram as regiões de planejamento ao longo do processo de definição das Unidades Sócio-Econômicas-Ecológicas (USEE), para as quais foram considerados os modos de uso e ocupação, de organização da produção e os graus diferenciados de consolidação das atividades econômicas e os componentes da base natural. A estes critérios foram adicionados os estudos da hierarquia urbana, resultando nas Regiões de Influência (MATO GROSSO, 2008).

As USEE são resultado de uma fase dos estudos do ZSEE. Estas unidades não seguem os limites administrativos da divisão política dos municípios. Contudo, quando o Estado direciona recursos para uma região, ele precisa ter um local geográfico, um ou mais municípios para a localização orçamentária. Em função desta destinação de

recursos, ao conceito de USEE foram acrescentados mais dois critérios: o limite e a sede do município. Para efeitos administrativos, foram ajustados os 141 municípios a uma regionalização tendo como base tais estudos do ZSEE.

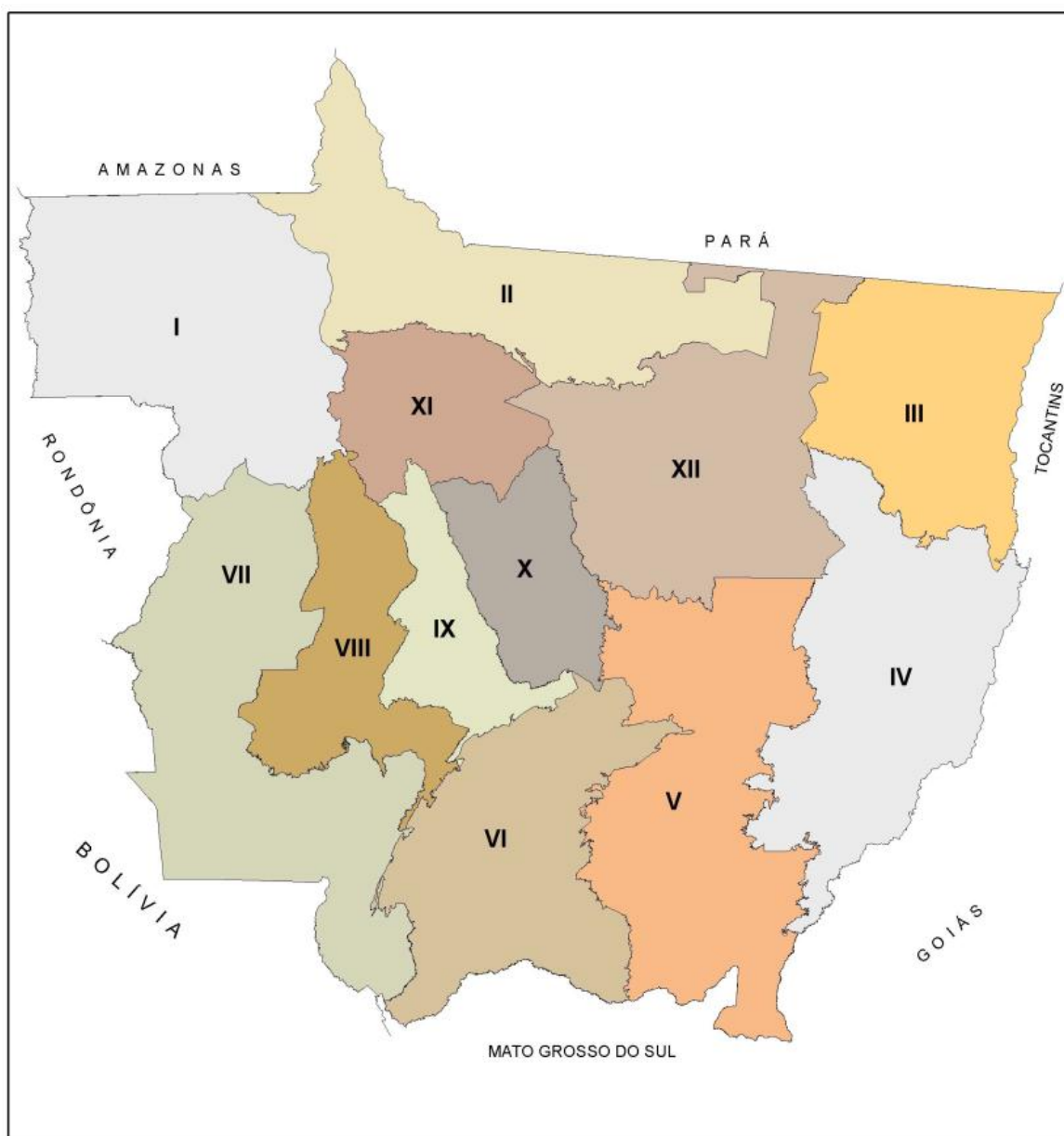
O Estado conta com 12 regiões de planejamento. Assim, quando o Executivo enviou o projeto de ZSEE ao Legislativo, buscou com isso referendar a região de planejamento na seguinte definição:

Região de Planejamento: compreende um conjunto de Unidades Sócio-econômicas ecológicas agregadas segundo a integração dos aspectos sócio-econômicos ecológicos e os elementos estruturadores das regiões de influência dos polos urbanos. (MATO GROSSO, 2008, art. 5, IV).

No contexto das construções coletivas, o aprendizado no GTMS sobre a palavra zoneamento teve o primeiro grande momento de discussões e aprofundamento no 1º Seminário de Mobilização e Mapeamento Social, realizado nos dias 24 a 26 de setembro de 2008, em Cuiabá. No relatório deste evento, há o entendimento sobre o grupo de origem da expressão zoneamento, o qual segue comentado nos parágrafos subsequentes.

Segundo Del Prette (apud SATO et al. 2008a, p. 3), por volta de 1780, uma onda de imigrantes chineses começou a chegar na cidade de Modesto, no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos da América, instalando lavanderias. Esta população foi crescendo economicamente com esse negócio. Tal fato incomodou a sociedade local que, sob pretexto de fazer um ordenamento do espaço urbano, estabeleceu para este tipo de comércio, que as lavanderias só poderiam estar localizadas bem longe do centro, que, não por acaso, ficavam perto das chamadas áreas de prostituição, denominadas de “zonas”. Segundo esse autor, daí a origem da palavra zoneamento. Assim, nasce este instrumento como força para uma proposta de ordenamento socioeconômico na cidade, mas com um fundo preconceituoso que encobre o que ele realmente vinha fazer de fato.

Figura 4: Divisão de Mato Grosso em 12 regiões de planejamento



REGIÕES DE PLANEJAMENTO

I Juína	V Rondonópolis	IX Diamantino
II Alta Floresta	VI Cuiabá / Várzea Grande	X Sorriso
III Vila Rica	VII Cáceres	XI Juara
IV Barra do Garças	VIII Tangara da Serra	XII Sinop

Fonte: SEPLAN. Mato Grosso em Números, 2008.

Também no Caderno Pedagógico do ZSEE, material produzido por integrantes do GTMS, há considerações acerca dos primeiros usos de zoneamentos como política de intervenção: uma em Frankfurt, Alemanha; outra, em Nova York, Estados Unidos da América. De acordo com Oliveira et al. (2009, p. 8), em Frankfurt, o zoneamento chamado

de *zoning*, usado pela primeira vez em 1891 para regular o mercado imobiliário municipal, abarcando todos os imóveis, otimiza o uso do solo e a quantidade de habitantes a fim de diminuir o valor dos imóveis para a classe trabalhadora. Em Nova York, copiando o modelo alemão, no início do século XX, a orientação do *zoning* foi para aumentar o valor dos imóveis no centro. Como se percebe, o mesmo instrumento pode ser utilizado tanto para otimizar o espaço urbano-rural, equilibrando as relações socioeconômicas de forma a diminuir as desigualdades sociais, como no caso de Frankfurt; e também pode ser utilizado, como no caso da Califórnia e Nova York, para aumentar as distâncias geográficas entre as classes sociais, aproveitamento os espaços mais visados pelo poder econômico dominante, mantendo assim privilégios já estabelecidos.

Ante essas ponderações, é importante levantar alguns fatos históricos de MT para se compreender o interesse em torno de uma política de zoneamento. Primeiramente será apresentada uma visão dos documentos oficiais. Antecedendo à proposta do zoneamento, encontramos as histórias da colonização de MT, e o ZSEE aparece como uma solução para novos projetos de desenvolvimentos que levem em consideração a perspectiva ambiental. Depois, será apresentada uma percepção mais crítica dos fatos históricos à luz das discussões acadêmicas, na vivência de quem participou e participa da luta dos movimentos sociais em MT, desde o final dos anos 1970.

Mato Grosso, na primeira década do século passado, apresentava certo isolamento em relação ao país, quando a economia e a dinâmica social ficavam majoritariamente em volta da Bacia do Prata, destacando a região oeste do Estado, como as cidades de Cuiabá e Cáceres e, em menor medida, Tangará da Serra. A leste também se destacavam Barra do Garças e Rondonópolis com vínculos mais fortes com Goiás, pouco influenciando o interior do Estado (MATO GROSSO, 2006).

Entre 1940 e 1970 MT passou por um lento processo de crescimento populacional, mas o Programa Federal “Marcha para o Oeste” entre 1930 e 1950 deu início ao processo de integração das políticas e garantia dos limites territoriais nas áreas de fronteiras, porém pouco contribuiu para o incremento populacional e consequente fixação do homem a terra (ABUTAKKA, 2011).

Somente com a construção de Brasília e a abertura de rodovias federais, principalmente a BR 070, ligando o oeste de MT ao sudeste brasileiro, e a BR 163, no sentido sul-norte, iniciou o primeiro ciclo importante de integração e modernização

econômica. Tais vias de acesso facilitaram os primeiros fluxos migratórios para MT, reforçando Cuiabá como polo urbano, mas novas áreas do cerrado e da floresta também começam a ser exploradas. A economia já apresentava uma leve industrialização e serviços nas regiões consolidadas; nas regiões de fronteira predominava a agropecuária e o garimpo se destaca no extremo norte (MATO GROSSO, 2006).

A partir de 1970, a expansão se revigora na porção norte de MT e por força dos incentivos fiscais e financiamentos, advindos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) e do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) - acordo do Governo Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento. A ocupação de terras, inclusive projetos de colonização privada e de estímulos ao desenvolvimento regional, refletindo no crescimento populacional diferenciado na região atingiu as seguintes proporções: 6,62% contra 2,98% do Centro-Oeste e, 2,49% do Brasil. O crescimento populacional continua nos anos 1980, acima da média do país, em decorrência da onda migratória, tornando MT a mais recente fronteira do Brasil. Na década de 1990, o crescimento populacional diminui devido principalmente a dois fatores: a) drástica diminuição dos fluxos migratórios dirigido para o Estado, ocasionado principalmente pelo “fechamento da fronteira”; b) queda generalizada das taxas de fecundidade, em todo o país, refletindo sobre o crescimento demográfico (ABUTAKKA, 2011).

A tendência atual populacional continua sendo de queda no crescimento, pois MT não atrai mais ondas migratórias como no passado, por ser território consolidado, não mais de fronteira. E tudo leva a crer que a população continuará a diminuir, devido à baixa taxa de fecundidade, seguindo os padrões de comportamento mundial.

A economia, nos anos 1990, começa a ter outro padrão no Estado, alicerçada em tecnologia e aumento da produtividade agropecuária, o processo de ocupação do norte e noroeste de MT foram sendo consolidados. Atualmente, há fortes polos regionais de serviços como Cuiabá/Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Barra do Garças e Tangará da Serra, bem como as regiões do norte e centro de MT apresentam forte dinamismo econômico.

Em todo esse processo de ocupação do Estado, trazendo ondas migratórias, formando cidades e dinamizando a economia, alterando a paisagem natural, com o desmatamento do Cerrado e da Amazônia, ainda hoje não encontramos destacados nos

documentos oficiais as populações que também foram chegando e formando vilas, comunidades, regiões. Essas populações passaram despercebidas dos programas de incentivos e também dos programas de desenvolvimento. Inclusive os documentos oficiais, alguns usados nesta pesquisa, citam que o território apresentava um vazio demográfico, sem levar em conta principalmente os fluxos migratórios dos povos indígenas e os moradores ribeirinhos, como os seringueiros na Amazônia mato-grossense, que já estavam nesta região quando esses incentivos de colonização trouxeram mais pessoas a MT. Concordamos que esta consideração do “vazio” pelos órgãos oficiais não é neutra, há uma intencionalidade de declarar como vazio para que pudesse apresentar um projeto de ocupação do território sem dialogar com a sociedade. Por conta disso, também concordamos com as autoras quando dizem que:

A exploração dos “espaços vazios” é um legado da modernidade e de sua noção desenvolvimentista, a busca por ocupação dos territórios brasileiros como forma da comprovação da apropriação privada das terras deu-se de maneira bastante desordenada, sem seguir qualquer planejamento, com a mínima ou nenhuma preocupação socioambiental. A modernidade intitulou o território desconhecido como ‘vazio’ e essa pseudoneutralidade possibilitava qualificar o ‘vazio’, conforme ideologia, olhar político, crença ou verdade dos grupos dominadores. (SILVA; SATO, 2011, p. 263).

Um dos programas de incentivo do governo federal e que por forças das leis ambientais como colocou na agenda este item nos projetos de desenvolvimento, tendo em vista também desenvolver a economia regional foi o POLONOROESTE. Este programa destinava a financiar infraestrutura e projetos de colonização nas áreas de influência da BR 364 (Cuiabá-Porto Velho), como a pavimentação, construção de estradas vicinais entre MT e Rondônia.

Há fatos sobre os projetos de colonização em MT que embora não estejam documentados oficialmente, encontram-se na memória coletiva de pesquisadores que possuem outra versão sobre esse processo de ocupação recente no Estado. MT sempre foi habitado por dezenas de populações tradicionais, principalmente pelos povos indígenas e grupos sociais que vieram em busca de oportunidades de trabalho, atraídos inicialmente pelos ciclos do ouro, com os bandeirantes paulistas que aqui chegaram em busca de índios e que segundo Madureira (1997, p. 12): “[...] iam adentrando cada vez mais no interior do território, no sentido leste-oeste, ou seja, do litoral para o sertão.” Segundo a mesma autora, a descoberta de ouro alterou a marcha dos bandeirantes,

fixando-os a região em 1719, onde hoje é Cuiabá, com isso “ [...] um grande fluxo migratório chegou à região” (MADUREIRA, 1997, p. 13).

Apesar do extermínio de vários povos indígenas em contato com esses bandeirantes, no recente trabalho sobre o mapeamento social de Mato Grosso, Silva e Sato (2011, p. 272) relatam que “[...] no Estado, observam-se 45 etnias localizadas em 78 terras indígenas em diferentes fases de regularização.” Sabemos que havia muito mais povos indígenas, quando da chegada dos bandeirantes, muitos foram exterminados, e os que ficaram conseguiram resistir à investida de desocupação de suas terras, e a realocação de seu povo, inclusive ações incentivadas pelo próprio poder de Estado.

Com o tempo, além do ouro, a produção de outras atividades econômicas foi surgindo como a extração de erva-mate (para chá e uso no chimarrão e tereré), transformando com o tempo em grande indústria no sul do Estado (hoje Mato Grosso do Sul), onde a planta é nativa, atraindo os paraguaios principalmente para o trabalho. Na região de Cáceres, começou a extração da poaia, um pequeno arbusto de ricas propriedades medicinais em suas raízes. Os trabalhadores colhiam esta planta nativa na mata, no período de chuva e, quando no período de seca, muitos deles eram empregados na extração de látex em seringais nativos, iniciados em 1870, na região de Diamantino.

A região leste de MT também começou a receber migrantes de outras regiões do país e que hoje também há expressões que buscam consolidação de sua cultura e território como os retireiros do Araguaia. No final do século XIX, segundo Madureira (2007, p.70):

Nessa época ocorreu uma nova migração para Mato Grosso, principalmente de nordestinos, e com a decadência [...] dessa atividade produtiva frente à concorrência asiática, muitos deles não regressaram mais ao Nordeste, fixando-se definitivamente em território amazônico e mato-grossense. Exemplo disso foi o povoamento do leste mato-grossense cuja população, em grande parte, foi formada de nortistas e nordestinos que haviam trabalhado junto à extração da borracha.

Além dos povos indígenas que habitavam há séculos MT, com a chegada dos bandeirantes e os ciclos de produção econômica, outros povos também chegaram e formaram comunidades como as denominadas de “quilombos”, que desde 1770-1771, existem na região do Guaporé habitadas por “[...] escravos, e, incluía significativo contingente de índios e de homens livres pobres” (MADUREIRA, 2007, p. 79). Os

quilombolas sempre enfrentaram e resistiram à escravidão, tendo um modo de vida singular em nossa sociedade, foram perseguidos não só pelo poder dominante (como os primeiros quilombos em MT: “Piolho” ou “Quariterê”, na região do Guaporé) mas também pela elite latifundiária (como o mais famoso na atualidade pela sua resistência, chamado “Comunidade Quilombola Mata Cavalo”, no município de Nossa Senhora do Livramento, região metropolitana de Cuiabá). Atualmente, segundo a Fundação Palmares, fundação ligada ao governo federal, há 69 comunidades quilombolas “certificadas” em MT, mas nenhuma com o título definitivo da terra regularizada. Todas elas estão na região de ocupação mais antiga pelos bandeirantes no Estado, como a região de Cuiabá, Cáceres e Vila Bela.

Dessa forma cada um dos grupos sociais que habitam em MT tem uma história ligada aos ciclos de produção e mais recentemente, a partir do século XX, aos projetos de desenvolvimento. O território nunca foi vazio, pois antes da chegada dos bandeirantes já existiam os povos indígenas e aos poucos outros grupos sociais, como os quilombolas, foram também se consolidando. Nos primeiros ciclos de extração (do ouro, da borracha e da poaia) nos séculos XVIII e XIX, outros migrantes foram adentrando ao interior e transformando o território; outros vieram por meio dos projetos de colonização recente do século XX. No trabalho de mapeamento social foram encontradas 87 identidades no território Mato-grossense, entendendo suas autodenominações como povo ou grupo autônomo, pois segundo Silva e Sato (2011, p.266) “[...] as narrativas trazem o sentimento de pertencimento como uma luta constante à crescente massificação, despersonalização, desagregação e alienação que caracterizam a sociedade moderna.”.

Pesquisas acadêmicas levam ao entendimento de que os projetos de desenvolvimento na história recente de MT, em especial os chamados “Projetos dos Polos de Desenvolvimento”, do qual o ZSEE foi um dos seus frutos, eram na verdade uma proposta de ocupação do território para evitar que o mesmo se transformasse em focos de avanço do comunismo, tendo um discurso à frente de segurança nacional por causa das fronteiras desprotegidas. Levados a ação no período do governo do militar, os projetos de desenvolvimento não buscavam apenas alcançar a fronteira, mas foram apoiados pelos Estados Unidos da América, segundo Passos (2011, p. 23):

O Projeto dos Polos de Desenvolvimento rastrearam nosso país e escolheram áreas que eram, por ausência de desenvolvimento capitalista, suscetíveis da “tentação comunista”. E, foi criado um fundo internacional gerenciado por agências de desenvolvimento regionais que era gerido pelos grandes interesses geopolíticos internacionais, dentro das prioridades estabelecidas pela Divisão Internacional do Trabalho.

O governo, sabendo dos inúmeros conflitos sociais e ambientais existentes em MT, não enfrentou o problema atuando como conciliador, mas optou por incentivar mais projetos de colonização, resultando mais tarde no enfrentamento pelo espaço entre os migrantes e os povos e grupos que aqui estavam estabelecidos. Do lado dos migrantes, houve aqueles que sofreram com as doenças endêmicas como a malária, pois o Estado não trouxe junto com os projetos de colonização a infraestrutura de saúde e social para abrigá-los.

Segundo Passos (2011, p. 23), em 1979 o governo do Estado já tinha conhecimento dos conflitos, principalmente aqueles pela posse da terra, em MT, observados pelo Estado como “casos de polícia” e não como um tema de justiça social. Atualmente, os conflitos ambientais estão sendo mapeados pela academia e movimentos sociais, que devem demonstrar a pressão pela posse da terra e o resultado de projetos de desenvolvimento sem a devida audiência dos povos habitantes de MT. Com isso, foi possível identificar no Estado 104 focos de conflitos, narrados pelos grupos sociais em seminário realizado no ano de 2008 em MT, bem como referenciados por consultas bibliográficas, e que são apresentados pelas pesquisadoras como:

[...] inerente às práticas sociais de uso, ocupação e significação do território. São processos de exclusão e apropriação desigual que geram embates e lutas de diferentes tipos. Diferentes formas de opressão ou de dominação geram formas de resistências, mobilização e identidades coletivas distintas, passando a estabelecer redes e alianças entre os protagonistas. (JABER; SATO, 2010, p.448).

A história oficial da construção do ZSEE em MT começou em 1987, como uma tentativa de mapeamento estadual, quando o governo estadual solicitou à coordenação do POLONOROESTE a ampliação de suas ações para todo o território mato-grossense uma vez que eram “[...] restringidas à área de influência da estrada BR 364” (SANCHEZ, 1992, p. 11). Para ser atendido pelo governo federal, ainda em 1988, o executivo mato-grossense elaborou um mapa denominado “Zoneamento Agroecológico do Estado de Mato Grosso”, apresentado durante o Seminário Nacional de Zoneamento Agroecológico

dos Estados de MT e Rondônia. Após a aprovação deste mapa, houve a necessidade de fundamentá-lo com pesquisas que:

[...] além de discutir as vantagens e restrições dos diversos sistemas naturais e agroecossistemas desenvolvidos no território, explique o desenho e estrutura do zoneamento, e dimensione a capacidade de carga e potencialidade das diferentes paisagens produtivas. (SANCHEZ, 1992, p. 12).

Após esta apresentação, o Estado de MT organizou estudos para a definição de uma política de ordenamento territorial, a qual ficou pronta e encaminhada para efetivação legal em 1992, como a Lei Estadual n.º 5.993, de 3 de Junho de 1992, definindo a:

Política de Ordenamento Territorial e ações para a sua consolidação, objetivando o uso racional dos recursos naturais da área rural do Estado de Mato Grosso, segundo o Zoneamento Antrópico Ambiental, tecnicamente denominado Zoneamento Socioeconômico-Ecológico.

Como parte integrante de tal política, anexo estava a primeira aproximação do zoneamento, tecnicamente denominado “Bases Geográficas para o Zoneamento Socioeconômico Ecológico”. Esta lei ainda está em vigor, esperando que o presente projeto do ZSEE seja aprovado pela ALMT e, sancionado pelo governador e referendado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente e Comissão Nacional do Zoneamento¹⁵.

Na mensagem do governador Blairo Maggi, n.º 25, de abril de 2008, encaminhando em anexo o projeto de Lei nº 273/2008 da “Política de Planejamento e Ordenamento Territorial de Mato Grosso” para o Legislativo, apresenta um conceito de zoneamento que está confirmado no artigo 5, do Projeto de Lei n.º 273/2008, segundo o qual entende-se por zoneamento:

[...] instrumento de organização do território, que estabelece medidas e padrões de disciplinamento de uso dos recursos naturais, em especial, dos recursos hídricos, do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o

¹⁵ Segundo Márcia Silva Pereira Rivera, gerente do projeto de zoneamento, na época de elaboração no Executivo, a primeira aproximação do zoneamento foi feita com recursos do POLONOROESTE, e era obrigatório sua elaboração para que o Estado pudesse obter recursos do Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO), que financiou os estudos do Zoneamento Socioeconômico Ecológico – ZSEE (Informações obtidas por mensagem pessoal por e-mail em 12/10/2009).

desenvolvimento sustentável, por meio da melhoria da eficiência econômica e das condições de vida da população. (MATO GROSSO, 2008, s./p.).

Pela mensagem, nota-se que a intenção do governo estadual era tão somente de garantir o uso dos recursos naturais com a finalidade última de desenvolver a economia e a qualidade de vida. A mensagem do projeto de lei também menciona a consulta pública como forma de participação popular na sua elaboração. O artigo 33, do Projeto de Lei n.º 273/2008, dispõe que haverá um sistema de avaliação e acompanhamento da implantação do ZSEE, composto por órgãos e entidades do Executivo e da sociedade civil, e será consultivo e deliberativo, denominado de Comissão Estadual de Zoneamento Socioeconômico Ecológico (CEZSEE), instituído pelo Decreto n.º 1.139, de 31 de janeiro de 2008.

Tal Comissão, conforme já mencionada em passo anterior, no capítulo referente à Introdução, reuniu-se apenas uma vez no seminário que antecedeu a entrega da mensagem e projeto de Lei do ZSEE, realizado pelo Poder Executivo, o qual convocou 47 entidades públicas e também não governamentais, para que, entre 31 de março e 02 de abril de 2008, pudessem aprovar o projeto. Este seminário denotou o único momento em que o Executivo consultou representantes da sociedade, se bem que das 47 entidades, pelo menos 21 eram essencialmente representações do governo (estadual ou federal).

Nos parágrafos seguintes há um breve comentário sobre o texto da lei e dos anexos, encaminhados pela mensagem do governador à ALMT em 2008.

O projeto de Lei n.º 273/2008 compreende um conjunto de normas que traz a descrição “Da Política de Planejamento e Ordenamento Territorial” composta em um único Título, o qual é dividido em quatro (4) capítulos. Destes, o primeiro é o mais detalhado e apresenta uma subdivisão em cinco (5) seções. Todos os capítulos são compostos por artigos e incisos.

O primeiro artigo institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de MT.

No Capítulo I, intitulado “Dos Princípios, Objetivos e Diretrizes Gerais”, estão elencados, dos artigos 2.º até ao 5.º, em que se destacam: os princípios do desenvolvimento sustentável, da gestão democrática, da função socioambiental da propriedade e do reconhecimento da diversidade sociocultural do Estado. Também há definições sobre alguns termos usados na lei, entre eles a do ZSEE – citada acima.

O capítulo II, denominado “Dos Instrumentos”, compõe o texto da lei deste o artigo 6.º até o artigo 39. No artigo 7.º estão descritos os cinco (5) instrumentos da política proposta, quais sejam: o ZSEE; o sistema de informação; o monitoramento das zonas de intervenção; o controle de atividades no território; e, por último, o sistema de avaliação e acompanhamento do ZSEE.

Há uma explicação detalhada da função dos cinco instrumentos da política, sendo que cada um deles está apresentado em uma seção específica. Assim a seção I (do Art. 8.º ao Art. 24) trata do ZSEE, sendo o instrumento mais detalhado no projeto de lei, declarando inclusive a escala do mapa apresentado (1:250.000), seguindo a recomendação dada para o zoneamento regional ou de Estados da federação. O Art. 8.º diz que o ZSEE tem como objetivo ordenar o território principalmente no uso dos recursos naturais e que deve levar em conta as categorias de uso caracterizadas pelas “[...] similaridades e contrastes internos, de acordo com os critérios ecológicos e socioeconômicos”. No parágrafo único, do artigo 9.º, há uma orientação sobre o termo Categoria de Uso:

Art. 9.º. [...] Parágrafo único. O ordenamento será expresso através da setorização do espaço geográfico estadual em Categorias de Uso caracterizadas pelas similaridades e contrastes internos, de acordo com critérios ecológicos e socioeconômicos, em observância ao disposto nos artigos 273 e 274 da Constituição do Estado. (MATO GROSSO, 2008b).

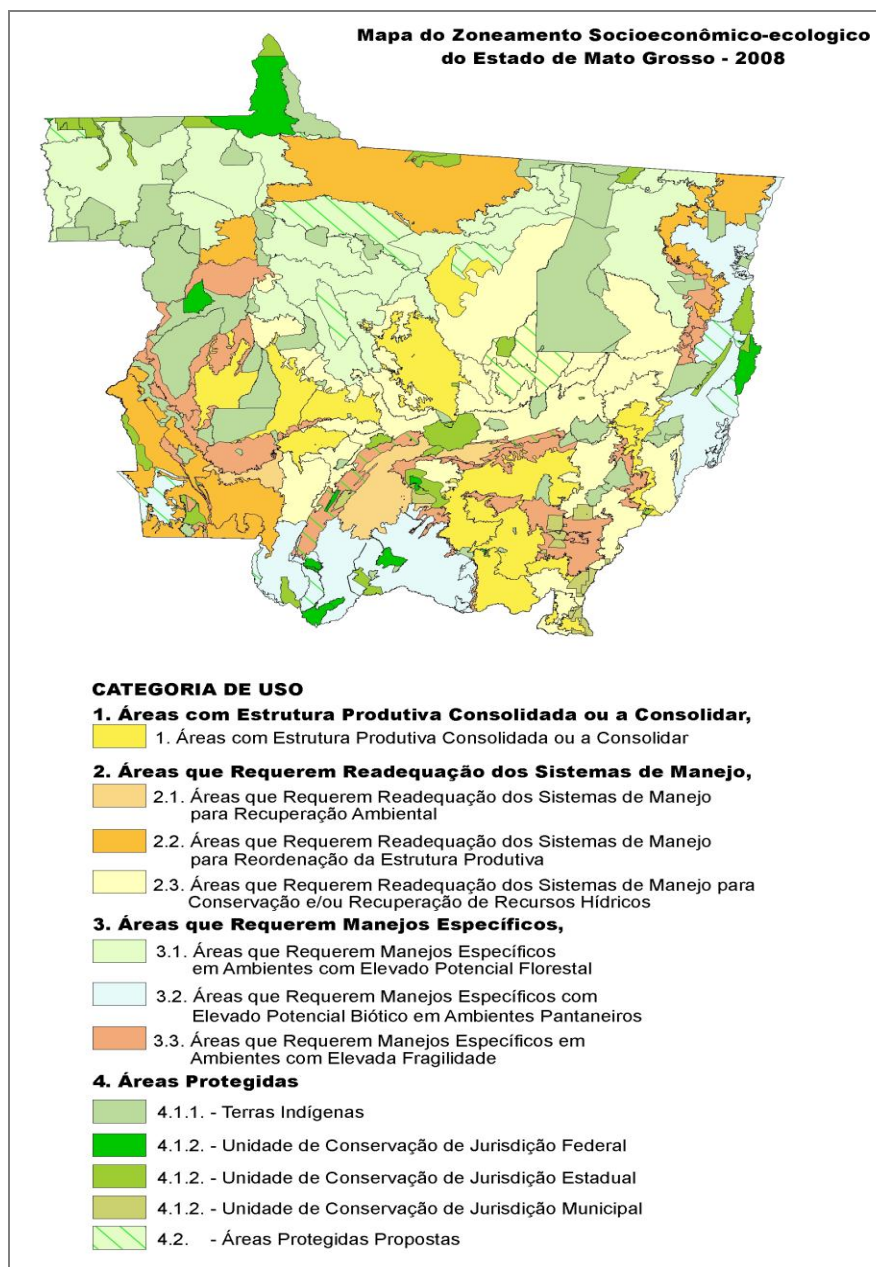
A proposta de lei não define o que são categorias de uso. Para compreender este entendimento, alguns integrantes do GTMS elaboraram um material pedagógico, denominado de “Caderno Pedagógico”, servindo de consulta a todos dos movimentos sociais quanto à política do ZSEE, explicando cada divisão do projeto. Assim, neste Caderno encontra-se uma definição sobre o termo Categoria de Uso:

[...] as categorias do ZSEE dizem respeito à primeira vista ao uso, mas não somente ao uso atual, uma vez que apontam para a forma como se deve utilizar dadas as características estudadas em cada uma dessas macrorregiões que englobam diferentes biomas, municípios, regiões, relevo, etc, mas categorizadas por suas características socioeconômicas comuns. (OLIVEIRA et al. 2009, p. 20).

O ZSEE apresenta-se dividido, conforme o artigo 10, da seguinte forma: em quatro (4) Categorias de Uso e noventa e sete (97) Zonas e Subzonas. O projeto de lei

não apresenta uma definição destes itens, contudo descreve o que caracteriza cada uma das categorias e das subcategorias (Figura 5).

Figura 5: Mapa do projeto do ZSEE, elaborado pelo Executivo Estadual e enviado a ALMT em abril de 2008



Fonte: SEPLAN, 2008.

As categorias estão listadas nos incisos do Art. 11 e as subcategorias, nas alíneas dos incisos:

I - Categoria 1. Áreas com Estrutura Produtiva Consolidada ou a Consolidar;

II - Categoria 2. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo, a qual se divide em:

a) Subcategoria 2.1. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo para Recuperação Ambiental;

b) Subcategoria 2.2. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo para Reordenação da Estrutura Produtiva;

c) Subcategoria 2.3. Áreas que Requerem Readequação dos Sistemas de Manejo para Conservação e/ou Recuperação de Recursos Hídricos.

III - Categoria 3. Áreas que Requerem Manejos Específicos, a qual se divide em:

a) Subcategoria 3.1. Áreas que Requerem Manejos Específicos em Ambientes com Elevado Potencial Florestal;

b) Subcategoria 3.2. Áreas que Requerem Manejos Específicos com Elevado Potencial Biótico em Ambientes Pantaneiros;

c) Subcategoria 3.3. Áreas que Requerem Manejos Específicos em Ambientes com Elevada Fragilidade.

IV - Categoria 4. – Áreas Protegidas – se divide em:

a) Subcategoria 4.1. Áreas Protegidas Criadas;

b) Subcategoria 4.2. Áreas Protegidas Propostas.

A Seção II (Art. 25 ao Art. 27) explana sobre os itens que compõem o sistema de informação do ZSEE. A Seção III (Art. 28 e Art. 29) detalha sobre o monitoramento das zonas de intervenção. A seção IV (Art. 30 ao Art. 32) trata sobre o controle de atividades no território. E a Seção V (Art. 33 ao Art. 39) detalha como será o sistema de avaliação e acompanhamento do ZSEE, revelando uma preocupação do poder executivo sobre como atuará em relação ao controle social desta política.

O Capítulo III, denominado – “Da Ação do Poder Público” – apresenta um único artigo (Art. 40), com três incisos, destacando que ao Poder Executivo cabem as proposições de modificações nas políticas públicas, direcionando que sigam as orientações no Mapa do ZSEE. O último é o Capítulo IV – “Das Disposições Gerais e Transitórias” – que apresenta os Art. 41 e Art. 42, tratando da obrigação legal das propostas modificativas do ZSEE e dos recursos financeiros para a sua efetivação que devam constar dos orçamentos públicos.

Dentre todos os cinco (5) instrumentos da política, o ZSEE é o mais detalhado e por isso fomentou um caloroso debate, representando a totalidade das discussões tanto nas audiências públicas como dentro do GTMS.

O zoneamento é um instrumento da política de meio ambiente, conforme a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938, de 02/09/81) e, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, uma política de gestão territorial.

O Ministério do Meio Ambiente, numa abordagem recente sobre a política do Zoneamento Econômico e Ecológico (identificado no governo federal pela sigla ZEE) ressalta que o zoneamento aborda outras questões além da delimitação do território. Na definição subsequente a dimensão da mediação dos conflitos é incorporada, o que ressalta a necessidade da política ser formulada junto à população em seus diversos grupos sociais, ampliando a dimensão do que seja o zoneamento no Brasil:

O ZEE, portanto, não é um fim em si, nem mera divisão física, e tampouco visa criar zonas homogêneas e estáticas cristalizadas em mapas. Trata-se sim, de um instrumento técnico e político do planejamento da diversidade, segundo critérios de sustentabilidade, de mediação de conflitos, e de temporalidade, que lhe atribuem o caráter de processo dinâmico, a ser periodicamente revisto e atualizado, capaz de agilizar a passagem para um novo padrão de desenvolvimento. (BRASIL, 2009, p. 10).

Como referendado, anteriormente, em MT, este instrumento de política pública é conhecido como Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE), sendo o único Estado brasileiro a ter esta diferenciação de sigla no projeto, para evidenciar os fundamentos na questão social. Nos demais Estados e União a sigla utilizada é ZEE, mas o conceito e a metodologia de elaboração seguem a mesma normativa, ou seja, o Decreto Federal n.º 4.297, de 10 de Julho de 2002¹⁶.

O ZSEE apresenta-se como instrumento da política de ordenamento e planejamento territorial e deve ser compreendido em conjunto da sua complexidade, apresentado por meio de três formas na proposta de lei: por regras expressas (mais detalhadas na Seção I, do Art. 8.º ao Art. 24); por meio do Mapa (apresentado na Figura 5) que divide o território mato-grossense em categorias, sub-categorias, zonas e subzonas; e também há mais detalhes sobre o ZSEE nas diretrizes sociais, econômicas e ambientais em cada categoria, sub-categorias, zonas e subzonas, as quais compõem um anexo da lei.

¹⁶ Decreto disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/2002/D4297.htm>> Acesso em: 11.06.2010. Quando ao termo evidenciando o S na sigla do Zoneamento (ZSEE), Segundo Márcia Silva Pereira Rivera, gerente do projeto de zoneamento, na época de elaboração no Executivo, tal diferenciação evidenciava que o aspecto social teria o mesmo peso que os demais, o ecológico e o econômico, nos estudos, segundo a metodologia adotada. (informação obtida em conversa pessoal sobre o tema).

Embora não seja objeto desta pesquisa, o ZSEE foi o tema mobilizador inicial do GTMS. Para entendê-lo e propor ações, o grupo se reuniu várias vezes, elaborou não só manifestações públicas por meio de atos e por textos em que se denunciavam as atitudes antidemocráticas dos parlamentares.

2.3 A Formação do Conceito de Educação Ambiental

Para poder pensar na Educação Ambiental que se constrói nas ruas, diferente do que geralmente estava habituada nos órgãos públicos, realizou-se um longo caminho até esta pesquisa destacando a movimentação do GTMS.

A percepção sobre a temática foi sendo aperfeiçoada à medida que fui me aproximando dos setores responsáveis pela execução da política de Educação Ambiental, em especial dos servidores da SEMA. A partir desse momento, fui participando da CIEA e conhecendo outras mobilizações sociais e governamentais, que também eram promotoras da Educação Ambiental. Logo depois, entrando na REMTEA e participando da dinâmica das discussões, na grata surpresa das discussões realizadas virtualmente na internet, num primeiro momento, e depois em reuniões presenciais e seminários da rede. O momento do início das reflexões sobre tais ações aconteceu quando ingressei no GPEA e passei a conhecer outros saberes de ações também públicas. A partir dessas experiências, ampliei meus conhecimentos sobre o saber e o fazer da Educação Ambiental, bem como me propiciaram estabelecer relações com pessoas em várias partes de MT, tornando assim um encontro decisivo para se acreditar no possível: a realização do embate público com os movimentos sociais como atividade da Educação Ambiental.

O primeiro conceito de Educação Ambiental adveio do conhecimento dessa ação dentro do governo, onde por mandamento legal deve ser desenvolvida tanto pela SEDUC, responsável pela Educação Ambiental formal quanto pela SEMA, responsável dentro do Estado pela educação de toda a sociedade fora do ambiente escolar, também chamada de educação ambiental não formal.

A educação formal é aquela desenvolvida no ambiente escolar, contribuindo para a formação do aluno, tendo assim uma política pública muito bem definida e delimitada

com um público bem específico, e deve envolver toda uma complexidade no ambiente escolar e a comunidade envolvida por ela. A Educação Ambiental não formal é entendida, neste trabalho, como aquela que se desenvolve em ambientes não-escolares, podendo ser realizada com as comunidades, grupos sociais e entidades. Para a elaboração de uma política pública referente a esta ação, merece relevo pontuar que é a definição do público a ser envolvido é bem mais complexo na perspectiva do Estado, e neste quesito trata-se de escolhas públicas sobre qual Educação Ambiental um governo opta fazer, além de responder para quem é destinada tal ação.

O programa de “Educação Ambiental Integrada” chamou a atenção por ser o único no PPA 2004-2007 que se apresentava com duas secretarias responsáveis pela sua execução. Esse PPA 2004-2007 foi o primeiro a ser elaborado para ser exercido de modo intersetorial, um princípio da metodologia “gestão de programa” que pretendia transcender as barreiras invisíveis entre órgãos e entidades governamentais. A proposta era declarar publicamente um resultado, descrevendo o porquê dos recursos e atenção pública, podendo atender uma das três questões: uma solução de um problema, ou atendimento de uma demanda ou ainda aproveitamento de uma oportunidade. Mas, no dia a dia do trabalho, ao longo do tempo, percebemos que havia pouco diálogo entre as duas secretarias, em todas as fases do processo de análise do programa: elaboração, execução, acompanhamento e na avaliação.

Em 2003, MT já dispunha de uma Lei que criava a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei Estadual n.º 7.888, de 09/03/2003) declaradamente não aprovada pelo movimento da Educação Ambiental no Estado. Neste mesmo ano, foi elaborado o PPA 2004-2007 e, com isso também o programa Educação Ambiental Integrada, sem participação social na sua elaboração. Embora controverso, olhando uma política pública apenas no distanciamento frio dos textos do PPA, Mato Grosso se tornou um dos primeiros Estados a ter uma política no PPA, além de ser pioneiro na instituição, em 2001, da CIEA como instância de controle social da política - esta sim idealizada pelos educadores ambientais. Mas se não há reconhecimento público, os programas não são avaliados como deveriam e as ações não chegam de fato a causar impactos na sociedade.

Foi o que percebi quando conheci e fui entendendo os educadores ambientais em MT, e dando importância às suas críticas em relação ao processo constitutivo da Lei n.º 7.888/03. A lei foi elaborada sem a participação coletiva dos educadores ambientais

de MT que, na ocasião da publicação desta, estavam em pleno processo de discussão sobre qual política de educação ambiental poderia ser elaborada em MT. Segundo eles, a publicação da lei, sem o aval dos educadores ambientais, foi um golpe em todo processo educativo que estava sendo construído. Notadamente, a Lei n.º 7.888/03 é uma “cópia” da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal n.º 9.795, de 27 de abril de 1999). Esta sim fruto de uma intensa mobilização de educadores ambientais de todo Brasil. Em razão desse fato histórico, destaco a seguir um dos primeiros entendimentos sobre a Educação Ambiental, embasada em lei federal:

Art. 1º. Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Partindo desta definição, fundamentada em processos de conhecimentos para os cuidados necessários à conservação do meio ambiente, destacando tanto a questão da educação, como também o processo de aquisição de conhecimento para a conservação da natureza, quando participei da oficina do ProMEA, em 2004, momento das discussões com vários educadores. Com isso, outras dimensões sobre a área me chamaram à atenção, em particular ao objetivo proposto: “Oportunizar a Educação Ambiental (ação-reflexão) no Estado de MT através da democracia, inclusão social e justiça ambiental”. Novos elementos que representam um valor político de enfrentamento das causas sociais foram declaradas neste objetivo. Nessa oficina, fui percebendo mais reflexões que perpassam esta política pública, para além de um artigo de lei ou das ações de um PPA, conhecendo que nela há campos próprios epistemológicos, axiológicos e praxiológicos, e que decorre daí toda uma variedade de entendimento, de fundamentação e de práticas deste campo do saber, conforme nos ensina Sato (2008, p. 1):

Compreendo que ela seja um campo do conhecimento próprio e não se caracteriza como simples ferramenta, pois encerra uma ética, dimensões conceituais e práticas próprias. Em outras palavras, há uma tríade filosófica do axioma, epistemologia e práxis que configuram a Educação Ambiental como um saber próprio que se sustenta *per se*, sem se configurar como uma metodologia para um objetivo maior.

A inserção da ação-reflexão, expresso no objetivo de um programa de Estado, representa uma mudança significativa nos rumos de uma política. Significa que o governante opta por uma Educação Ambiental que direciona por uma epistemologia engajada no movimento social. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental é libertadora quando pensada e feita com grupos sociais, comunidade escolar, governos, empresários, trabalhadores: “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 2005, p.42).

Importante considerar o surgimento do movimento da Justiça Ambiental, conceito destacado como um dos meios de oportunizar a Educação Ambiental no objetivo do ProMEA. Segundo Acselrad (2004, p. 2), podemos pensar por movimento de Justiça Ambiental aqueles que “[...] apontam o caráter socialmente desigual das condições de acesso à proteção ambiental”. Este movimento nasceu nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), quando no final dos anos 1960, grupos da sociedade iniciaram o debate de temas como o saneamento e as disposições dos lixos industriais e tóxicos próximos às moradias dos trabalhadores. Durante os anos 1970, os movimentos sociais inseriram na agenda as questões ambientais e ao mesmo tempo apoiaram e elaboraram estudos que evidenciaram os impactos ambientais principalmente nas populações mais pobres e sobretudo da etnia negra que, segundo Acselrad (2004, p. 3), “[...] apontavam já a distribuição espacialmente desigual da poluição segundo a raça das populações a ela mais expostas, sem, no entanto, que se tenha conseguido, a partir das evidências reunidas, mudar a agenda pública”.

O movimento ganhou expressão nos EUA em 1982, quando o reverendo Benjamin Chavis foi preso junto com mais 500 pessoas na Carolina do Norte, porque tentavam “[...] frear o descarregamento de substâncias tóxicas do PCB (*polychlorinated-biphenyl*) próximas a uma região periférica, eminentemente de moradores negros [...]” (SATO et al. 2008b, p. 161). Este fato foi fundamental para que tal movimento tivesse mais força de expressão e pressão política e, assim “[...] o movimento elevou a ‘justiça ambiental’ à condição de questão central na luta pelos direitos civis” (ACSELRAD, 2004, p. 4).

Fortalecido por essa manifestação, o movimento produziu um importante documento em 1987, encomendado pela “Comissão de Justiça Racial da *United Church of*

Christ”, o qual pôs em evidência uma relação direta de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em populações pobres e negras, trabalho este que motivou o reverendo Benjamim Chavis a cunhar o termo “racismo ambiental”. Assim um conjunto de ações impositivas, intencionais ou não, puderam ser observadas pelo movimento devido a repetitivas condições de despejos de rejeitos industriais e tóxicos próximos a populações pobres e negras e confirmam que “[...] procurou-se tornar evidente que forças de mercado e práticas discriminatórias das agências governamentais concorriam de forma articulada para a produção das desigualdades ambientais” (ACELRAD, 2004, p. 04.).

Após vários estudos, manifestações e debates, a Justiça Ambiental foi inserida como agenda nacional, elaborada pelos representantes do movimento e reconhecida pelo governo americano em 1991. A partir desse momento, o movimento extrapola a fronteira dos EUA e se internacionaliza, pois a questão da realocação dos rejeitos tóxicos se tornou uma questão global, e o prejuízo à qualidade de vida será sempre do grupo na sociedade que está mais fragilizado em qualquer parte do mundo.

Em 1998, representantes do movimento de Justiça Ambiental internacional acompanharam a agenda desse tema promovido pela organização das entidades sociais no Brasil, contribuindo com seu apoio e participação para que tal movimento pudesse “[...] difundir sua experiência e estabelecer relações com organizações locais dispostas a formar alianças na resistência aos processos de ‘exportação da injustiça ambiental’ [...]” (ACSERLAD, 2010, p. 111). Os primeiros grupos e movimentos que se reuniram publicaram em 2000 um estudo, relacionando as questões sociais e ambientais, e no ano seguinte foi realizado o primeiro seminário no Brasil e criada a “Rede Brasileira de Justiça Ambiental (REBJA),” que se estabeleceu como um fórum que reúne diversas entidades para formulação de alternativas e potencialização das ações de resistências.

Pode-se entender como justiça ambiental o que a REBJA declara que refere ao tratamento justo e ao envolvimento pleno de todos os grupos sociais, independente de sua origem ou renda nas decisões sobre o acesso, ocupação e uso dos recursos naturais em seus territórios. Um conjunto dos princípios e práticas deve ser incorporado a este conceito de Justiça Ambiental, presentes no Manifesto da RBJA, listados a seguir:

a - asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; b - asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; d - favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2001, p. 1).

Acseirad (2010, p.108) afirma que “[...] a noção de justiça ambiental exprime um movimento de resignificação da questão ambiental.” Segundo este autor, quando os movimentos sociais começaram a se interessar e a se apropriarem das questões ambientais trouxeram a dinâmica sociopolítica à luta ambiental, entrelaçando as questões de emprego e renda. Esses movimentos trabalhando a questão da sociedade e os temas ambientais propiciam que os sujeitos coletivos no Brasil atuem na construção da justiça e não apenas da razão utilitária do mercado.

Importante também considerar o que o movimento entende por “injustiça ambiental”, compreendida como condições em que são caracterizadas as situações negativas do desenvolvimento sobre as parcelas mais pobres e marginalizadas da sociedade. O manifesto declara que a concentração do poder é a principal responsável pelas injustiças ambientais que existem no Brasil. No manifesto está também a definição de injustiça ambiental transcrito abaixo:

Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, 2001, p. 1).

Aliar Justiça Ambiental com reflexões e práticas da Educação Ambiental é uma recorrência nas pesquisas do GPEA, referenciado principalmente nas pesquisas envolvidas nas lutas da “Comunidade Quilombola Mata Cavalo,” localizada no município de Nossa Senhora do Livramento em MT. Conhecendo de perto e mais profundamente a realidade desta comunidade, o GPEA se deparou com a injustiça ambiental, instaurada há

séculos na região, mas igualmente com uma força contrária que caracteriza nessa comunidade um movimento de resistência, conforme relatam Sato et al. (2008b, p. 160) sobre esta situação: “[...] a opressão é um fenômeno pulsante em Mata Cavalo, e a história e as narrativas pessoais revelam que a dor racial e somada ao processo de injustiça socioambiental”.

O GPEA que em MT é um elo da Rede Brasileira de Justiça Ambiental trabalhou dentro do processo educativo na comunidade os temas socioambientais. Este engajamento da pesquisa com a militância busca ousar nos caminhos que levam à compreensão da comunidade e academias das formas de estudos e lutas conjuntas. Nesse viés é que a ousadia leva à parceria academia-comunidade, advinda de pesquisas comprometidas com mudanças sociais, conforme a afirmação do grupo: “[...] Se realmente tivermos o direito de sacudir e questionar o consagrado hegemônico, o coletivo educador formado quer estabelecer a trajetória e escolher os caminhos à transformação da realidade injusta” (SATO et al. 2008b, p. 164).

Nesse sentido o tema da Justiça Ambiental é um movimento muito forte em MT com a Educação Ambiental, declarado como atuação conjunta no objetivo do ProMEA. Ainda é cedo para fazer uma análise dos resultados da incorporação destes temas no programa de Educação Ambiental no Estado. Dentro da administração pública, o processo sempre é muito lento, independente do que está fazendo, é uma assimilação do conhecimento que necessita de uma prática e de reflexão desta ação para conhecermos se de fato está seguindo o objetivo. Com o tempo vamos conhecendo mais conceitos para uma reflexão sobre esta política que vem sendo aos poucos compreendida em seu tempo e conforme a vivência que vamos tendo com a causa. Aos poucos, novos conhecimentos sobre ações educativas vão incorporando mais valores como as ações do Ministério do Meio Ambiente, envolvendo os coletivos educadores, coletivos jovens, sala verdes, etc, todos ligados à temática da Educação Ambiental.

A entrada no GPEA permitiu-me perceber cada vez mais que a compreensão de Educação Ambiental passa por várias vivências, podendo incorporar a própria ação coletiva, social, que nas ruas abraça as causas socioambientais, como por exemplo, o apoio ao grupo dos moradores da Comunidade Quilombola Mata Cavalo, expresso no

Manifesto¹⁷, lançado no ato público, em 10 de junho de 2008, como forma de repúdio ao despejo das famílias que moravam na comunidade, autorizado pela Justiça e realizado pela polícia federal. O GPEA não só deu apoio às famílias despejadas, como também foi solidário no acompanhando à Delegacia, além da promoção do ato público no centro da capital mato-grossense, denunciando o ato injusto do poder instituído, inclusive com a participação dos moradores de Mata Cavalo. Esse ato público ajudou a comunidade na sua luta pela Terra, sendo que uma de suas lideranças femininas, Gonçalves relatou sobre o reverso na situação após o manifesto, conforme afirmam Senra et al. (2011, p. 102):

Logo após o ato público, a professora Gonçalves esteve em Brasília para um encontro para debater políticas públicas para os quilombolas, tendo relatado que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se prontificou a ‘agilizar’ o processo de Mata Cavalo.

Esse modo de tomar parte e que nos leva à rua, assumindo compromisso, tornado protagonista, mostra que a solidariedade não é feita apenas quando temos tempo, mas também que ela seja a propulsora do nosso modo de pensar e agir, tornando assim a práxis da Educação Ambiental. E a maneira de ver e sentir a Educação Ambiental torna-se real e visível para poder desenvolver a pesquisa, conforme concluem Senra et al. (2011, p. 103): “Desse modo, muito além de construções teóricas e desconectadas de uma realidade educativa, nossas pesquisas se tornam também, de forma política e conceitual, uma práxis educativa e coletiva e transformadora”.

Assim, é possível uma Educação Ambiental que vem para as ruas? Que ande junto com o povo em suas lutas e o ajude a construir caminhos participativos?

Participando da CIEA, fui conhecendo outras organizações da sociedade civil mato-grossense que exerciam a função de educadores ambiental, como empresas, instituições públicas federais e municipais e grupos sociais, financiados pelo governo ou não. A percepção da dimensão não escolar da Educação Ambiental, para além das ações da SEMA, começa a incorporar também realizações das entidades não governamentais. As ações coletivas ou em parceria realizadas entre as entidades participantes da CIEA realizadas em datas específicas, como o dia mundial do meio ambiente (05/06), é um

¹⁷ Manifesto lançado no dia 05/06/2008 chamando para o ato público assinado por várias entidades e movimentos socioambientais.

momento em as entidades se juntam para formar oficinas, palestras, cursos, procurando marcar posição na sociedade.

Participando da REMTEA pude conhecer mais pessoas em MT que não participavam da CIEA e que realizam ações de Educação Ambiental, inclusive em parceria com o setor público, quer seja com a SEMA ou com a SEDUC. Dessa forma, evidencia-se que outros elos, invisíveis nos relatórios sobre o programa governamental, existem inclusive dentro do próprio Estado, recebendo recursos públicos e mobilizando grupos sociais. Percebi que o planejamento público das ações, mesmo feito com a melhor das intenções, não abarca a totalidade de ações públicas que estão sendo realizadas, muitas inclusive não estão contabilizadas nos resultados ou nos processos, ausentes das metas, ficando fora das avaliações oficiais.

Portanto, faz parte da função pública refletir como trabalhar políticas públicas como a de Educação Ambiental, sem a pretensão de aprisionar e controlar a sociedade, principalmente compreendendo que este campo do saber tem justamente a característica de ser realizado por qualquer cidadão. E nessa reflexão, principalmente advinda da obrigatoriedade do dever-ser na lei para os gestores públicos, é necessário ponderar que existe um campo da educação com sua epistemologia, axiologia e praxiologia, e que por vezes tem que verificar a adequação desta política intimamente aliada à ciência e a militância social, ao que é necessário e obrigatório fazer no Estado. Esta política é um desafio ao gestor público que implante uma gestão que seja muito mais que uma padronização de metas e resultados, enquadrada num plano de governo, que a princípio tem a nobre missão social e dever político de apresentar resultados que transformem a sociedade.

No GPEA, minha noção da Educação Ambiental ganha nova dimensão, envolvendo vários parceiros, várias entidades, grupos, movimentos e pessoas, numa ação conjunta, e, sobretudo efetuando manifestações nas ruas, encontrando e conhecendo militantes de várias temáticas. Tal experiência foi decisiva para se pensar sobre uma pesquisa em Educação Ambiental nas políticas públicas, feita pelos próprios sujeitos da ação.

Estas percepções, ao longo da participação, nos ofereceram condições de agir e propor ações em Educação Ambiental fortemente fundamentada no diálogo, pois cada pessoa pode oferecer ideias no grupo, movimento ou entidade do qual participa e

sustentar a viabilidade de uma ação e reflexão. Nesse entendimento, é que se encontra a importância da educação como um processo, em que as mudanças ocorrem ao longo do tempo e operam em cada pessoa um significado especial. Tais mudanças são relevantes para se estabelecer mais conceitos, concordando-se com Sato (apud SAUVÉ; ORELLANA, 2006, p. 275) quando diz que “A percepção sobre a educação ambiental carrega valores subjetivos muito fortes, pois se inscreve em processos históricos e contextos diferenciados que se somam, oferecendo uma visão multicolorida”.

Na atualidade a simples união entre pessoas, e quiçá grupos, para defender uma causa socioambiental no embate com poderes constituídos, é, primeiro que tudo, uma ousadia. Reuni-los em uma temática urgente e complexa, de enfrentamento social, de posicionamento público, contrários aos interesses do capitalismo e durante anos é um ganho significativo para o movimento socioambiental. Sabendo que cada um e cada uma dos militantes têm que deixar de lado um pouco o que está fazendo para mobilizar mais e mais pessoas, na fé de acreditar que é possível sensibilizá-las no comprometimento, na união com os parceiros de muitas lutas. E o encontro é no espaço público, em processo aberto de diálogo com a sociedade, no enfrentamento com os poderes constituídos, principalmente dos governos e à revelia do interesse da mídia, acreditando acima de tudo que é perfeitamente possível tais práticas. Por si só já é uma ousadia enfrentar o que já está posto como irredutível, enfrentar aquilo que está como certo que já perdemos, uma crença que imobiliza as pessoas antes de lutar.

A participação no GTMS foi o momento no qual a aliança da Educação Ambiental com o movimento socioambiental se fizeram presentes, onde se pode observar como parte de um coletivo de pessoas que buscam no saber e no fazer junto o enfrentamento das questões públicas. Essa aliança torna possível a participação social nas políticas públicas, enfrentando um processo conturbado e pouco favorável a participação dos diversos movimentos sociais.

Embora se entenda que a Educação Ambiental possa ter conceitos intimamente ligados com a visão e ação de cada pessoa, uma das características desse campo do saber, é importante, após estas vivências, aprofundar a discussão acerca de nosso entendimento sobre o assunto. Podemos começar a apontar o que não é Educação Ambiental, compreensão apreendida com a experiência e vivência em grupos, redes, comissões, seminários e com as pessoas que nos inspiram nessa área.

Pela caminhada, compreendi que a Educação Ambiental não é instrumento de gestão, pois não se configura em regras, procedimentos, geralmente apresentado como o certo e o errado, e focado nos meios para a execução de outras ações de finalidades diversas. Também não é um campo dogmático, no qual suas práticas e suas teorias não possam ser inovadas, mas é necessário um exercício nas suas dimensões teóricas e práticas para compreendê-las.

Como prática de um campo do conhecimento, a Educação Ambiental, com suas bases epistemológicas, axiológicas e praxiológicas, é um processo de transformação individual e social, expressando principalmente na atuação política. Esse processo dialoga com outros saberes científicos, tradicionais, institucionais e por isso também se renova e promove mudanças nesta relação. O ambiente e as relações entre os seres são as reflexões que dão sentido ao tema, sendo esta militância vivenciada na mística dos coletivos educadores.

2.4 Política Pública no Olhar da Educação Ambiental

A aliança entre pessoas, redes, grupos, movimentos e entidades sociais foi determinante para atuarem no processo de audiências públicas, instituído pela ALMT. Como já citado, o projeto de ZSEE passou 20 anos sendo elaborado pelo Poder Executivo, não promovendo nenhuma consulta pública ampla e participativa, cabendo ao Poder Legislativo elaborar as audiências públicas, a princípio sob pena de não ter o projeto aprovado na Comissão Nacional de Zoneamento e no Conselho Nacional de Meio Ambiente.

A política de ZSEE é uma política que está no conjunto das leis de meio ambiente por força da Resolução do CONAMA, e por isso deve ter audiências públicas como requisito para sua aprovação. Mas este instrumento de ouvir a população não é algo corriqueiro dentro da administração pública brasileira, os governos não manifestam muito interesse na promoção destas iniciativas de ouvir a população.

As audiências públicas são necessárias e obrigatórias no ordenamento jurídico brasileiro, mas apesar de muitos esforços consideráveis da sociedade e do poder público no sentido de promovê-las, ainda estão longe de ser realidade, bem como de serem

participativas e propositivas. Assim, o poder público na ausência de procedimento obrigatório, não se sente responsável por elas e não promove sua ação.

Na gestão pública, na coordenação geral do planejamento estadual frequentemente nos deparamos com programas e ações, elaborados somente a partir da visão de técnicos, muito embora alguns sejam especialistas no assunto, e na melhor das intenções procuram desenhar o melhor objetivo e meta para o gestor público assumir na sua gestão. Algumas políticas públicas, como as da área ambiental, quando entram na agenda política instituídas como programas, ao longo do processo vem repetindo suas ações ano após ano no PPA, sem superação de seus conflitos, não respondendo aos anseios da população.

Por atuar nesses anos na análise de políticas públicas do Estado de MT, percebi que não há abertura para a participação dos movimentos e grupos sociais, quer seja na formulação, na implementação ou avaliação das políticas públicas. Não há procedimento normativo que instrua a participação popular ou mesmo recursos públicos mobilizados em programas para a promoção da sociedade no debate público.

No Brasil, apenas algumas leis resguardam esse direito, sendo diretivas na obrigatoriedade do poder público em promovê-las, incentivando e apoiando os debates.¹⁸ Mesmo com obrigações legais, há ainda uma enorme resistência do poder público estadual em propiciar a participação em políticas públicas. Mas qual a dificuldade de se construir uma política pública participativa em MT? O que se entende por políticas públicas?

Entre vários atores que estudam esse tema, destaca-se uma da área de Ciência das Políticas Públicas que escreve sobre a importância de atentar para apropriações sobre

¹⁸ Algumas leis obrigam o poder público a realizar as audiências públicas: as leis referentes ao orçamento público, reforçado com o advento da chamada “Lei de Responsabilidade Fiscal” [Lei Complementar Federal N.º 101/ de 05/05/2001]; Igualmente, as leis ambientais, por força da Resolução N.º 009/1987 do Conselho Nacional do Meio Ambiente [CONAMA]; Administrativamente, também deve ter participação popular, toda vez que iniciar um processo licitatório, com valor estimado em 100 vezes o limite previsto na mesma lei [Lei Federal N.º 8.666/93]; Mais abrangente ainda, também deve ter participação popular quando o Poder Público apresentar temas necessários para que sejam debatidos em qualquer momento do processo administrativo [Lei Federal N.º 9.784/99]; No processo de elaboração do Plano Diretor e de discussão de projetos de alto impacto [Estatuto da Cidade, Lei Federal N.º 10.257/2001; Resolução N.º 25, do Conselho Nacional de Cidades]; Para garantia de direitos difusos e coletivos junto aos órgãos públicos do executivo e do legislativo, realizadas pelo Ministério Público Federal [Lei Federal N.º 8.625/93]. Informação obtida in: POLIS. Audiências Públicas. Caderno Repente. 2005, 4 p. Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_236.pdf>. Acesso em: 26 set. 2009.

o tema. Por isso, acreditamos juntamente com Souza (2003, p. 12) que “[...] não existe uma única, nem melhor definição do que seja política pública.” Segundo essa mesma autora, a ciência “política pública” nasceu da “ciência política” e ao longo do tempo vem incorporando vários termos e conceitos de outras áreas do conhecimento, tornando assim um “campo holístico”, recebendo várias teorias e modelos analíticos. Assim, a autora chama a atenção para os novos estudos que “[...] comportam vários ‘olhares’, sem que esta multiplicidade de perspectiva comprometa sua coerência teórica e metodológica.” (SOUZA, 2003, p. 13).

Nas várias definições de política pública a análise se baseia sobre a realização de um trabalho de governo ou de Estado (RUA, 1998; FREY, 2000). Muitos trabalhos sobre o tema advêm de estudos, envolvendo a dimensão governamental, sobre como são elaboradas e implementadas as políticas públicas pela ótica dos resultados.

Pensar sobre política pública apenas pelo lado governamental já não responde a muitas indagações sobre o tema. Essas definições serviram a um tempo e agora precisam de outras reflexões, experiências e debates. Assim, outros aspectos que ficam de fora dos estudos merecem igualmente mais atenção, conforme também conclui Souza (2003, p.13): “[...] críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência das políticas públicas, isto é, o embate em torno de ideias e interesses”.

Destarte, ainda segundo a mesma autora, as definições que focam as políticas públicas apenas quanto ao desempenho dos governos, onde está a maior parte dos estudos da área, acabam perdendo contribuições importantes para o entendimento dessa ciência. Assim se atenta apenas para os temas focados mais restritamente aos resultados e “[...] deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos, além das possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.” (SOUZA, 2003, p.13).

Nessa perspectiva dos olhares para a política pública, a Educação Ambiental se orienta pelo encantamento do diálogo de saberes durante o processo de construção, muito mais que focar apenas para o resultado final, enaltecendo mais o envolvimento de seus protagonistas com a política em seus vários momentos. Pedrotti-Mansilla e Sato (2008, p. 108), pesquisadoras em Políticas Públicas e Educação Ambiental, compreendem

que: “Políticas Públicas se referem ao conjunto de ações, planejamento e, sobremaneira, presença de vários segmentos sociais e não meramente governos.”

As autoras também sustentam que o foco das políticas públicas deva ser ampliado para além da dimensão do Estado como uma necessidade de entender ainda mais esta complexidade de ação que envolve visões multidisciplinares: “[...] amplia seus cenários para que a participação e o controle social sejam plataformas da cidadania do dever [não meramente do direito], concretizando o fortalecimento da educação ambiental” (PEDROTTI-MANSILLA; SATO, 2008, p. 109).

Pensar por esta perspectiva, em como os governos executam a política elaborada pela demanda da sociedade, tem merecido reflexões sobre o papel do Estado e sua relação com a sociedade civil. Podemos perceber que dentro do Estado a reflexão sobre cada política específica deve merecer uma análise, levando em consideração a epistemologia, axiologia e praxiologia do tema ou do campo do saber que está sendo implementado.

Em MT, uma pesquisa foi realizada sobre a avaliação em política de Educação Ambiental, implementada pela SEDUC e que envolveu muitas pessoas na sua elaboração e promoção, chamado de Projeto de Educação Ambiental (conhecido pela sigla PrEA). Essa ação consta do programa “Educação Ambiental Integrada”, do PPA do governo estadual. Essa pesquisa levou em consideração a ótica da política específica para uma avaliação que pode servir como aprendizagem na gestão pública, conforme modelo proposto, na acepção de Faria (2003, p. 103), “[...] tal aprendizagem torna-se maximizada quando os técnicos participam mais ativamente do processo de avaliação.”

Essa avaliação foi feita pelos participantes ativos da elaboração do PrEA (2004), tanto pela autora da tese, Débora Eriléia Pedrotti-Mansilla (2010), quanto pela professora orientadora, Michèle Sato. Tal experiência envolveu educadores ambientais do próprio Governo do Estado de MT, da UFMT, integrantes do GPEA e também militantes da REMTEA. Nessa avaliação, verificou-se que havia vontade política na intenção de fazer, sendo um fator de mudanças essencial na gestão, pois o então governador (Blairo Maggi) pretendia promover inovações na área, conforme seu discurso, sendo, portanto, um ator forte para a elaboração e a implantação do projeto. Além das pessoas engajadas, com experiência em Educação Ambiental e do “chão das escolas”, outros aliados e militantes do movimento no Estado contribuíram para que houvesse ambiente propício a esta

implantação da política. Contudo, chegou-se à conclusão da avaliação que na implementação ocorreram entraves que comprometeram o desempenho do objetivo do projeto.

Ainda socorrendo-nos dessa autora, uma série de fatores contribuiu para que o projeto não seguisse conforme o objetivo proposto. Entre eles destaca-se o fato de que, apesar do discurso político de que a Educação Ambiental era prioridade, na verificação da gestão não se disponibilizavam recursos para esse exercício. Ainda que o resultado almejado não fora alcançado, como a formação do professor para desenvolver o tema nas escolas por meio de um projeto junto com a comunidade, outros ganhos durante o processo foram ressaltados pela autora, muito fortes e evidentes, detalhando o que realmente pode acontecer numa política: “Uma potencialidade clara dessa política é que por meio dela e dos processos que ela desencadeou, e na luta conjunta dos profissionais da educação e do movimento ecologista do Estado conseguiu-se institucionalizar a EA no sistema de ensino”(PEDROTTI-MANSILLA, 2010, p. 118).

Uma importante conquista do processo foi que nas oficinas no PrEA nasceu, no estado, o Coletivo Jovem de Mato Grosso (CJMT), composto por jovens militantes e apaixonados pela Educação Ambiental que a partir desse processo passaram a promover seus próprios fóruns, seminários, parcerias com outros movimentos, redes, grupos e entidades socioambientais. A união da SEDUC e o CJMT, hoje é uma parceria mantida inclusive na elaboração das leis orçamentárias, quando se discute sobre os recursos para a Educação Ambiental. Essa parceria só foi possível graças à formação dessa política, engajada na mobilização de pessoas, com a intenção de promover no espaço escolar a práxis pedagógica de Paulo Freire. É o controle social fortalecendo o Estado no seu papel institucional de promover as ações na sociedade, contribuindo muito mais do que recebendo contribuição, conforme nos aponta Pedrotti-Mansilla (2010, p. 115):

A generosidade do Coletivo Jovem, e o seu compromisso político, certamente por inúmeras vezes, pressionou as instituições para que as mesmas se esmerem na busca por consolidar ações de educação ambiental.

De modo similar, uma avaliação das políticas públicas, da Educação Ambiental implantada pelo governo, na área de meio ambiente, também pode ser pensada pelo olhar de quem milita e também pelo olhar do gestor público atuante no Ministério do

Meio Ambiente. Essa pesquisa foi tema do doutorado de Irineu Tamaio (2007), com a professora orientadora, Dra. Laís Mourão de Sá. O autor participou das lutas do movimento de educadores ambientais para a implantação das políticas e também exerceu cargo no Departamento de Educação Ambiental e pode acompanhar a execução, dentro do MMA.

Com um olhar especial sobre a política pública, Tamaio (2007, p. 46) entende que a Educação Ambiental, no Ministério do Meio Ambiente, “[...] representa um embate político das contradições sociais da sociedade, no qual o capital hegemônico tem o interesse de se apropriar da representação nas políticas públicas do Estado”. Tal entendimento vai ao encontro do que Souza (2003) reflete sobre as apropriações que cada área contribui para a epistemologia da ciência política pública e na Educação Ambiental, importante é saber qual linha é adotada pelo gestor público, em quais princípios se pautam essa ação que reflete também sua axiologia e praxiologia.

O olhar do educador ambiental, mesmo atuando também como gestor, tem tido um modo diferente de fazer política pública, na premissa e orientação que essa militância tem sido direcionada. Assim, o entendimento de quem atua nas duas áreas, educador e gestor público, é direcionado pelas mesmas premissas de uma sociedade mais democrática:

[...] entender que a provocação, a elaboração e a implementação das políticas públicas não são competência exclusiva do Estado, devendo ele, contudo, contemplar a interação e o diálogo existentes com a sociedade. Assim, o controle democrático não é garantido pelo Estado, mas pela sociedade. (TAMAIIO, 2007, p. 52).

A Educação Ambiental, mesmo como programa de governo, deve ter sua execução independente do partido político do governante, pois ela tem toda ação-reflexão instituída e instituinte para mediar às ações. No entanto, apesar de todo arcabouço de leis e normas em torno de uma política pública e do controle social, necessários para que siga seu rumo, pode ocorrer que os rumos de uma política pública sejam lentamente alterados.

Assim algumas possibilidades de alteração no curso de implementação de uma política pública podem ser tanto favoráveis como desfavoráveis, conforme menciona Capella (2007) e entre elas está a vontade do gestor, denominada pela autora como

“humor favorável”, além das ações de grupos de pressão sobre o andamento da ação e as mudanças de governo ou gestão.

A primeira delas, a vontade do gestor, podemos compreender advindo da emergência de temas sobre a política, que acabam trazendo novas ideias, mas que também podem, segundo Capella (2007, p. 93), “[...] criar incentivos para a promoção de algumas questões, e em contrapartida, pode também desestimular outras ideias”; outra questão, apontada por essa autora, diz respeito à análise das forças políticas organizadas, chamados de grupos de pressão, que podem influenciar os formuladores das políticas quanto a viabilidade de um projeto, determinante para a sua implementação; e a terceira questão apontada, pela autora, se refere a mudança dentro do governo, da agenda de uma política, determinante para a potencialização de ideias ou também para “[...] bloquear a entrada ou restringir a permanência de outras questões. O início de um governo é, segundo Kingdon, o momento mais propício para mudanças na agenda.”(CAPELLA, 2007, p. 94).

Essas questões podem contribuir para a mudança de rumos de uma política pública, principalmente observada do lado do poder instituído. Mas o que queremos levantar neste trabalho é a formação da agenda pública, a discussão de uma política, no olhar dos movimentos sociais, sendo por isso um diferencial na discussão da formação de uma política pública, e mais específica ainda são as observações apontadas pelas reflexões à luz da Educação Ambiental.

2.5 O Início de uma Educação Ambiental com o GTMS

Uma política pública pode sofrer drásticas mudanças no seu rumo, ainda que ela tenha sido implantada por uma demanda advinda da luta dos movimentos sociais e se não acompanhar sua execução, pode-se ver toda uma luta sendo direcionada em outros objetivos. A capacidade de escutar os movimentos sociais e de ser respeitado por eles é fundamental para que a política mantenha o propósito para a qual foi implantada, e que ela siga os rumos que a base do movimento indicar na sua avaliação sobre o tema.

No caso da lei do ZSEE, a mensagem enviada pelo governador ao Legislativo estadual, em abril de 2008, foi recebida pelos deputados como promessa de realização de audiência pública em todas as regiões do Estado para debatê-lo, afinal coube ao ALMT fazer cumprir a resolução do CONAMA, sobre a participação em políticas referentes ao meio ambiente. A mensagem do executivo recebeu a denominação de Projeto de Lei n.º 273/2008 que “Institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso”.

Nesse processo de audiências públicas, aconteceu algo bem diferente do que a sociedade mato-grossense estava acostumada nas outras audiências realizadas pelo legislativo estadual. As discussões acabaram por demandar mais tempo do que geralmente acontece com outras leis. As participações da sociedade civil começaram timidamente nas primeiras duas audiências, quando na terceira audiência ocorreu um verdadeiro confronto entre grupos sociais que apresentavam projetos diferenciados de sociedade, na cidade de Paranatinga, nos dias 7, 8 e 9 de agosto de 2008.

Após essa audiência de Paranatinga, lideranças e representantes de grupos, movimentos e entidades sociais, reuniram-se na sede do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em Cuiabá, em dia 19 de agosto de 2008. Nessa reunião discutiram-se as questões ocorridas na audiência de Paranatinga e outras questões ambientais e, fundaram o Grupo de Trabalho e Mobilização Social com o objetivo de fazer a formação política de seus membros para atuação nessas audiências públicas.

O GTMS propunha ir ao debate em audiências públicas sobre o projeto de ZSEE, defendendo não só um projeto melhor para a sociedade civil que respeitasse as leis ambientais e naturais, mas também procurasse fazer da participação uma ação que transcendesse o confronto com os grupos, principalmente o enfrentamento aos que defendiam o modelo do agronegócio, nas audiências realizadas na ALMT.

O GTMS não só promoveu a participação de muitos integrantes dos movimentos, grupos e entidades sociais nas audiências, como também organizou vários outros eventos para debater o ZSEE numa perspectiva mais pedagógica, mais dialógica e mais engajada socialmente do que o modelo de debate proposto nas audiências oficiais. Como hipótese desta pesquisa, o GTMS, formado na voluntariedade dos movimentos sociais, inovou na organização e mobilização de seus membros no preparo para o debate público, apesar de toda força contrária pela não participação, como exemplos citamos a ausência

de uma metodologia de audiências públicas, em que fosse promovido o direito de falar e de apresentar propostas; a ausência inicial de apresentar um calendário de audiências e, depois, a apresentação de um calendário sem um intervalo mínimo entre elas que pudesse propiciar o preparo dos grupos sociais; a reduzida quantidade de audiências, sendo orientado, na maioria delas, uma para cada região; audiências realizadas em cidades distantes, etc. Diante desse quadro, a participação na formulação de políticas públicas poderia se resumir apenas em ir às audiências, ou mesmo em entregar propostas escritas à ALMT. Essa inovação proposta pelo GTMS, neste transcurso, será abordada nas entrevistas que destacamos nesta pesquisa e que fazem parte do processo.

No *modus operandi* da ALMT em realizar audiência pública, a participação é somente estar presente nessas reuniões ou entregar documentos protocolizados. Pela ausência de metodologia e de visibilidade do processo legislativo, durante o processo de audiências, não se sabia quais as demandas poderiam ser atendidas, não havendo entendimento do papel dessas audiências, nem como se dariam a votação dessas propostas. O GTMS trilhou um mundo de completa incerteza, apesar das dificuldades, principalmente a falta de recursos financeiros aplicados nos deslocamentos das pessoas para as audiências e reuniões, pelas agendas dos movimentos, às vezes coincidentes de datas dos eventos.

O objetivo do GTMS é potencializar a formação política dos seus integrantes pela aprendizagem em grupo e nas ações dos passos da militância. Essa participação e aprendizagem coletiva, que se conhecerá nesta pesquisa, serão de acordo com o referencial teórico e com as percepções dos sujeitos e a reflexão sobre o movimento.

Na busca pelo entendimento da complexidade do projeto técnico, o GTMS passou não só a entendê-lo e a levar propostas para melhorá-lo, como também passou a defender o projeto inicial do ZSEE por encontrar a afirmação de muitas leis ambientais, como o próprio Código Florestal vigente; e também leis sociais que dão garantias do direito que precisam ainda ser efetivadas pelo Estado.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA: MOVIMENTO INVESTIGATIVO



I Seminário de Mapeamento Social – outubro de 2008 – foto de Regina Silva.
Imagem abaixo: Imara Quadros.

“Inexiste ofício ou profissão que se possa aprender apenas nos manuais. Nesse caso, a luta é a grande mestra.” **Che Guevara**¹⁹

¹⁹ In: Guevara, C. Textos revolucionários. Trad. Aton fon filho. 4 ed. São Paulo: Global, 2009, 96 p. [p.70].



Integrar um grupo de mobilização social requer dos seus participantes a disposição em ser tanto um mobilizador como também conciliador, catalisador e parceiro da luta a que se propõem. Sendo integrante do GTMS, participando desde o início da sua formação na mobilização, nos trabalhos, nas reuniões e na promoção de ações, além do acompanhamento das discussões sobre ZSEE, decorre então que pelo forte envolvimento na pesquisa é que a metodologia utilizada é a mesma da que nasce com pesquisadores engajados nos movimentos sociais: propondo a Pesquisa Participante como um caminho para compreender essas pessoas e a sua militância.

Sobre esta metodologia, na América Latina, entre os anos 1960 e 1980, foram gerados vários estudos por ativistas sociais e pensadores sobre movimentos populares, educação popular, teologia da libertação e pesquisa participante, difundidos estes estudos para os EUA e Europa. E assim, quase a margem das universidades e do universo científico, enfrentando resistências, que anos mais tarde foi adentrando na academia mediante estudantes e professores ativistas sociais. Até hoje a pesquisa participante continua sendo difundida como instrumento de ação da educação popular.

Segundo Brandão (2006, p. 30), “[...] de modo geral nunca houve na América Latina um movimento de pesquisa participante”. O que, segundo o autor, é o entendimento dos pesquisadores dessa área que se reconhecem como atuantes da prática de educação popular.

A pesquisa participante deve levar em conta um olhar sobre as unidades sociais e movimentos populares, de vocação transformadora e emancipatória, com investigação empírica e outra compreensão científica e ideológica da vida e da realidade social (BRANDÃO, 2006). Segundo este autor a pesquisa participante é uma das articulações das ações, entre outros instrumentos de processos sociais dentro da trajetória da organização popular. Brandão assim define esta metodologia como (2006, p. 31): “Um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular.”

Este é o teor da pesquisa participante na América Latina, de ser inscrita dentro de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória, pois essa é sua

origem. Ela deve ser pensada, segundo Brandão (2006, p. 32) como “[...] um instrumento de trabalho a serviço de práticas populares de valor político e de uma múltipla e variada vocação transformadora”.

Numa abordagem mais ligada aos contextos de seu surgimento, a pesquisa participante requer autonomia e envolvimento com a base do que se está pesquisando. A pesquisa participante é essencialmente voltada para os grupos sociais que buscam uma atuação política como forma de garantir seus direitos. Assim a pesquisa participante:

[...] responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar ao desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior. (FALS, 1999, p.43).

Segundo Brandão (2006), tanto Orlando Fals Borda (sociólogo) quanto Paulo Freire (educador) são os principais nomes dessa metodologia na América Latina.

Eis um resumo dos princípios dessa metodologia apontada por Fals (1999, p. 49): a) autenticidade e compromisso; b) antidogmatismo; c) restituição sistemática; d) feedback para os intelectuais orgânicos; e) ritmo e equilíbrio de ação-reflexão; e f) ciência modesta e técnicas dialogais.

O primeiro princípio é **autenticidade e compromisso** que devem ser inerentes à postura do pesquisador frente ao grupo a ser pesquisado. Deve ser honesto com a causa das lutas populares, mostrando sua contribuição com sua própria disciplina e não negando esse aspecto. O segundo princípio é “**antidogmatismo**”, postura que pretende deixar inconveniente a aplicação no campo de ideias preconcebidas dos intelectuais, pois se torna um obstáculo para aplicação do método científico na luta popular. As ideias pré-concebidas ou os dogmas impedem os grupos de entenderem melhor os problemas e agir em defesa deles. Entende-se que nesse princípio deve-se deixar a postura da ciência que apregoa a imparcialidade, e da relação sujeito-objeto, pois nesse espaço a relação de pesquisa é feita em parceria com os movimentos.

O terceiro princípio é “**restituição sistemática**” que é o esforço de levar ao grupo pesquisado a novos níveis de consciência política. Esse retorno da cultura deve ser feito de modo sistemático e organizado, e segue algumas regras:

a) comunicação diferencial de acordo com os níveis de participação do grupo, podendo ser desde histórias em quadrinhos, slides, teatros, passando por textos mais elaborados até chegar à forma descritiva e teórica, em contexto regional e nacional; valorizando a cultura local, enfatizando o lado mais poético e humano. Pode inclusive utilizar meios pedagógicos, como fascículos, cadernos, vídeos, imagens em apresentação.

b) simplicidade de comunicação que seja acessível a todos os participantes do grupo, requerendo novas experimentações de apresentação da ciência; utilizando-se de vários meios como as atuais listas *online*, panfletos, rodas de diálogo, etc.

c) auto-investigação e controle que determina que o grupo é quem controla a investigação e também sua auto-investigação, usando técnicas dialogais, rompendo o esquema assimétrico de objeto e sujeito de pesquisa;

d) popularização da técnica que consiste em ministrar cursos de metodologia de pesquisa aos núcleos mais avançados para a capacitação do grupo, podendo ele também ser dono de sua própria pesquisa, ao invés de dependerem dos intelectuais.

O quarto princípio é o “**feedback para os intelectuais orgânicos**”. Esses intelectuais são grupos de pessoas idôneas, com experiências, que são encontrados no próprio grupo pesquisado e que contribuem para aspectos práticos e políticos do trabalho no campo. Podem ser chamados de grupos de consulta *ad hoc* que têm a finalidade de suplantam os grupos de consulta formados por acadêmicos e professores.

O quinto princípio é “**ritmo e equilíbrio de ação-reflexão**” que procura adotar no tempo e espaço um nível elevado de prática. O conhecimento deve ir e vir das bases até o nível mais geral, fazendo a reflexão em todos os níveis, de maneira equilibrada determinada pela sua própria luta e necessidade.

O sexto princípio é “**ciência modesta e técnicas dialogais**” em que tanto a proposta da ciência quanto o pesquisador devem ter em si a humildade dos que realmente querem aprender com o outro, abandonando as assimetrias das relações sociais, incorporando pessoas da base como indivíduos ativos e pensantes nos esforços de pesquisa.

Apesar de todo esse compêndio sobre a ação da pesquisa participante, importa frisar que ele não configura regra fixa a guiar esta pesquisa. Há inclusive uma discordância de que haja até mesmo princípios fundadores, como em Brandão (2006, p. 33), que declara que “[...] não há uma unidade de idéias, propostas e métodos”. Mas podemos

usar tais princípios como forma de entendermos a proposta em um tempo, uma forma de agir, de uma reflexão de um pesquisador que realizou as pesquisas nesse sentido e os seguiu como padrão.

A pesquisa participante é muito utilizada pela Educação Ambiental, podendo incorporar vários nomes como pesquisa-ação, pesquisa ação participante, observação participante, investigação alternativa, investigação participativa, auto-senso, pesquisa popular, pesquisa dos trabalhadores, pesquisa-confronto. De acordo com Brandão (1999, p. 15), “[...] de escrito para escrito mudam os nomes daquilo que, na verdade, procedem de origens, práticas e preocupações muito próximas e parece apontar par um mesmo horizonte”.

Usar o método de pesquisa participante na Educação Ambiental vem com uma postura comprometida com a conscientização popular e “[...] resgatando para a comunidade o poder de pesquisar a si mesma” (GIL, 2005, p. 589). Na educação esse processo de pesquisar e agir deve ser permanente e sempre ter a reflexão como forma de entender o processo no qual estão vivenciando. Assim na Educação Ambiental a pesquisa-ação pode ser entendida como ação-reflexão, procurando a conscientização do grupo, conforme Sato e Santos (2003, p. 16) “[...] um conjunto de idéias (reflexão), que geram atividades (ação), visando a transformação das ordens e sistemas dominantes (conscientização), através de um processo permanente de educação”.

Há vários problemas na aplicação do método, mas a superação dos mesmos pode ser buscada junto com o grupo pesquisador e com próprio grupo pesquisado, na concepção de que fazer ciência pode ser uma invenção do ser humano, comprometido com a mudança e a vontade de fazer as coisas. Assim, segundo Brandão (2006, p. 43), “[...] a pesquisa participante é um constante diálogo não doutrinário de parte a parte que um consenso sempre dinâmico e modificável deve ir sendo também construído”.

Embora não seja dogmática, nem neutra, mas procurando a construção de uma reflexão-ação junto aos movimentos sociais, Brandão (2006, p. 46) enumera quatro objetivos ou propósitos que devem ser buscados nesse agir do pesquisador. Lista-se:

1. Ela responde de maneira direta à finalidade prática a que se destina, como um meio de conhecimento de questões sociais a serem participativamente trabalhadas;

2. Ela é um instrumento dialógico de aprendizado partilhado, e, portanto, como vimos, já possui organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora;

3. Ela participa de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber popular e, no limite, poderia ser um meio a mais na criação de uma ciência popular;

4. Ela partilha, com a educação popular, de toda uma ampla e complexa trajetória de empoderamentos dos movimentos populares e de seus integrantes.

Os passos seguidos nesta pesquisa procuram refletir a caminhada do GTMS ao longo da trajetória de luta no processo de debate sobre o projeto de lei do ZSEE. As ações realizadas podem ser encontradas nos objetivos listados acima em vários momentos, pois conforme o primeiro objetivo, todas as ações propostas foram dialogadas e de conhecimento de todos no grupo. Desde a sua formação, a proposta do GTMS era de uma formação política de seus membros e a atuação imediata seria no processo do ZSEE. Para isso todo um debate e uma estrutura foram pensados para dar apoio a quem fosse às audiências, aos parceiros, levantando quem poderia ir junto para ajudar o pessoal de cada região, e inclusive como conseguir recursos para a viagem às audiências públicas.

Não havia uma coordenação, ou uma moderação, ou um grupo coordenando o GTMS, como ainda não há. Há pessoas que por estarem no grupo desde o início, por terem uma rede, uma base, e pela constância de participação tendem naturalmente a ter uma liderança, mas formada no respeito e na confiança, adquirida neste grupo e também de relações anteriores. Alguns integrantes do grupo, por estarem no grupo pesquisador, têm fortemente a pesquisa centrada nas ações do movimento, contribuindo para que o GTMS possa ter mais reflexões e, ao mesmo tempo, o GTMS também gera uma sensação de pertencimento a um projeto de concepção, de participação e colaboração com a pesquisa.

A relação entre os integrantes do grupo vai além da participação do processo do ZSEE como o estabelecimento de relações de conhecimento do trabalho e das ações entre os grupos, entidades e movimentos. Há uma difusão e divulgação das ações do grupo, visto que não temos ainda a amplitude para onde estão irradiando em outras pessoas as mesmas percepções.

Para selecionar as pessoas a serem entrevistadas, escolhemos aquelas que conhecemos por ocasião dos debates do projeto do ZSEE e também àqueles que se envolveram nos debates e que representavam grupos diferenciados. Permitiu-se escolher representantes de grupos diversos para ter opiniões mais enriquecidas e percepções diferenciadas sobre o mesmo tema.

Ao mesmo tempo, observamos que as pessoas escolhidas estavam e, ainda estão, em sua maioria, motivando a lista de discussão *online* e presentes nas reuniões e manifestações sobre a política do ZSEE. Essas pessoas representam mais de 30 (trinta) diferentes grupos, movimentos e entidades socioambientais de reconhecida participação em debates públicos em MT listados no Apêndice A.

Deste universo de pessoas, selecionamos aquelas conhecidas no contexto de luta ao longo desses dois anos, participando ora mais em um período, ora mais em outro, nos embates presenciais, defendendo a proposta do ZSEE e, ao mesmo tempo, outras causas socioambientais.

É relevante frisar, que muitas pessoas que também tiveram e têm um papel importante na formação e no fortalecimento do grupo não chegaram a ser entrevistadas, mas suas opiniões no grupo virtual, em reuniões e em conversas influenciam as considerações pertinentes sobre participação nesta dissertação. Embora não tenham sido entrevistados, as discussões, reflexões em grupos, seus estudos, suas opiniões, permeiam, com certa intencionalidade, a pesquisa e as ações do movimento.

De modo que selecionamos 12 (doze) pessoas para as entrevistas, todas aceitaram, marcando horário, conforme a agenda individual. As entrevistas foram realizadas entre março e maio de 2010, sendo 9 (nove) em Cuiabá e 3 (três) em Cáceres.

No horário das entrevistas, inicialmente, foi comunicado a cada entrevistado qual era o objetivo da pesquisa e da entrevista. Também solicitou-se aos respondentes sua autorização para gravar a entrevista em um gravador digital de voz, e, também, autorização para colocar seus nomes, falas e imagens no texto da dissertação. Os entrevistados entenderam o objetivo da pesquisa e da entrevista e autorizaram as gravações e a sua utilização na dissertação (Anexo A).

As entrevistas seguiram um roteiro pré-determinado, composto por perguntas abertas, num total de 10 [dez], relacionadas à identidade pessoal com a mobilização no GTMS em torno do projeto do ZSEE. Nessas perguntas foram relacionados temas sobre o

entendimento sobre participação social, políticas públicas e Educação Ambiental. A importância desta abordagem junto a esses representantes é compreender a percepção de cada um na trajetória de sua caminhada do movimento e da militância e, principalmente, na história da política pública de MT e sua abordagem sobre elas.

Quadro 1: A relação nominal dos doze sujeitos da pesquisa, listados conforme entidade e no grupo

Pessoa	Representação	Categorização
Alonso Batista dos Santos	FLEC - Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres	Sociedade civil
Amanda Fernandes Camargo do Nascimento	GPEA - Grupo Pesquisador em Educação Ambiental	Academia
Andrea Aguiar Azevedo	ARPA - Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental	Sociedade civil
Antonio Carneiro de Menezes	MST - Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra	Sociedade civil
Fernando Francisco Xavier	ICMBio - Instituto Chico Mendes - Governo Federal	Governo
Gilberto Vieira dos Santos	CIMI - Conselho Indigenista Missionário	Sociedade civil
Isidoro Salomão	FLEC - Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres	Sociedade civil
Mariléia Taiuá Oliveira Peruare	GPEA - Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte.	Academia
Michelle Tatiane Jaber	GPEA - Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte.	Academia
Sinthia Cristina Batista	UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso	Academia
Solange Ikeda Castrillon	FLEC - Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres	Sociedade civil
Tereza Neide Nunes Vasconcelos	SEPLAN - Secretaria de Planejamento - Governo Estadual	Governo

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2010.

As pessoas foram selecionadas na intenção de representar a diversidade do grupo de militantes, pessoas de várias áreas, estão assim distribuídas nas categorias: sociedade civil, universidade/academia e governo.

Importante ressaltar que a professora Michèle Sato seria uma das entrevistadas no marco deste processo, pois esteve (e está) sempre presente na luta, sendo uma das fundadoras do GTMS. Entretanto, para preservar a ética de seu nome, enquanto orientadora deste trabalho, resolvemos que ela não seria entrevistada nesta pesquisa. Porém, sua contribuição está permeada nas citações e na beleza de abraçar esta pesquisa

participante, sabendo que não poderia ser entrevistada embora conheça todo o processo.

O GTMS tem uma riqueza de diversidade de pessoas, representando vários grupos, entidades, movimentos socioambientais, e que no decurso dos embates, em vários momentos de luta, uma ou outra pessoa se destacava, puxando uma reunião, chamando para a mobilização, para a assinatura de um manifesto, convidando para uma confraternização ou evento de sua entidade. Certamente não poderíamos destacá-las, concentrando nossa observação, sob pena de não compreender todo o processo, pois numa só pessoa não foram condensadas as opiniões, as participações, o desempenho do grupo. Todos os entrevistados manifestaram o respeito pela decisão do grupo em vários momentos, demonstrando a consideração que possuem pelo espaço conquistado na luta e na militância de cada um dos participantes. Um olhar especial da pesquisadora mobilizou atenção especial a essas pessoas, uma vez que por estar desde o início nas discussões do ZSEE, antes mesmo da formação do grupo, percebi o momento que cada um deles ingressou no processo, e assim no diálogo com eles pude levantar suas percepções sobre essa caminhada nessa militância. Certamente, cada um teve uma motivação para abraçar essa causa e conta uma história diferente, bem como cada um percebe o movimento de maneira divergente do outro.

Ainda que os percalços sofridos com as revezes no projeto do ZSEE na ALMT, essas pessoas selecionadas para a entrevista sempre demonstraram esperanças, confiança, estimulando todos a buscarem forças e a proporem novas direções para o projeto de política pública que se deseja. São pessoas que mostram uma capacidade de enfrentar desafios na arena pública e, que também possuem um espírito de liderança e se mostraram a frente do processo em várias ações.

Como já mencionado, as entrevistas foram feitas entre março e maio de 2010, de acordo com a agenda individual de cada um e da cada uma das pessoas. As entrevistas duraram entre uma e duas horas, algumas chegaram a durar duas horas e meia. A seguir apresento o roteiro das perguntas formuladas:

1. Nome - Você permite que seu nome seja exposto na dissertação, ou prefere sigilo sobre sua identidade?
2. Formação e Atuação.
3. Você acha que é melhor aprender sozinho ou em coletivo? Justifique a resposta.

4. O que é participação para você?
5. Oficial e juridicamente, parece que não existem meios de assegurar a participação da sociedade civil em políticas públicas. Para você, qual é o melhor meio de se garantir minimamente a presença da sociedade civil nas políticas?
6. Para você, o que é Educação Ambiental?
7. Cite 3 palavras que te lembre “militância”.
8. Quais foram os principais pontos positivos e negativos do GTMS, em relação às instâncias: ao projeto ZSEE, propriamente dito; aos movimentos e grupos sociais; às políticas públicas de MT; para você, em particular?
9. O que você acha da afirmação: “cidadania é sinônimo de controle social”?
10. Faça um comentário livre sobre o GTMS e suas implicações no ZSEE.

As entrevistas foram transcritas na íntegra para que se ter uma melhor compreensão dos entrevistados e tanto elas como as gravações, em meio magnético, estarão disponíveis no GPEA, como arquivo de pesquisa.

As declarações dos sujeitos que aparecem nesta dissertação estão apresentadas destacadas dentro de um quadro, com a grafia diferente do resto do texto e em tamanho 10. As frases estão identificadas com o primeiro nome ou o apelido listado entre parênteses na apresentação do breve perfil dos 12 sujeitos de pesquisa entrevistados:



Foto: R. Silva.

Alonso Batista dos Santos, militante, vereador pelo Partido dos Trabalhadores, no chamado “mandato coletivo”, criado em função da ação do trabalho com comunidades em Cáceres. Formado em História, é militante do Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres e também da Associação cristão Fé e Vida, que trabalha junto às comunidades, principalmente a agricultura familiar, não ligada a nenhuma religião. Filho de trabalhadores rurais, desde cedo começou sua militância ainda na igreja católica, na pastoral da juventude, mais tarde na questão dos direitos humanos. Por causa da sua militância, já foi coordenador do Partido dos Trabalhadores em Cáceres e chefe da unidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

Amanda Fernandes Camargo do Nascimento, natural de Cuiabá é uma das mais jovens atuantes no GTMS durante o processo de audiências do ZSEE, em 2008, ela tinha 19 anos, era estudante de biologia, bolsista de iniciação científica no GPEA, fazia sua militância tanto na REMTEA como no Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente, de onde se tornou sua principal representante. Questionadora desde muito jovem, como ela mesma diz, não sabe de onde vem essa força de ir à luta. Sua identidade é com a Educação Ambiental, gosta de trabalhar com as pessoas, por isso não se vê como bióloga simplesmente, mas aprendeu na Biologia a respeitar a vida e todas as suas formas.



Foto: cedida pela entrevistada.



Foto: cedida pela entrevistada.

Andrea Aguiar Azevedo é formada em Biologia pela UFMT e doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Afirma que deve a seu pai o aprendizado de dar valor em cada coisa que conquista, dando importância ao resultado de seu trabalho. Destaca que sua melhor virtude é saber dialogar com vários grupos, sendo uma boa intermediadora. Atuou na questão do ZSEE antes do início das audiências, promovendo em sua cidade, Rondonópolis, debates sobre o tema. Não se imaginava trabalhar com o meio ambiente e hoje se surpreende vivendo da pesquisa e dessa relação com a militância. Entende que contribui mais com o movimento social com seus estudos, oferecendo argumentos técnicos para discussão, embora saiba que no mesmo patamar é necessário o conhecimento político das coisas.

Antonio Carneiro de Menezes (Carneiro)

é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST). Começou a atuar no MST ao mesmo tempo em que começou a fazer Biologia na UFMT em Rondonópolis. Atuando no MST como responsável pelo setor de produção, cooperação e meio ambiente sendo este um setor do movimento



Foto: R. Silva.

que tem que trabalhar principalmente com os assentados da assistência técnica, crédito, projeto de infraestrutura, projeto de agroindústria. Por estar ligado à temática do meio ambiente, entrou no GTMS para poder conhecer mais pessoas e o movimento ambiental em MT.



Foto: R. Silva.

Fernando Francisco Xavier é biólogo de formação, e tem mestrado em ecologia e conservação da biodiversidade. Seu trabalho profissional no Instituto Chico Mendes favoreceu o intercâmbio do GTMS com os povos e comunidades tradicionais. Mobilizou recursos financeiros e articulou a vinda de muitos representantes deste grupo nos seminários de mapeamento social. Militante desde os tempos da universidade, participando de grupos de pesquisa sobre a questão da terra em MT, portanto sempre esteve debatendo questões socioambientais e agora traz esta questão ao zoneamento.

Gilberto Vieira dos Santos (Giba) é geógrafo de formação, paulista de Presidente Prudente, sempre envolvido com a militância na igreja católica, participou desde cedo de grupo de jovens e pastoral da juventude. Também tem uma formação política, participando do Partido dos Trabalhadores, da formação das comunidades eclesiais de base da igreja e depois também da Comissão Pastoral da Terra, e aí conheceu mais de perto as ações do MST, participando nessa luta junto e influenciando suas ações. Está em MT desde 2007, assumindo a coordenação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em MT em 2008 e várias questões ligadas à temática dos povos indígenas.



Foto: R. Silva.

Isidoro Salomão, nascido em Cáceres, em uma comunidade de base de onde tem uma forte ligação na formação de sua atuação. É técnico agropecuário e estudou filosofia e teologia. É padre da igreja católica e militante social e trabalhador rural. Fundou a Paróquia Cristo Trabalhador em Cáceres, iniciou junto a esta criação a luta por reforma agrária, trazendo a Cáceres e região o MST. Sua luta pela terra faz com que o Sindicato de Trabalhadores Rurais, cuidado há anos pelo agronegócio, passasse novamente às mãos dos trabalhadores. Sua vida está intimamente ligada com o povo que luta pela terra.



Foto: R. Silva.

Mariléia Taiuá Oliveira Peruare (Mari), nascida em Cuiabá, é indígena da etnia baikari, que tem uma grande aldeia no município de Paranatinga, MT. É formada em administração pela UFMT. Aprendeu desde cedo com seu pai, Victor Peruare, também militante baikari, a lutar pelo direito dos povos indígenas. Atuando sempre nos espaços de debates e direitos para a questão dos povos indígenas em MT, e sempre está assessorando grupos ligados a essa temática. Durante o processo de audiências do ZSEE foi a principal articuladora dos povos indígenas no debate, e mesmo no GTMS mobilizava todos os povos para a participação, sendo junto com a Amanda uma das mais jovens lideranças nesse processo.



Foto: R. Silva.

Michelle Tatiane Jaber é pesquisadora, educadora ambiental e militante social. Formada pela UFMT em Biologia e doutoranda em ecologia, na Universidade Federal de São Carlos. Embora seja acadêmica, entende que a pesquisa deva ser aliada à militância, e hoje ela diz que está cumprindo sua existência, pois consegue na sua pesquisa estudar os movimentos sociais, exercendo com isso estes dois objetivos na sua vida. Atuante desde o início da formação do GTMS, articulando e mobilizando pessoas e ações e proposições do grupo ligando a universidade à Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA) na questão do ZSEE.



Foto: R. Silva.



Foto: R. Silva.

Solange Ikeda Castrillon é militante social, bióloga de formação, com doutorado em ecologia. Sempre atuante no movimento estudantil, foi presidente do Diretório Central dos Estudantes na UFMT e alguns anos depois por não concordar com o posicionamento de professor em sala de aula, desiste do curso de agronomia em Cuiabá, e mudando totalmente de vida, passando a residir em Cáceres, casando, tendo filhos, e inicia outro curso superior, agora na UNEMAT, onde hoje trabalha como professora e pesquisadora.

Sinthia Cristina Batista é formada em Geografia pela Universidade de São Paulo, militante na Associação Brasileira de Geografia. Tem mestrado e está fazendo o doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Diz que o maior legado que teve dos pais é saber argumentar e dialogar, pois foi incentivada a fazer isso desde cedo. A base da sua formação é marxista, mas procura enveredar pelo anarquismo. Veio para MT em 2008 e já entrou na discussão do zoneamento em Rondonópolis, juntamente com a Andrea Aguiar Azevedo. Atualmente é professora da UFMT, em Cuiabá.



Foto: cedida pela entrevistada.



Foto: R. Silva.

Tereza Neide Nunes Vasconcelos, nascida no Estado de São Paulo. Seus pais foram desbravadores em Rondônia, com isso tem uma formação muito forte com os assentados, os indígenas e trabalhadores rurais. É formada em Geologia na UFMT e iniciou seus trabalhos na extinta Fundação Cândido Rondon do Governo do Estado de MT, hoje incorporada à SEPLAN, onde aprendeu a exercer a trabalhar de modo multidisciplinar. Tem mestrado em ecologia e conservação na UFMT. Sua relação com os movimentos sociais começou após as audiências da política do ZSEE na ALMT e o GTMS proporcionou uma mudança profunda no seu ser na relação com os movimentos sociais.

CAPÍTULO 4 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

MOVIMENTO REFLEXIVO



II Seminário de Mapeamento Social – outubro de 2010 – foto de Regina Silva.
Imagem abaixo: Banky.

“Minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta,
mas a de quem nele se insere.
É a posição de quem luta para não ser objeto,
mas sujeito da História”.
(Paulo Freire)²⁰

²⁰In: FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 60.



Por que aconteceram as audiências públicas do ordenamento territorial em MT? E como aconteceram? As audiências públicas são necessárias e obrigatórias no ordenamento jurídico brasileiro, mas apesar de muitos esforços consideráveis da sociedade e do poder público no sentido de promovê-las, ainda estão longe de ser uma realidade na elaboração de leis, bem como de serem participativas e propositivas. Por força de uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) existe a obrigatoriedade de participação popular na elaboração de leis do meio ambiente, a política de ordenamento territorial faz parte da política de meio ambiente, e, sob esta consideração prévia, legal de fato, se efetivou a realização de audiências públicas.

4.1 Histórico da mobilização

A história do GTMS começa com o envolvimento na participação dos debates do ZSEE promovidos pela ALMT. Ainda que a formulação da lei do ZSEE tenha iniciado no poder Executivo, não houve uma ampla discussão do projeto, nem na sua elaboração, durante seus estudos técnicos e análise de consultorias até o envio para ALMT. Apenas no último momento quando o projeto estava com o Executivo, foi realizado um seminário de três (3) dias em que foram convidadas entidades sociais e do poder público estadual e federal, como forma de validação do projeto.

Assim em abril de 2008, o projeto foi encaminhado à ALMT, quando já haviam passados 20 anos de elaboração técnica, iniciando o processo de discussão com a sociedade. O GTMS constituído como grupo, passou a discutir a proposta da lei a partir da quarta audiência do ZSEE, em outubro de 2008, e doravante os representantes se fizeram representar nos seminários e nas audiências públicas promovidas pela ALMT:

[...] foram realizados 14 (quatorze) seminários técnicos dentro do calendário oficial e 02 (dois) seminários técnicos especificamente com os povos indígenas e 15 (quinze) audiências públicas, onde foram recebidos centenas de documentos, técnicos ou não [...]. (ALMT, 2009, p. 27).

Para além da participação nos encontros promovidos pelo poder legislativo, o GTMS desenvolveu ações que denominamos de “táticas participativas pedagógicas”²¹, apreendidas e inventadas durante o processo, nas quais o conceito do que seria participação foi sendo refletido e executado, exercendo um processo educativo de ação-reflexão-ação.

Uma série de ações foi realizada nesse processo participativo e pedagógico. Todas essas ações sempre foram decisões tomadas no coletivo, discutidas em grupo, quer sejam presenciais ou mesmo na lista *online*. Foram elaborados e publicados manifestos, notas de repúdio para denunciar publicamente o que estava ocorrendo já na condução das audiências públicas, pois em vários momentos a própria mesa não mediava os embates, por vezes, tomando partido, e causando injustiça.

Após a formação do grupo em 19 de agosto de 2008, no mesmo dia foi criada a lista *online* de discussão, em que foram convidados vários militantes sociais, bastando ser indicados por qualquer pessoa que já estava na lista, citando nome e a entidade, grupo e movimento que representa. Essa dinâmica de apresentação prevalece até hoje. Apesar disso, há constatação de que existem pessoas na lista que estão apenas “espionando” o movimento, pois durante o processo foi percebido por alguns participantes do GTMS que os deputados detinham em suas mãos páginas impressas de e-mail com as características dos enviados no GTMS. Contudo, já há uma proposta na lista para a superação deste acontecimento.

Várias ações foram encaminhadas neste primeiro mês de criação do grupo, inclusive a elaboração do projeto do I Seminário de Mobilização e Mapeamento Social de Mato Grosso e reuniões com os órgãos públicos. Já em setembro foi protocolizada na ALMT uma petição com 500 assinaturas criticando a metodologia das audiências (Anexo B).

O primeiro grande encontro do GTMS aconteceu no evento denominado 1º Seminário de Mobilização e Mapeamento Social, com o tema “Territórios e Identidades de MT, Zoneamento Socioeconômico Ecológico,” nos dias 24 a 26 de outubro de 2008, em Cuiabá. A realização deste evento foi uma parceria entre os militantes do GTMS,

²¹ O conceito de “táticas participativas pedagógicas” será explicado na página 114.

pesquisadores do GPEA e educadores da REMTEA e teve apoio de mais entidades²² para sua realização, contando com a participação de 65 grupos e entidades, que foram representados por 250 lideranças. Mobilizados pela temática do ZSEE, como tema propulsor da discussão de políticas públicas, as pessoas foram relatando suas vidas e seus territórios em pequenos grupos.

A metodologia adotada no seminário convidou os participantes, a maioria vinda do interior de MT a conhecer mapas, proposto por regiões de planejamento, uma divisão adotada nos estudos do ZSEE (apresentado na Fig. 4, página 43) e que estavam evidenciadas nelas as categorias ou subcategorias e suas zonas e/ou subzonas de acordo com a proposta original do projeto. Cada pessoa se debruçou sobre o mapa, para se localizar no mapa, escrevendo, riscando, traçando linhas, marcando outros grupos sociais conhecidos que não estavam presentes no seminário e também apontaram os conflitos ambientais que conhecem no território de MT.

Com isso, nesse encontro, vários frutos foram percebidos pelo GTMS. Foi um momento, sobretudo de conhecimento entre culturas, etnias e saberes de MT. Como resultado também deste encontro foram debatidas propostas das diretrizes sociais para o ZSEE e que depois foram também encaminhadas à ALMT²³.

Outro resultado também considerado um marco inédito no processo e na luta por políticas públicas foi o início da elaboração do mapeamento social e de conflitos ambientais em MT, apurado com as informações obtidas nos mapas trabalhados nos grupos e também nos relatos organizados a partir de uma metodologia elaborada pelo GPEA. Nesse aspecto trata-se de reconhecer o ZSEE como um instrumento legal de mosaicos científicos que possam também favorecer a produção científica nas bases cartográficas socioambientais que retirem MT do cenário periférico das ciências, dando

²² O evento contou com o apoio do Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente (CJMT); Instituto Indígena Maiwú; Associação Rondonopolitana de Proteção Ecológica (ARPA); Instituto Caracol; Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, ambas de Mato Grosso; e o Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes.

²³ O relatório foi entregue na reunião do zoneamento na ALMT em 26/11/2008, conforme consta no Apêndice do Relatório do Relator do Substitutivo Integral, Dep. Estadual Alexandre César do Substitutivo Integral.

exemplos de pioneirismo e reconhecimento acadêmico, ao Brasil e quiçá ao mundo (SATO et al. 2008a, p. 8).

Assim, nestes três dias de seminário as pessoas e os vários povos de MT se conheceram, se emocionaram e trocaram conhecimentos sobre a localização nos territórios, observando os mapas do ZSEE, favorecendo o alcance do objetivo proposto do evento que era a compreensão da dinâmica identitária que se entrelaça na pulsação da cultura e natureza de MT. Nesse encontro e apresentação do ZSEE todos puderam se debruçar sobre os vários mapas utilizados para se encontrar na identidade das propostas de categorização do instrumento. A maioria das pessoas, nesse evento, teve o primeiro contato com o ZSEE, apesar de as audiências iniciadas desde junho daquele ano.

O mapeamento dos conflitos ambientais fornece a dimensão da ocupação recente, principalmente iniciada nos anos 70, que transformou o Estado de MT. Esse evento propiciou às pessoas o reconhecimento do seu saber por meio de audiência aos seus relatos, possibilitando criar demandas coletivas para uma ação de proposta por políticas públicas que dêem resposta a esses acontecimentos.

O ZSEE não considerou esses conflitos como base para sua proposição. Foi uma metodologia feita com outras bases técnicas. Assim, a ausência dessas vozes no processo de elaboração desse instrumento leva a entender o desinteresse da população no início do processo de audiências públicas. Além da importância dessa construção coletiva, conduzida pelos protagonistas, esse processo também se fortaleceu com a luta das pessoas que encontram dificuldades de proposição na arena pública quando agiram isoladamente. Assim, ao denunciarem conflitos, reconheceram-se na indignação com o processo de exclusão, concordando com Jaber e Sato (2010, p. 457) quando declaram que:

Os conflitos ambientais apresentam-se inerente às práticas sociais de uso, ocupação e significação do território. São processos de exclusão e apropriação desigual que geram embates e lutas de diferentes tipos. Diferentes formas de opressão ou de dominação geram formas de resistências, mobilização e identidades coletivas distintas, passando a estabelecer redes e alianças entre os protagonistas.

Igualmente, o produto de mapeamento social possibilitou que os participantes pudessem conhecer povos, comunidades e grupos sociais que enriquecem a cultura mato-grossense. Muitos deles estão invisíveis, principalmente pelos documentos

públicos, evidenciados na proposta do ZSEE que também não enfocou esta questão ou mesmo não se pensou numa proposta diferenciada de audiência a esses grupos sociais. O vazio demográfico relatado nos próprios documentos oficiais sobre a história de MT denota esse olhar que mantém os grupos sociais, povos e comunidades tradicionais longe das políticas públicas. Quando as próprias pessoas são convidadas a expor suas propostas trazem consigo uma luta coletiva, muito bem refletida por Silva e Sato (2010, p. 21):

Durante o Seminário muitos relatos evidenciavam a identidade das lutas coletivas, *‘eu pensava que esta luta era só minha e hoje vejo que é coletiva’*. Estes relatos reforçam a afirmação dos direitos coletivos que são indissociáveis na defesa da integridade dos modos de vida e das identidades associadas aos territórios.

Após este seminário, os integrantes dos movimentos sociais apresentaram mais propostas e aumentaram os argumentos de discussão nos embates das audiências públicas que estavam ocorrendo pela ALMT. Na lista *online* os debates sobre os relatos das audiências continuaram.

Como forma de preparar e mobilizar mais pessoas no interior de MT, o GTMS solicitou à ALMT, em novembro de 2008, que as audiências fossem suspensas e que retornassem no ano seguinte, para que os movimentos sociais pudessem ter tempo de obter mais conhecimento sobre o documento e formular demandas. Outros segmentos da sociedade também fizeram essa solicitação ao Legislativo e as audiências foram suspensas retornando em março de 2009.

Em fevereiro de 2009, o GTMS realizou o 1º Fórum Popular do ZSEE que aconteceu na chácara da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) em Várzea Grande. Nesse evento foi produzida a “Carta do Fórum” na qual se levantou uma série de reivindicações para garantir a participação dos grupos sociais no processo de audiência como, por exemplo, um calendário antecipado para o preparo técnico-político, o reinício do processo para maio de 2009 e novamente solicitando a participação de integrantes do Ministério Público Estadual nestes debates públicos. Esta Carta do Fórum foi distribuída publicamente num evento realizado em Cuiabá e entregue em mãos ao Governador do Estado em março de 2009 (Anexo C).

A ALMT independente da reivindicação dos movimentos sociais reiniciou o processo em março de 2009, e publicou um calendário das próximas audiências,

contrariando as solicitações dos movimentos sociais, além de intensificarem a realização das audiências com um mínimo de intervalo ou mesmo sem intervalo adequado para uma mobilização nas regiões. As audiências e seminários, promovidos pela ALMT, aconteceram conforme estão descritas no quadro 2.

Em todas as audiências e seminários, pessoas e instituições que participavam do GTMS relataram os acontecimentos. Alguns foram mais intensos na participação em números e pessoas e informações, em outras cidades um pouco menos. Inclusive no Seminário dos povos indígenas, promovido pelos próprios, alguns membros do GTMS estiveram presentes, sendo os únicos não-índios permitidos no evento.

Em março de 2009, integrantes do GTMS elaboram o “Caderno Pedagógico do ZSEE” e com ajuda de instituições parceiras o material foi publicado e distribuído por todo o Estado. O material didático é riquíssimo, sendo fonte de lição apreendida pelos participantes do próprio grupo, ilustrado não só com as imagens das categorias e subcategorias de uso, mas também com poemas escritos pelas pessoas que participaram do I Seminário de Mapeamento social. Este material contém explicações detalhadas do zoneamento, como está a situação no país e o que está acontecendo com o processo de participação, com temas que são importantes no contexto das discussões como as categorias e as diretrizes relacionadas a cada uma delas. Neste trabalho, várias vezes, nós recorremos a ele como fonte de consulta e explicação do movimento.

Quadro 2: Seminários e audiências públicas do ZSEE realizados pela ALMT durante o período 2008-2009

Município	Região de Planejamento	Data	
		Seminário	Audiência
Cuiabá	VI	10	23/06/2008
Rondonópolis	V	10 e 11/07/2008	12/07/2008
Paranatinga	V	07 e 08/08/2008	09/08/2008
Diamantino	IX	16 e 17/10/2008	18/10/2008
Tangará da Serra	VIII	29 e 30/10/2008	31/10/2008
Cáceres	VII	12 e 13/03/2009	14/03/2009
Pontes e Lacerda	VII	26 e 27/03/2009	28/03/2009
Barra do Garças	IV	02 e 03/04/2009	04/04/2009
Alta Floresta	II	06 e 07/05/2009	09/05/2009
Vila Rica	III	14 e 15/05/2009	16/05/2009
Sorriso	X	21 e 22/05/2009	23/05/2009
Juara	XI	28 e 29/05/2009	30/05/2009
Sinop	XII	04 e 05/06/2009	06/06/2009
Juína	I	18 e 19/06/2009	20/06/2009
Cuiabá	VI	24 e 25/06/2009	26/06/2009
Juína – Povos Indígenas	I	09/07/2009	
Água Boa – Povos Indígenas	VI	15/07/2009*	

Fonte: Relatório do Relator, Dep. Est. Alexandre Cesar, do Substitutivo Integral ao projeto de lei do ZSEE (adaptado). (*) Não ocorreu esta audiência, conforme explicitado neste mesmo documento.

Após o término das audiências, em julho de 2009, o GTMS continuou mobilizado para buscar formas de acompanhar o processo de votação, aguardando o relatório do Relator da Comissão do ZSEE da Assembleia Legislativa – o então Deputado Estadual Alexandre César – que sistematizaria todas as propostas enviadas. Uma série de reuniões foi realizada enquanto se buscava informações sobre o processo.

No início do mês de outubro de 2009, fomos surpreendidos pelo comunicado da realização de uma audiência pública referente ao zoneamento da cana-de-açúcar pela ALMT. Mobilizamos rapidamente, escrevendo uma Carta sobre esse processo e fomos às audiências onde uma militante leu a Carta, documento do GTMS, e protocolizou nesse espaço. Na Carta o GTMS declara que não concorda como este processo está sendo encaminhado (Anexo D).

A ALMT contratou uma consultoria para elaborar o documento Relatório do Relator, publicado na página da Assembleia, contendo as propostas do ZSEE e a justificativa do “Substitutivo Integral ao projeto do Executivo”. É um documento importante, pois serve como memória do processo legislativo que começa com o

encaminhamento do projeto do ZSEE pelo Executivo à ALMT até a apresentação do resultado. O Relatório do Relator destaca as alterações que resultaram no Substitutivo Integral ao texto da lei. Uma das alterações a destacar é a ordenação das categorias em apenas 3 e não mais em 4, conforme o projeto original, seguindo uma recomendação da própria Comissão do Zoneamento do Ministério do Meio Ambiente. Outra alteração significativa e que não agradou o GTMS foi a inclusão no artigo da lei do texto referente à flexibilização da área de reserva legal nas propriedades, no bioma Amazônia. Este tema não foi discutido nas audiências, causando um desconforto nos militantes do GTMS. Contudo, diante de uma possível negociação, o grupo entendia que o Substitutivo Integral do Relator Alexandre Cesar poderia ser um meio-termo entre os movimentos sociais e a ALMT.

O projeto do Substitutivo Integral foi apresentado para vários grupos da sociedade, inclusive para os movimentos sociais, em 04 de dezembro de 2009, antes de ser votado dentro da própria Comissão do ZSEE na ALMT. Em 10 de dezembro foi encaminhado para a votação na Comissão do ZSEE. Contudo, a votação do Relatório do Relator só aconteceu em março de 2010, quando o projeto do relator Alexandre foi rejeitado por todos os deputados da Comissão.

Após a derrota do Substitutivo Integral n.º 1, imediatamente o Deputado Dilceu Dal Bosco apresentou Substitutivo Integral n.º 2, em março de 2010. Contudo, os movimentos sociais se articularam novamente e denunciaram a proposta, que entre outras, propunha redução de terras indígenas em MT. Com a mobilização e apoio da mídia, juntamente com promotores dos Ministérios Públicos (Estadual e Federal), foi lançado um manifesto a sociedade mato-grossense (Anexo E). Após estes atos eis que os deputados recuaram e rapidamente apresentaram uma terceira proposta, denominado de Substitutivo Integral n.º 3.

Notadamente que todo esse movimento da ALMT foi às vésperas da saída do governador Blairo Maggi para a campanha política, concorrendo a uma vaga no Senado Federal nas eleições de 2010. Desejoso de ser reconhecido como autor do projeto de lei do ZSEE pelos ecologistas numa Conferência Internacional, Blairo Maggi, não conseguiu esse intento, pois novamente os movimentos sociais se mobilizaram e o projeto do Substitutivo 3, mesmo sendo encaminhado para votação em plenária, e aprovado na

ALMT não chegaria ao Executivo para ser sancionado a tempo por ele, antes de sua saída do governo.

Durante o mês de abril de 2010, o GTMS promoveu ações, refletindo sobre os acontecimentos em torno da mobilização do ZSEE. Aconteceram reflexões tanto sobre a participação dos povos indígenas no processo do ZSEE (em 19 de abril, no Museu), quanto acerca do ato público macroecumênico (no dia 20 de abril), no qual denunciou as manobras da ALMT no projeto do ZSEE, em praça pública, no Centro de Cuiabá (Anexo F).

Após a primeira votação do ZSEE em 30 de março de 2010, o documento foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça da ALMT, e lá permaneceu até o final de outubro de 2010, quando o projeto foi apresentado em plenária, sendo aprovado em segunda votação no dia 27 desse mês.

Diante dessa aprovação da ALMT, o GTMS novamente se articulou, traçou novas táticas de enfrentamento: durante o mês de novembro foi elaborado um manifesto de repúdio ao Substitutivo 3 (Anexo G), além de promover reuniões e formas de articulações para evitar a aprovação da lei pelo governador. Uma das ações foi a mobilização e articulação para participação de reuniões em Brasília com ONGs e com os representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Mobilizado por esse encontro de representantes do GTMS e das ONGs, o Diretor de Zoneamento Nacional, do MMA, veio a Cuiabá em dezembro de 2010 para solicitar ao governador o veto ao projeto Substitutivo 3 dos deputados estaduais.

Acabou ocorrendo que o Substitutivo 3 foi aprovado novamente “em redação final” no plenário da ALMT em 01/12/2010 e enviado ao Executivo ainda nesse período para aprovação. Técnicos do Executivo, da SEMA-SEPLAN e da Procuradoria Geral do Estado fizeram pareceres encaminhados ao governador, recomendando veto integral à proposta do Substitutivo 3 do ZSEE. No dia 16 de setembro de 2010, o GTMS organizou um ato público, promovendo o enterro do ZSEE no evento em que os eleitos governador e deputados estavam recebendo o diploma do Tribunal Regional Eleitoral num espaço particular, denominado de *Cenarium Rural*. Nesse evento, o grupo distribuiu manifesto a todos, mostrando os erros dos parlamentares no projeto Substitutivo 3 do ZSEE (Anexo H).

Em 29 de dezembro de 2010, o substitutivo 3 volta ao legislativo para a “correção de erros formais”, conforme a explicação dada tanto pelo Executivo quanto pela ALMT

na mídia. Este ato causou surpresa em todos, pois o governador tinha em mãos pareceres contrários a aprovação do Substitutivo 3, do ZSEE, mas o projeto voltou ao Legislativo.

Durante o mês de janeiro de 2011, o GTMS reuniu para avaliação do movimento e aprovou uma Nota de Repúdio no qual evidenciamos que a ALMT contratou uma consultoria sem licitação para fazer o Substitutivo 3, pagando um valor muito além do valor de mercado e somente para uma pessoa. Esta Nota foi protocolizada no gabinete da presidência da ALMT (Anexo I).

Após a abertura da sessão legislativa de 2011 na ALMT o projeto é novamente aprovado em plenária legislativa em 17 de fevereiro e encaminhado ao Executivo.

Como um processo de fechamento do projeto de lei, o então governador de MT, Silval Barbosa, aprovou e publicou a Lei Estadual n.º 9.523, de 20 de abril de 2011, denominada de Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de MT, sem nenhum veto e contrária aos próprios pareceres técnicos e também a toda manifestação dos movimentos sociais. Com isso, ele fecha o processo de discussão estadual da Lei, mas não a luta dos movimentos sociais. Para que esta lei cumpra seu efeito, falta a aprovação pela Comissão Nacional do Zoneamento, do MMA e pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente.

4.2 Diálogo com os Sujeitos da Pesquisa

Algumas questões que foram feitas aos sujeitos foram selecionadas para que haja um aprofundamento sobre elas, pois, no olhar desta pesquisadora, entendemos que foram mais emergentes durante o processo. Basicamente duas questões moldaram a identidade do grupo GTMS, bem como fornece a dimensão do envolvimento na luta pela questão da política pública do Zoneamento: Participação e Mobilização. Contudo todas as questões das entrevistas serviram para embasar a reflexão sobre o grupo e o movimento, e nos ajudaram sobremaneira a entender o processo coletivo pedagógico e nos direcionaram para as considerações finais.

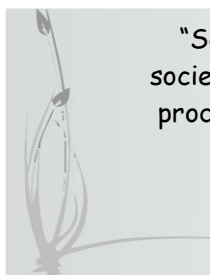
No diálogo com os sujeitos da pesquisa, o olhar de cada um para a Educação Ambiental revela um sonho em comum, a busca por mudanças na sociedade e nos

padrões de desenvolvimento. Fizemos uma escolha de abordagem mais profunda neste trabalho, que serão abordadas a seguir, como o conceito de Participação e Mobilização, pois foram os momentos de maior reflexão para que o grupo pudesse pensar junto e agir coletivamente.

Este pensar e agir coletivamente entendemos que seja um processo de Educação Ambiental, e assim os conceitos e definições pelos sujeitos sobre como percebem a educação ambiental direcionam para a importância da participação e da militância no GTMS.

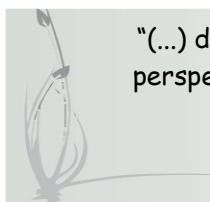
As declarações dos sujeitos serão apresentadas em letras diferentes e em itálico para diferenciar do texto e das citações teóricas.

Pela ótica da Educação Ambiental pode-se compreender um pouco mais a realidade e agir sobre ela, sendo questionadora do modelo de sociedade em que vivemos. Importante conhecer o olhar das pessoas que militam em outras áreas socioambientais sobre a percepção quanto à Educação Ambiental:



"Se a educação ambiental não vier junto em nosso entendimento como modelo de sociedade que nós queremos e para criticar esse modelo que está aí (...) O capital que produz esse lixo, essas coisas, que continuam explorando a natureza e degradando a natureza para você ficar fazendo esforço para jogar no lixo".

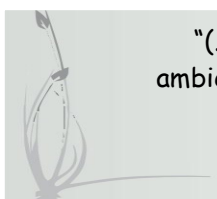
Carneiro



"(...) dentro dos princípios de promover justiça social, ambiental eu acho que mais nessa perspectiva de movimento social mesmo de exercício político, de exercício de cidadania, que é uma educação ambiental sim".

Mari

Nesse papel, a Educação Ambiental também promove a inclusão das pessoas no processo de participação, quer seja da formulação de leis, ou mesmo num processo de gestão ambiental dentro de um órgão público que pode aliar com a função da Educação Ambiental que se milita. Outro entrevistado salienta que:



"(...) é uma proposta de inclusão participativa das pessoas no processo de decisão ambiental, decisão na gestão ambiental e especificamente sobre aqueles mais atingidos por aquele determinado processo".

Fernando

Nesse universo de pessoas que inicialmente não foram chamadas para fazer um projeto declarado de Educação Ambiental no GTMS, mas percebe-se uma mesma linha e sintonia de conceito na área, baseado muito na vivência que cada um e cada uma têm nos seus grupos de base. Notamos que a definição de Educação Ambiental advém muito dessa militância anterior que cada um construiu antes da formação do GTMS. Mas todos carregam nas suas declarações a participação como fundamental na discussão dos rumos da sociedade.

4.3 Reflexão sobre o Conceito de Participação sob a ótica dos militantes

A participação e o controle social foram as temáticas sobre as quais o grupo se debruçou, haja vista que a ALMT não se mostrou habilidosa no diálogo com os movimentos sociais. Assim ao consideramos a temáticas que mais o GTMS se envolveu, quer seja nas audiências públicas ou nos encontros chamados de seminários, fóruns, reuniões e estudos, a questão da participação sempre se mostrou bem evidente, procurando sempre formas legais e legítimas para a inserção das propostas do grupo. Nos relatos sobre a questão da participação, postado no grupo virtual, se percebe a importância do tema:

[...] Construir o conceito de PARTICIPAÇÃO no movimento, em especial ao GTMS, compreendendo que não basta a presença física dos corpos em determinado local que garanta o sentido de PARTICIPAR de algo, mas essencialmente de que os grupos heterogêneos possuem interesses plurais e por isso a PARTICIPAÇÃO IMPLICA, ESSENCIALMENTE, NA INFLUÊNCIA NO PODER DE DECISÃO. Do latim, participar = compartilhar [*participare*]. (SATO, 2009(a), p. 01).

Em outros debates com o poder constituído também se encontra mais relatos da resistência do grupo, dessa vez postada por uma militante, no diálogo da lista virtual, representante do grupo:

[...] VALEU pelo susto nos Deputados ao encontrarem tantas forças juntas, proibir a entrada e depois ter que nos ouvir: Aliança dos sem terra, movimento ambientalista, indígena, social, sindical, estudantil [...].[...] Da Michèle explicar que sabemos o que é PARTICIPAÇÃO e não estamos de ingênuos apenas para referendar um processo já com as cartas marcadas (não vamos entrar neste jogo). Estamos sendo humanos (Sinthia) fazendo o que seria ético, justo e legal

em um processo. Participando como cidadão que deveria ser ouvido e respeitado - e não o é. (IKEDA, 2009, p. 01).

Em mais uma tática participativa pedagógica do GTMS, procuramos formas de resistência ao poder constituído, pela promoção de uma reunião com o Ministério Público Estadual (dia 29 de outubro de 2009), na qual estiveram presentes o procurador de justiça Luis Scaloppe e o promotor Domingos Sávio. Nesse encontro há mais relatos da complexidade da “participação” da sociedade brasileira e mato-grossense e as dificuldades nesse exercício. Assim como não há preocupação por parte do legislativo, também não há formas de garantir via órgãos públicos como o Ministério Público mecanismo de participação mais democrática. É nesse sentido que ocorreram os debates nesse dia de mobilização, conforme o seguinte relato:

Sávio considera que por este viés ‘participativo’ não há garantia de viabilizar que as propostas encaminhadas pelo GTMS no documento final do ZSEE, mas se compromete a tentar alinhar a noção sobre a participação na hermenêutica jurídica, ‘ainda que não se vença com tal argumento principiológico da lei’. (SATO, 2009b, p. 01).

Pela lógica da legalidade da participação, é possível verificar alguns mecanismos possíveis desse exercício nas construções de políticas públicas que a constituição cidadã de 1988 incorporou a nossa lei. Ela tem, portanto, sua validade de importância, pois:

[...] a constituição prevê a participação direta dos cidadãos através dos chamados **institutos de democracia direta** ou **semi-direta** como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, as tribunas populares, os conselhos e outros **canais institucionais de participação popular**. (CARVALHO, 1998, p. 3. Grifos da autora).

Embora a Constituição Brasileira de 1988 tenha consagrado essas conquistas, não definiu como deveriam ser feitas, deixando sua regulação para a sociedade posteriormente regular sobre participação e controle social. Na práxis da militância, na qual as regras do jogo são construídas pelos próprios sujeitos, os integrantes do GTMS buscaram uma reflexão sobre participação, observado pela leitura discussões de textos sobre o tema, como uma das táticas de estudo do grupo.

Um texto, em especial, apresentado ao grupo, postado na lista *online*, contribuiu para a percepção sobre participação. O texto recomendado para leitura foi da autora Arnstein (2002), ainda que datado de uma avaliação de políticas públicas e participação

dos anos 1960, nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), suas reflexões continuam atuais.

Para Arnstein (2002, p. 04), participação “[...] constitui um sinônimo para poder cidadão.” Essa afirmação da autora é tão significativa que foi uma das perguntas selecionadas e feitas aos sujeitos da pesquisa. Os movimentos sociais que, em sua maioria, não possuem poder econômico para fomentar outras mobilizações encontram na participação a única forma possível de garantir que sejam visíveis nas políticas públicas, pois “[...] a participação constitui o meio pelo qual os sem-nada podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente” (ARNSTEIN, 2002, p. 04).

As discussões dessa autora sobre os vários tipos de participação na arena pública estão relacionadas aos níveis de participação e aos “canais ou instrumentos” oferecidos pelo poder público aos cidadãos, numa escala de importância de decisão e intervenções cidadãs nas políticas públicas. A participação é apresentada numa relação de pontuação entre os processos permitidos pelo poder público, partindo de níveis menos participativo até o mais participativo, fazendo uma análise de vários programas de governo dos Estados Unidos. Nos parágrafos abaixo está uma breve descrição sobre a avaliação da autora sobre participação.

No primeiro nível, chamado de “Não-Participação”, existem dois canais ou instrumentos oferecidos pelo poder público: “Manipulação e Terapia”. Na Manipulação, estão os conselhos, sem delegação de poder de decisão, e os comitês, que segundo Arnstein (2002, p. 6) “[...] representa a distorção da participação em um instrumento de relações públicas dos grupos com poder de decisão.”

Na Terapia, a população é chamada apenas para fazer “terapia grupal” com especialistas do governo, os quais são capazes de propor que irão ajustar a conduta dos cidadãos a um padrão de valores e atitudes que na ótica do poder pública é o ideal de uma sociedade.

No segundo nível de participação chamado de “Níveis de Concessão Mínima de Poder”, estão presentes três canais ou instrumentos utilizados pelo poder público: “Informação; Consulta; e Pacificação.” A informação é quando há apenas o repasse de informações de técnicos do serviço público para os cidadãos, como exemplo: a pesquisa de opinião, os panfletos, pôster e reuniões com a sociedade. A consulta é usada quando

solicita a opinião dos cidadãos sobre um tema, até pode ser um passo legítimo rumo à participação, caso o Estado garanta que as propostas da população sejam levadas em consideração. Exemplo: pesquisas de opinião, assembleias de bairro e audiências públicas. A pacificação apresenta-se quando o poder público promove a eleição de representantes da sociedade para participarem de conselhos e comitês com poder de decisão e ressaltado por Arnstein (2002, p. 12) que “[...] mantém nas mãos dos tomadores de decisão o direito de decidir sobre a legitimidade e a viabilidade das sugestões apresentadas pelos cidadãos.”

O terceiro nível, chamado de “Níveis de Poder Cidadão”, abriga os degraus mais altos de participação apresentado como canais ou instrumentos do poder público: a Parceria, a Delegação de Poder e o Controle Cidadão. Na parceria começa “[...] uma redistribuição de poder através da negociação entre cidadãos e tomadores de decisão” (ARNSTEIN, 2002, p. 16). Exemplo: os conselhos paritários, comitês de planejamento e mecanismos de solução de conflitos. Essa relação se configura após a comunidade ter apresentado uma organização popular, com capacidade financeira para pagar suas lideranças e contratar e demitir profissionais que deverão auxiliá-la nas decisões. Na delegação de poder, os cidadãos podem assumir a gerência de planos e programas, que atendam aos interesses da comunidade.

No nível mais alto, na escala de Arnstein, está o controle cidadão que pressupõe que a Comunidade assuma o controle das ações públicas, como por exemplo, a escola do bairro, dando poder às comunidades sobre os bens e serviços que mais necessitam. A própria comunidade poderá gerir seus problemas, com autonomia administrativa e financeira, uma forma de controle social sem intermediários. Essa é a participação realmente necessária da qual Arnstein responde a sua própria indagação sobre o que é participação, que só é real quando o cidadão, participando de sua comunidade tem o controle social das políticas públicas.

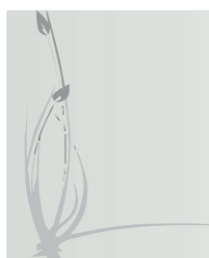
Dentro dessa escada de participação, podemos refletir que as táticas participativas pedagógicas do GTMS refletem ações dos vários níveis de participação. Quando o GTMS foi criado se recusou a ser apenas um receptor de informações do poder instituído, quando se propôs que o objetivo do grupo seria de promover uma formação política de seus membros nas discussões da política pública do ZSEE. Nessa proposta as

táticas participativas pedagógicas foram sendo concebidas conjuntamente como forma de um controle social participativo.

É sobre a reflexão dos sujeitos de pesquisas que se pode compreender qual seria sua percepção sobre o tema participação em políticas públicas, insistida nas audiências públicas, no debate no grupo, nos textos inspirados por vários movimentos. Partindo da temática participação e das discussões entre os membros do GTMS, sendo entrevistados doze participantes, escolhidas pela sua participação que tiveram (e tem ainda) durante o processo de formação e de discussão do grupo. Todos eles participaram em algum processo das audiências e discutem o tema ainda hoje, que refletem sobre a complexidade do sistema democrático representativo.

Assim, há vários entendimentos do que seja participação, alguns convergentes, talvez por viverem experiência em militância nos grupos dos quais fazem parte, e algumas opiniões divergentes, vindo de um aprendizado bem diferenciado. A pergunta ‘o que é participação’ vem ao encontro das angústias e tensões sofridas em decorrência do processo de audiências públicas, sendo o ponto central da reflexão.

Muito próximo ao entendimento de Arnstein (2002) do que seja participação, desde o nível da escada mais simples até ao mais completo, acredita que somente há participação quando a comunidade tem o controle sobre o projeto, sobre seus recursos, suas ações, podendo exercer a autonomia, como o depoimento de um dos sujeitos evidencia:



"(...) tem vários níveis de participação. Tem um nível simples de consulta de participação e tem um nível bastante complexo que é o sentido de que aqueles grupos sociais envolvidos, os atores que estão envolvidos no processo, eles tomam conta do processo e exercem um controle efetivo sobre aquilo."

Fernando

Há o entendimento também de que participação é aprender junto, fazer parte do conjunto, estar no mesmo processo, como numa comunidade de aprendizagem, como se vê nos depoimentos a seguir:



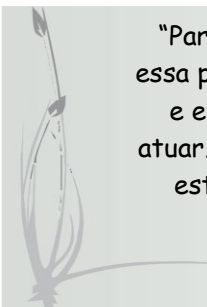
"(...) Participação é trabalhar o conjunto, é levar as pessoas a fazer junto. Então quanto mais você leva as pessoas para fazer junto, mais você tem um nível maior de participação ou menor"

Salomão



"(...) participação é o ato de a gente poder se sentir parte, não só você estar presente na discussão, mas você se sentir parte dela."

Alonso Batista



"Participação, eu entendo, a entrega, o engajamento numa luta que é coletiva e, essa participação, ela pode ser pontual, dependendo das circunstâncias de cada um e ela pode ser constante também. Cada um que desenha sua própria forma de atuar. Mas, participar para mim é estar presente nesses momentos. Participação é estar junto, é estar construindo algo que seja diferente do que a gente está enfrentando hoje, toda essa hegemonia."

Michelle Jaber

Por conta de tudo isso, dentro do grupo é um exercício de reflexão que foi fundamental, pois nem sempre sabíamos se estávamos de fato contribuindo ou legitimando um processo já pronto. É no processo de aprendizagem que conseguimos compreender sobre o tema, conforme também analisa Leroy (2010, p.91):

A participação em atividades específicas deve ser usada como aprendizado da democracia. Enfim, questionar e fazer são a dupla face tensionada da participação cidadã que não quer virar burocracia nem se entregar a um Estado que lhe vira as costas.

Nesse fazer, a participação significa refletir sobre o que estava acontecendo em grupo, é uma vivência de um aprendizado na militância, com o que o grupo se propunha a refletir junto. Na elaboração dessa política pública foi se experimentando os saberes que cada um e cada uma já possuíam sobre o tema, explorando o melhor que pudessem compartilhar, conforme depoimento abaixo:



"[...] participação é esse processo que a gente viveu de fazer controle social mesmo, que eu acho para mim assim, o momento maior da minha vida de ter aprendido o que são políticas públicas e o que é controle social foram esses espaços de participação do zoneamento".

Amanda

Há também aqueles que relacionam a participação ao exercício de uma militância, ao tempo de luta, aproveitando as ‘brechas’ da democracia representativa, encontrando os momentos certos em que os movimentos sociais podem “fazer as cunhas”. Neste poder a participação é uma reinvenção do momento, que cria novas formas de agir durante o processo:



"[...] nas 'brechas' que há nesses processos, colocar uma cunha ali, vai batendo para que isso vá se abrindo. É forçar a inserção porque não é um espaço fechado. A gente vai à Assembleia Legislativa e o próprio ambiente lá é como se fosse um corpo que te expõe, não abre espaço. Então os movimentos populares, as pessoas que se organizam de alguma forma ou de maneira individual que tem uma visão sobre o direito de participar das discussões do processo de condução da sociedade. Elas vão buscando esses espaços e vão se inserindo e vão fazendo as discussões, fazendo as provocações e isso é exercício de participação. A gente vai fazendo o exercício, colocando "as cunhas" vai tentando abrir esses espaços."

Giba

Nesse sentido fazer as cunhas nas ‘brechas’ do processo significa saber o direito de participar e, por isso, a insistência de buscar toda inserção possível para se fazer ouvir. Essa inserção de movimentos, como construção da cidadania, tem suas implicações, conforme explica Leroy (2010, p. 67):

Teremos de forjar espaços de interseção entre ela e outras lutas. Teremos, finalmente, de ir além das especificidades e assumir o papel de co-protagonista no estabelecimento de bases que viabilizem, pouco a pouco, a transformação das diversas lutas específicas, corporativas, localizadas numa grande construção coletiva.

Durante o processo das audiências, o conflito em torno do projeto estava estabelecido. Na audiência realizada na cidade de Pontes e Lacerda, foi difícil a participação dos movimentos sociais devido à pressão de grupos ligados ao agronegócio sobre as propostas defendidas pelos movimentos, como os povos e as comunidades tradicionais, as áreas protegidas, a parte mais ecológica e social do projeto. Nessa linha é que está a definição sobre participação de quem viveu esse momento e sofreu discriminação por ser indígena e por defender suas causas:



"[...] Participação é você ter uma voz ativa e uma atitude também e que sejam respeitadas, tanto para o pessoal do GTMS quanto para os indígenas. Será que valeu a pena tudo aquilo? Pelo menos o que eu entendo por participação seria isso, deveria ter esse acolhimento e respeito à atitude e ao modo de pensar de cada um dos participantes."

Mari

Esse depoimento vai ao encontro do que seja participação em audiências públicas, segundo um estudo em que o procurador do Estado de MT, Patrick Ayala, apresentou em um colóquio do GPEA, em que foram convidados militantes do GTMS. Esse tema está em sua tese de doutorado, na qual aborda a consideração do poder público e a qualificação da opinião do cidadão nas audiências. Nessa palestra, suas considerações durante esse processo ajudaram o grupo a entender a força da participação e as novas formas de consultas públicas existentes no mundo.

Quando o cidadão é chamado para as audiências públicas, como foi o processo do ZSEE, a ele sempre é destinado pelo poder constituído uma função menor, ou seja, meramente figurativa ou quando muito é autorizado a emitir sua opinião. Por isso não aparecem na proposta final do ZSEE e durante todo o processo (e por vezes nem aconteceram) as propostas levantadas pelos movimentos sociais.

No modelo atual de audiências, o poder público simplesmente usa o juízo de conveniência entre aceitar ou não a versão dos fatos apresentada pelo cidadão, chegando até mesmo a duvidar de sua capacidade argumentativa e de decisão, conforme o depoimento de Mari descrito anteriormente. Nesse aspecto a opinião dos cidadãos deve fundamentar as escolhas do gestor público na decisão final do processo, conforme declara Ayala (2011, p. 396):

[...] a qualificação dos fatos pelos cidadãos, nos debates públicos, estabelece o ponto de partida da vinculação de um autêntico sistema de controle de razoabilidade da decisão, conforme os fatos. Este se faz por uma motivação congruente e racional, que existe uma vinculação da decisão à avaliação correta e pertinente desses fatos, mas nunca a possibilidade que pretensamente se estabeleceria entre considerá-los ou desconsiderá-los.

O modelo de audiência deve seguir uma orientação metodológica, na qual a discussão seja orientada por problemas e não apenas sobre a escolha de alternativas, que

são sempre previamente colocadas por cientistas e técnicos. Nesse espaço, o cidadão deve ser bem informado sobre o tema em questão e a metodologia deverá privilegiar sua opinião sobre as questões apresentadas, sem priorizar no debate àquelas que abordem as soluções preferíveis do poder público, num claro processo almejado nesse debate (AYALA, 2011).

Nas audiências em que se debate temas técnicos como a lei de biossegurança, e no caso específico também a lei do ZSEE, os cidadãos ou leigos tendem a focar seus argumentos nas implicações sociais sobre a tecnologia a ser usada, com percepções diferenciadas da viabilidade e julgamentos distintos sobre a justiça na distribuição dos riscos e benefícios. Tais questões geralmente não são levantadas por cientistas e técnicos, mas que “[...] decisões que não respeitem essa avaliação podem ser profundamente antidemocráticas mesmo que tenham o suporte de argumentos técnicos irrepreensíveis” (AYALA, 2011, p. 397). As questões levantadas pela sociedade são qualificadoras de uma decisão, daí a relevância das audiências, pois nelas é que se pode verdadeiramente integrar tanto a visão técnica como também outras formas de conhecimento ao processo de decisão, de escolhas públicas.

Nesses espaços de discussão, tanto o tempo de inserção do tema para a população, quanto a representatividade de quem está nesse debate são fatores que devem ser priorizados antes do início da realização das audiências. Pois, uma vez convidada toda a sociedade a participar, como foi nesse processo, não houve um preparo, um tempo para o aprendizado e que focasse a questão da participação. Esses atropelos da gestão pública tendem a gerar dúvidas sobre a legitimidade da própria forma de participação que é proposta no processo.

Há pessoas que entendem a participação como válida se vier com uma representação, pois focam na questão da base dos movimentos para poder falar em nome de um coletivo, como propõe o depoimento:

“[...] cada uma das pessoas que se envolve nesse processo de mobilização, tem que construir uma relação com a sociedade daquilo que sua proximidade e que a perspectiva marxista e de militância socialista falam da sua base, que vem do operariado.

Fazer com que as pessoas realmente se sintam capazes de participar, se sintam aptas a falar, por si e por todo mundo, não no sentido da representatividade, mas no sentido do processo:

o que eu posso falar por todo mundo e o que eu não posso falar por todo mundo”

Sinthia

Mas o conceito de ‘interlocutor’ depende muito da conjuntura em que está a realização de uma política pública. Pois, além daqueles que falam por uma base, há aquele que discute a questão em grupos e está em sintonia com os movimentos sociais. Neste caso, o movimento do GTMS pode ser entendido como um misto de ‘interlocutor coletivo’, o qual podendo ser um fórum ou uma associação é exercido, conforme ensina Leroy (2010, p. 75):

Como um mandato, uma delegação das bases para representá-los perante a sociedade e os poderes públicos; Como a resultante de uma sintonia do grupo e/ou entidade com os anseios da sociedade e com os grandes problemas que a afligem.

De acordo com este conceito, o GTMS que é composto por grupos, movimentos e entidades, em cada qual possui sua base e são referendados por ela, como por exemplo, o movimento denominado de FLEC, de Cáceres. Contudo, o GTMS também representa uma sintonia de várias redes, as quais representam os anseios da sociedade, sendo, por isso, legítima esta representação, pela ótica de LEROY (2010).

O dilema entre participar ou não participar do processo de discussão pública promovido pela ALMT sempre esteve presente no GTMS e até mesmo entre os militantes, antes mesmo da formação do grupo, pelo risco de incorrer na legitimação do processo da política do ZSEE, que foi planejado sem o apoio dos movimentos sociais. Alguns refletem sobre essa questão da legitimação ou de uma participação verdadeira. Para uns esta reflexão tem uma importância fundamental:



“Então uma das chaves desse processo que fica é essa:
como é que a gente vai ampliar essa participação de forma legítima, sem
legitimar aquilo que o Estado e o capital colocam para a gente?”

Sinthia

Outros entendem que só saberão distinguir uma coisa da outra, legitimação do processo ou participação de fato, se estiverem realmente na arena pública, exercendo este direito, lembrando Guevara (2009, p. 96) quando diz que “[...] Inexiste ofício ou profissão que se possa aprender apenas nos manuais. Nesse caso, a luta é a grande mestra.” No mesmo sentido desta citação, outra militante concorda que a participação

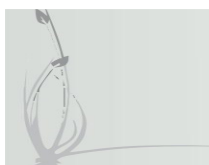
ou apenas se legitima num processo eivado de imposições, ou se deve participar pelo processo da cidadania, ainda que não estimulada:



"[...] Mas eu acho que a gente só consegue distinguir
uma coisa da outra, estando lá."

Michelle Jaber

Importante também compreender que mesmo 'estando lá', é sabendo que esse ato implica que muitos outros não puderam participar, e nessa perspectiva houve uma exclusão de pessoas sem condições mínimas de acessibilidade, quer sejam financeiras ou mesmo de informação, para exercer a cidadania, por isso um dever de fazer a participação valer a pena e ser diferente do que é permitido pelo poder. Esse referencial está evidenciado no depoimento a seguir:



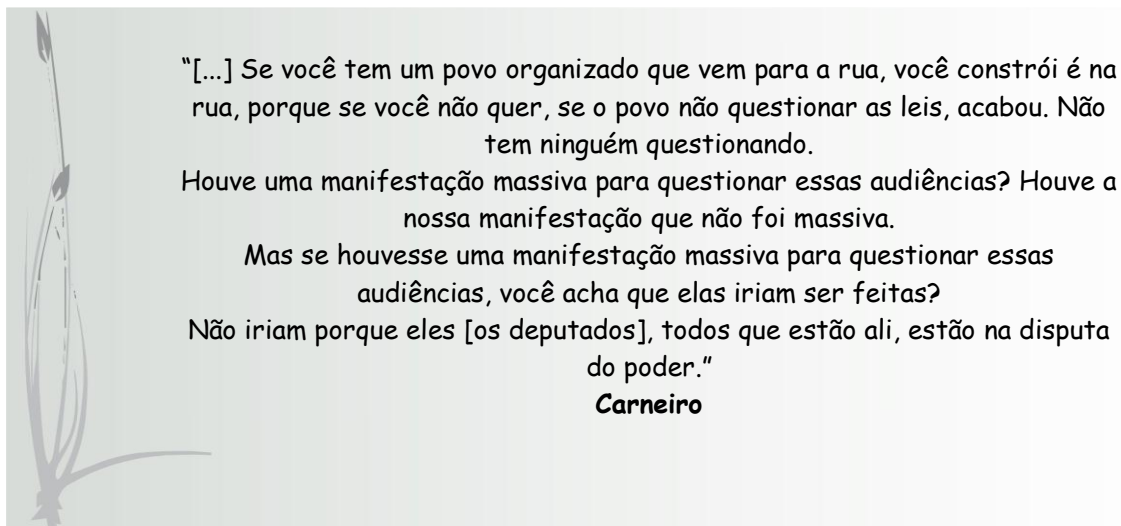
"Não dá pra você dizer que um espaço é participativo
se ele não dá condição de participar"

Amanda

Esse favorecimento à participação deve estar intrínseco ao processo de discussão de política pública, em que o conhecimento dos cidadãos e leigos qualifica os resultados, e em MT com uma centena de identidades diferenciadas, levantadas no mapeamento social, no qual a maioria delas necessita primeiramente de apoio financeiro para o deslocamento para o local de debate e para produção e distribuição de materiais pedagógicos quando aprendem junto com os parceiros. Nessa linha está a percepção de Arnstein (2002) quando aborda a participação dos 'sem nada', os excluídos de fato das políticas públicas. A participação apoiada financeiramente pode inclusive ajudar a superar a carência de políticas públicas para essas identidades, conforme também corrobora Jacobi (2005, p. 232):

Nesse sentido, a participação social se caracteriza como um importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil, notadamente dos setores mais excluídos, na medida em que a superação das carências acumuladas depende basicamente da interação entre agentes públicos e privados no marco de arranjos sócio-institucionais estratégicos.

Alguns entendem que o participar tem que ser construído no processo, e explicam o que é participação a partir da vivência no movimento, como por exemplo, o caso da militância no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), nessa percepção a participação é uma questão de resistência, de enfrentamento:



Pelo processo participativo que o poder público optou no ZSEE, sem oferecer apoio financeiro aos movimentos sociais, é fato que a discussão do projeto não atingiu a maioria da população²⁴, pois a dinâmica das audiências privilegiou o menor tempo para aprovação do que a participação; a discussão e a difusão da proposta na sociedade mato-grossense como forma de aprendizado de um tema essencialmente técnico. Essa forma adotada pela ALMT se revelou um verdadeiro desastre no resultado, pois não se consegue visualizar no projeto aprovado a contribuição fornecida pelas audiências.

Entende-se que no processo participativo ocorre uma educação da sociedade, um aprendizado da democracia, o qual nem sempre é mensurável dentro desse processo. Esse pensamento também é reforçado por Leroy (2010, p. 85) quando diz que "[...] A participação exige um longo trabalho de sensibilização, educação e formação, inclusive profissional, incompatível com o cronograma previsto, em geral, para implementar um projeto".

²⁴ No site da ALMT há reportagem informando que cerca de 50 mil pessoas participaram deste processo. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/TNX/conteudo.php?sid=44&cid=26685&parent=44>>. Acesso em 18 jul. 2011.

Para contrapor a única via de participação aberta a todos no processo de elaboração da lei do zoneamento, o GTMS passou a agir proativamente, desenvolvendo uma série de ações que foram denominadas de “táticas participativas pedagógicas”, apresentadas pela professora Michèle Sato, no dia 19 de abril de 2010, num importante momento de reflexão, denominando o movimento do GTMS como uma “Ecologia de Resistência”. Essa apresentação foi logo após a aprovação pela ALMT do substitutivo 3, do ZSEE consolidando uma ponderação intelectual sobre a militância.

Como já frisado em passo anterior, no mês de abril de 2010 foram realizados dois atos pelo grupo: uma mesa redonda sobre o zoneamento em terras indígenas, com militantes do GTMS apresentando temas no Museu Rondon no dia 19/04/2010, e, no dia seguinte, o Fórum Macroecumênico, realizado na Praça Alencastro, em Cuiabá, com o tema: “Terra: Mercadoria ou Vida?”.

Algumas das táticas participativas pedagógicas foram levantadas e agrupadas (Apêndice B) na categorização apresentada por Sato (2010) no dia 19/04/2010 detalhada a seguir:

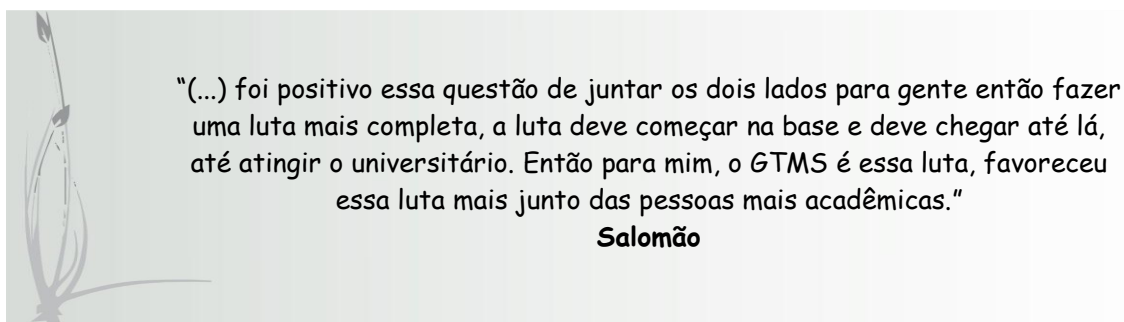
Formação: realizada por meio de dezenas de reuniões e oficinas de elaboração de diretrizes, de propostas como a do processo de formação e realização do Seminário de Mobilização Social e também do Fórum Popular do ZSEE; elaboração do ‘Caderno Pedagógico do ZSEE’, publicado pelas próprias entidades que estão no grupo e com o apoio na distribuição do documento, chegando às comunidades com uma linguagem mais didática a política pública em questão, plenamente trabalhada e desenvolvida pelos membros do grupo; muitos membros desenvolveram palestras em vários fóruns formativos, como nas escolas e cursos, aproveitando o momento para falar da importância da mobilização e participação. Eis um relato nesse sentido:



“(…) por isso que eu digo que é um processo educativo de entender como é que a gente pode dialogar de fato. Para mim, o zoneamento foi um grande grupo de estudos, pensando com uma cabeça bem acadêmica, porque a gente teve que estudar legislação, a gente teve que estudar o projeto, a gente teve que estudar a metodologia, a gente teve que estudar a nós mesmos, as pessoas e tudo mais. Então para mim o grande ganho foi esse: entender quais são as grandes forças que existe dentro do estado de Mato Grosso.”

Sinthia

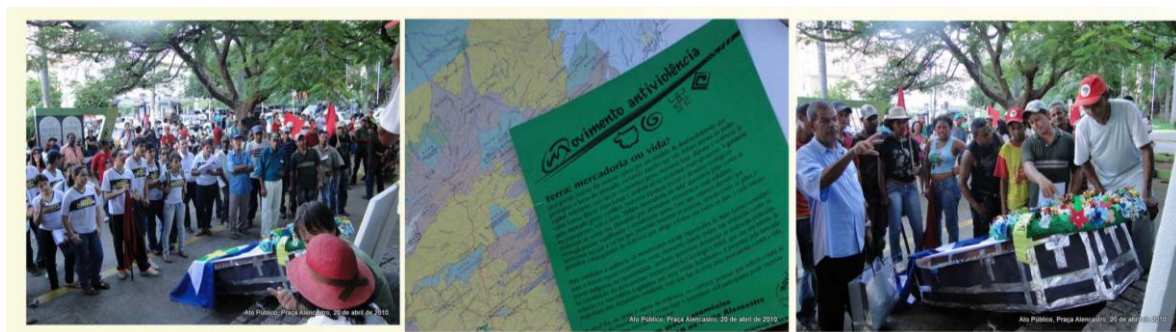
É um processo formativo feito com os próprios sujeitos, motivando e convidando parceiros, estimulando reuniões de discussão de tema, nas quais favoreceriam o diálogo e a busca do conhecimento, embasado no conhecimento de Freire (2005, p. 67): “Só existe o saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também”. Esse enfoque de que o acadêmico ajudou na formação das bases do grupo foi ressaltado em outro depoimento:



Assim, nessa troca de saberes os sujeitos sabiam que ninguém detinha a resposta certa para a questão. Mesmo com a força de ‘um movimento de base’, conforme evoca Salomão sobre o seu movimento em Cáceres, e daquele que ‘vem para as ruas’, conforme relata Carneiro, existe a necessidade da parceria com outros grupos que possuem conhecimentos e força a oferecer.

Mobilização: foram elaboradas manifestações escritas como “abaixo-assinados”, “manifestos públicos”, “nota de repúdio” contra os atos da apropriação do debate público pelos deputados. Todos os atos foram lançados na lista *online*, e os integrantes mobilizavam entidades nacionais para a assinatura, num esforço monumental de transformar a indignação em denúncia. Formalmente, houve inclusive uma denúncia, protocolizada no Ministério Público Estadual sobre um convênio entre o Estado e uma entidade do agronegócio, aguardando uma análise do órgão. Também houve manifestações nas ruas como o ‘enterro do ZSEE’, realizado em 20 de abril de 2010, após a aprovação do Substitutivo 3, projeto que desconfigurou a proposta elaborada durante 20 anos pelo Executivo. Esse ato culminou num momento de depoimentos e reflexões sobre a participação indígena durante todo o processo do ZSEE, o que foi fundamental para a compreensão dessa importante representação social em MT.

Figura 6: Ato público – Movimento Antiviolaência – 20/04/2010



Fotos: R. Silva.

Esse ato do GTMS apoiado pelo CIMI e com a incorporação do tema “Terra: Mercadoria ou Vida?” foi igualmente amparado por todas as outras entidades socioambientais no grupo. Ressalta-se que os atos sempre tiveram apoio de todos e uma ação que sempre mobiliza a rede, conforme alude uma entrevistada:

“(...) eu acho que o processo é muito significativo na mobilização, na participação, a gente aprende muito no processo aprende o quê fazer, o que não fazer, com quem fazer, com quem falar.”

Andrea

Articulação: envolvimento na elaboração das reuniões, marcando e confirmando horário com as pessoas do grupo e convidados, entregando ofícios nos órgãos públicos para viabilizar encontros. Nos atos públicos um imenso trabalho de mobilizar as pessoas, mas também os fóruns, as reuniões com convidados de atos públicos. Esse processo de articulação também deu outros frutos, em função das forças canalizadas para isso, como a rede de povos e comunidades tradicionais de MT, bem lembrado na fala de um dos depoentes:

“(...) do GTMS surgiu uma rede, que eu acho que é uma rede de articulação muito importante, que agora o GTMS tem que auxiliá-la na sua consolidação que é a rede mato-grossense de povos e comunidades tradicionais (...)”

Fernando

Comunicação: o principal meio de comunicação do grupo se dá principalmente e na lista virtual *online*, diariamente. De modo presencial, a comunicação ocorre sempre motivada por um ou mais grupos que se propõem a coordenar um tema de discussão, sempre lançando numa chamada para o ato a ser realizado na lista, como um evento ou a coordenação para realização de evento. Muitas vezes também a comunicação se dá, fora da lista *online*, nos e-mails pessoais, fomentando uma discussão prévia para depois lançar uma proposta na lista. Os jornalistas militantes do grupo contribuíram muito para difundir as ações do grupo nos meios de comunicação como *sites* de notícias, *blogs*, páginas e jornais impressos. É importante destacar a Revista Sina que até o ano de 2010 tinha sua circulação de modo impresso, destacando o movimento em muitas edições, levando informações para pessoas que não podiam participar e que não tinham acesso direto aos e-mails, principalmente as pessoas do interior de MT.

Instrumentalização: Foram elaboradas apresentações sobre os zoneamentos, produzidos textos e imagens dos encontros dos grupos disponibilizados na própria lista *online* ou com os parceiros. Sempre houve um desprendimento para o uso desses instrumentos na temática da discussão dessa política pública. Essas trocas de conhecimento entre a academia, entidades e movimentos sociais continuam presentes no grupo. Elas enaltecem o lado positivo do grupo, reforçando a vocação de uma verdadeira comunidade de aprendizagem, revelando fatores de solidariedade, confiança, gratuidade, conforme expressos na seguinte narrativa:



(...) No âmbito pessoal, eu acho que é importante quando a gente vê no grupo pessoas, a gente vê gente! E quando a gente vê gente, vê mais do que gente. Vê pessoas que estão preocupadas com a "Eu acho que no âmbito pessoal é importante porque conseguiu estabelecer uma relação de pessoas que estão preocupadas com os outros, mas, ao mesmo tempo, configura um elemento que ajuda a abastecer nossos desânimos. Isso serve como um abastecer também a caminhada. Eu acho que o GTMS além desse aspecto de fortalecer as organizações, influenciar na política do estado, política pública de Estado, tem esse aspecto que também ajuda a gente se animar para o dia a dia."

Alonso

A comunicação e o fortalecimento dos laços de amizade também tornam o grupo mais coeso, mais preparado e fortalecido para os debates públicos, conforme o depoimento:

"(...) outro lado positivo assim é justamente esse posicionamento mais claro. (...) Se não num tinha negociação, essa quase unidade no posicionamento, na forma de enxergar mostra também um amadurecimento, uma confiança das pessoas que se empoderam dela"

Giba

Enfoques sobre o caráter pedagógico do processo, no ineditismo do diálogo durante o processo também foi ressaltado no depoimento abaixo:

"(...) nós fomos sim, preparados para o diálogo. Eu nunca vi isso acontecer assim. Eu estive à frente da coordenação do FORMAD, a gente tinha um movimento daquela época, a REMTEA tinha outro movimento. O FLEC tem um movimento, que sempre motivou muita gente aqui. O Araguaia também tem um movimento...

Mas eu nunca tinha visto assim, esse diálogo com todo mundo, mesmo com muita dificuldade, porque primeiro acho que não estava acontecendo e começou a acontecer".

Solange

Assim como Solange Ikeda que possui uma história de militância anterior ao movimento do GTMS, outros também somaram essas características. Alguns fundamentam suas respostas às perguntas nas suas próprias histórias vivenciadas no processo de luta de grupo, de movimento, de entidade, como Antonio Carneiro, Fernando Xavier, Salomão e Alonso. Outra característica é que muitos também estavam vivenciando esse processo pela primeira vez na vida:

"(...) participação é esse processo que a gente viveu de fazer controle social mesmo, que eu acho para mim o momento maior da minha vida de ter aprendido o que são políticas públicas e o que é controle social foram esses espaços de participação do zoneamento."

Amanda

As pessoas que participam do GTMS são militantes, que aprenderam nas suas bases dos movimentos ou de seus grupos sociais e também há no grupo pessoas que se interessam pelo tema socioambiental e encontram neste espaço uma força para a luta, sem, no entanto, pertencer a nenhum seguimento específico. O importante é que todos foram se conhecendo durante o processo, tanto os que já militavam em seus movimentos e aqueles recém-chegados, e possuem o mesmo objetivo de participação e de luta. Não houve uma segregação de quem sabe mais ou menos, pois os saberes foram colocados no grupo a fim de formar a participação e reflexão constante sobre as questões.

4.4 Qual é o Conceito de Militância deste Grupo?

Qual é o conceito de militância que todos trazem dentro de si para formar um grupo tão destacado nesse processo de debate público? As respostas, além de revelarem o olhar de cada membro do grupo, encantam e surpreendem com a força relacionada aos seus exemplos no processo. Ainda que os pesquisados não tenham destacado a importância deste fato como uma questão central, mas nos seus depoimentos refletidos à luz das teorias fica evidente que na ação, eles aprenderam também neste grupo um modo de exercer seu pensamento e suas ações políticas.

É sempre bom lembrar o que vem à memória coletiva, os exemplos da militância dos que doam a vida na expressão concreta desta ação, que podemos inclusive fazer um exercício de reflexão, mas que dificilmente conterá toda a complexidade da ação vivida por alguns exemplos como Ernesto Che Guevara, Paulo Freire e Antonio Gramsci. Suas vidas são cultivadas na memória dos movimentos sociais, passando pelas gerações e, encontram-se vivos nas expressões dos sujeitos do GTMS também. Muito do que se viveu nesse processo pode estar na força da síntese da reflexão de Paulo Freire:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põem numa posição em face do mundo que não é a de quem tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta pra não ser objeto, mas sujeito da História. (FREIRE, 1996 p. 60).

Em um apanhado sobre o termo *militância*, na acepção de Paulo Freire, Moretti (2010, p. 265) listou um feixe de palavras a denotarem o que o grande educador pensou sobre militância, tais como: “[...] implicações políticas, engajamento, compromisso e comprometimento, luta, radicalidade, defesa de idéias, consciência, ativismo [...]”. Esse mesmo autor também exemplifica citações de obras, mostrando como a militância fez parte da vida de Paulo Freire, salientando que este educador viveu a militância política e social, militância política partidária e a militância solidária. Esta última quando ele apoiou seu amigo, o governador Miguel Arraes em seu governo, não participando da gestão, mas mostrando-se solidário publicamente. No exílio, Freire se define como um militante da Educação, como educador na condição de trabalhador da educação (MORETTI, 2010, p. 266).

A definição sobre militância em Paulo Freire é, segundo Moretti (2010, p. 266), de “[...] quem se prepara e se organiza para a prática, é a de quem luta por direitos e protesta contra as injustiças [...]”. A responsabilidade e o compromisso com os seres humanos também são evidenciados, principalmente quando “[...] encontram-se na sua justa ira contra o discurso dominante, que, fatalisticamente, condena todos e todas à imobilidade e à impossibilidade de mudar a realidade porque sempre foi assim” (MORETTI, 2010, p.266).

Outro exemplo histórico de militante comunista é o italiano Antonio Gramsci (1891-1937), que fez desse exercício uma ação revolucionária, evidenciado tanto pelo seu trabalho no partido socialista como também pelas suas reflexões sobre o movimento histórico, cultural e político na Itália do início do século XX, que influenciam sobremaneira ainda hoje as ações da academia e os movimentos sociais no Brasil. Desde muito jovem, Gramsci (1999, v. 1, p. 50) “[...] frequenta o movimento socialista e participa ativamente dos grupos juvenis que discutem os problemas econômicos e sociais da Sardenha [...]”. Pela política, Gramsci abandonou os estudos universitários, e aos 25 anos já possuía uma intensa atividade jornalística e promovia conferências nos círculos operários de Turim. Nesse período, publicou a revista *La Città Futura*, da federação juvenil socialista do Piemonte, que o marca para sempre como um militante no artigo “Os indiferentes”:

Sou militante, estou vivo. Sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura que estamos a construir. Nessa cidade, a cadeia social não pesará sobre um número reduzido, qualquer coisa que

aconteça nela não será devido ao acaso, à fatalidade, mas sim à inteligência dos cidadãos. Ninguém estará à janela a olhar enquanto um pequeno grupo se sacrifica, se imola no sacrifício. E não haverá quem esteja à janela emboscado, e que pretenda usufruir o pouco bem que a atividade de um pequeno grupo tenta realizar e afogue a sua desilusão vituperando o sacrificado, porque não conseguiu o seu intento. Vivo, sou militante. Por isso odeio quem não toma partido, odeio os indiferentes. (GRAMSCI, 1917, s. p.).

Neste texto Gramsci manifesta publicamente de que lado se posicionava, ato que para ele é uma atitude cidadã. Pondera que, agindo assim, é uma forma de sentir-se vivo, de sentir a vida pulsar, como ele diz “[...] sinto pulsar nas consciências viris [...]”. Nesse aspecto a militância para ele é a vida, o que marcou profundamente sua trajetória e toda referência nesse sentido para os movimentos sociais.

Após um período de muita luta política em sua vida, Gramsci é eleito deputado distrital pelo Partido Comunista. Entretanto, é preso pela força política opressora, apesar de toda a sua trajetória, foi mantido por mais de dez anos na prisão. Só saiu do cárcere quando estava gravemente doente, devido às condições insalubres e à negligência de atendimento médico. Foi internado num hospital fora da prisão e se manteve em liberdade condicional; em abril de 1937 foi finalmente declarado livre. Contudo, dias depois, na noite de 25 de abril teve um derrame cerebral e morreu dois dias depois.

Logo nos primeiros meses de prisão, Gramsci percebeu que não seria libertado, então começou a ler e a escrever para passar o tempo. Atitude esta que talvez mesmo sem ele saber, fez com que seu pensamento e reflexão chegasse ao mundo inteiro, influenciando principalmente a América Latina. Contudo, o direito de ler e escrever na prisão foram obtidos depois de muita luta, muitas petições ao promotor e ao juiz, assim Gramsci conseguiu deixar para gerações, em cadernos de capas duras, seus textos que refletiam seu pensamento sobre a cultura, política, partido, educação e também algumas traduções de autores estrangeiros, como forma de leitura complementar. Tais escritos foram confiados a amigos após sua morte, e aos poucos foram sendo publicados, só chegando ao Brasil em 1964, marcando toda geração de brasileiros, acadêmicos e militantes de esquerda, que viram nele, por sua contribuição ao comunismo, um autêntico militante que doou a própria vida para uma causa social, um projeto melhor para sociedade.

O juiz que assinou sua sentença de prisão escreveu um trecho emblemático: *“esta cabeça tem que parar de pensar por vinte anos”*. Pela sua determinação de um

objetivo de vida e militância, Gramsci, preso por 12 anos, na pior e mais barulhenta cela do presídio nos deixou um legado não só sobre militância, mas de temas que ainda hoje nos fazem refletir sobre a sociedade.

Saber o que é militância no mundo de hoje é também uma forma de todos se engajarem e se entregarem ao processo. Algumas pesquisas na área da psicologia social apontam que a militância está relacionada à conscientização, a formação de valores em busca de sociedade mais justas. Há uma compreensão do termo como:

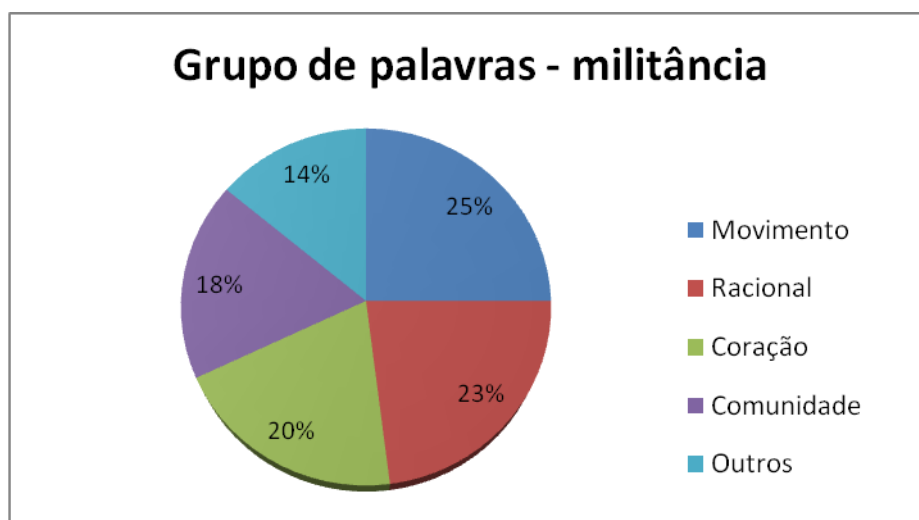
[...] uma forma de participação política engajada e crítica, na qual são desenvolvidas ações voltadas para a conscientização política da população, buscando desenvolver novos valores que possibilitem às pessoas se organizarem e lutarem para a construção de uma sociedade justa e digna. (BALTAZAR, 2004, p. 184).

Em outra pesquisa nessa mesma área, procurou-se entender a complexidade dos movimentos sociais. Vinadé e Guareschi (2007, p. 71) entendem militância como “[...] uma possibilidade de identificação política que precisa estar em constante reconstrução para dar conta da multiplicidade de demandas do contemporâneo”.

Nesta dissertação, ao solicitarmos aos sujeitos que lembrassem palavras sobre militância, esperamos respostas que refletissem o que pode nos levar a caracterizar o GTMS e também se buscou em cada um desses sujeitos sua reflexão sobre sua própria ação, a ação do grupo, a ação anterior ao grupo, aos modelos de militâncias.

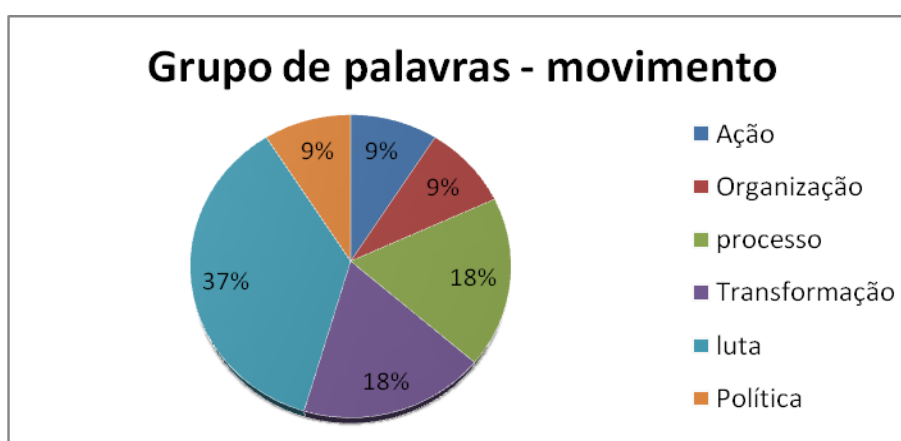
Solicitamos a cada um e cada uma dos 12 sujeitos que citassem três palavras que lembrassem militância, resultando num universo de 43 palavras que apareceram espontaneamente (alguns citaram mais de três), o que podemos inferir que representa uma indicação do modo de fazer do grupo, uma identidade. As palavras relacionadas foram separadas em quatro (04) grupos, que denominamos de: movimento (25%), racionalidade (23%), coração (20%), comunidade (18%). E há ainda um grupo com palavras que não foram agregadas a nenhum grupo, pois poderiam caber em qualquer um dos quatro acima e assim formou-se um grupo denominado de ‘outros’ (14%). Estes grupos estão evidenciados na figura 7.

Figura 7: Gráfico representando os grupos de palavras que lembram “militância”



O maior grupo está relacionado ao que se agregou com o conceito mais próximo de “movimento ou de mobilização”, em que os termos estão ligados às palavras como: luta, processo, ação, organização, transformação e política. As citadas neste grupo representadas na figura 8.

Figura 8: Palavras agregadas ao grupo “Movimento”

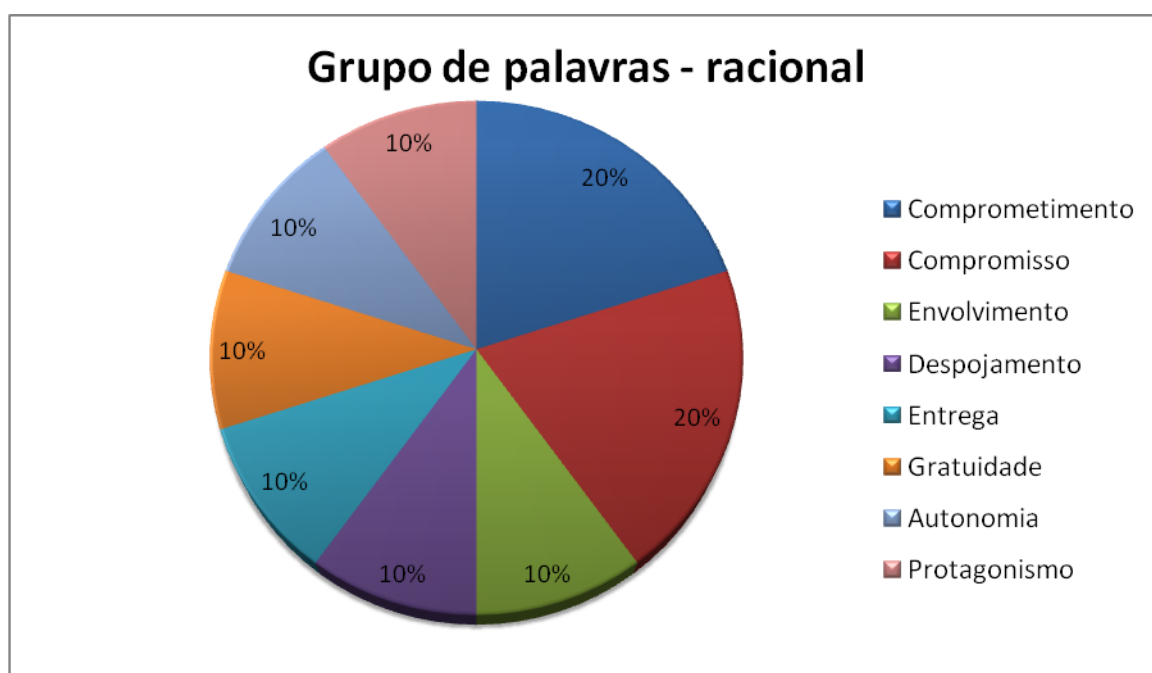


Neste grupo podemos refletir um olhar de um movimento que sabe enfrentar uma oposição, que tem um objetivo a alcançar e sabe que somente pela luta conseguirá o resultado. O seguinte depoimento é bem representativo desse grupo:

(...) o processo de luta ele traz algo que é extremamente importante, a meu ver, que é o envolvimento das pessoas com aquilo que elas estão vivendo.
 É como você ao construir uma casa, você. Bom eu estou ajudando a fazer a massa, eu estou colocando o tijolo, então você se reconhece com eles naquilo que você construiu. O processo de luta a meu ver por uma mudança, ele vai fazendo com que as pessoas vão se reconhecendo também. Então eu olho, bom, falo: GTMS eu estou dentro.
 Eu estou participando disso!
Giba

O segundo grupo, com mais citações relacionadas, foi denominado de “racional ou de racionalidade”, pois entendemos que o agir do indivíduo na militância também busca, em si mesmo, um comprometimento com a causa, se envolvendo e assumindo o protagonismo da luta, fazendo uma profunda reflexão durante o processo. As palavras que aparecem nesse segundo grupo são: comprometimento, compromisso, envolvimento, despojamento, entrega, gratuidade, autonomia, protagonista, como evidenciadas na figura 9.

Figura 9: Palavras agregadas ao grupo “Racional”



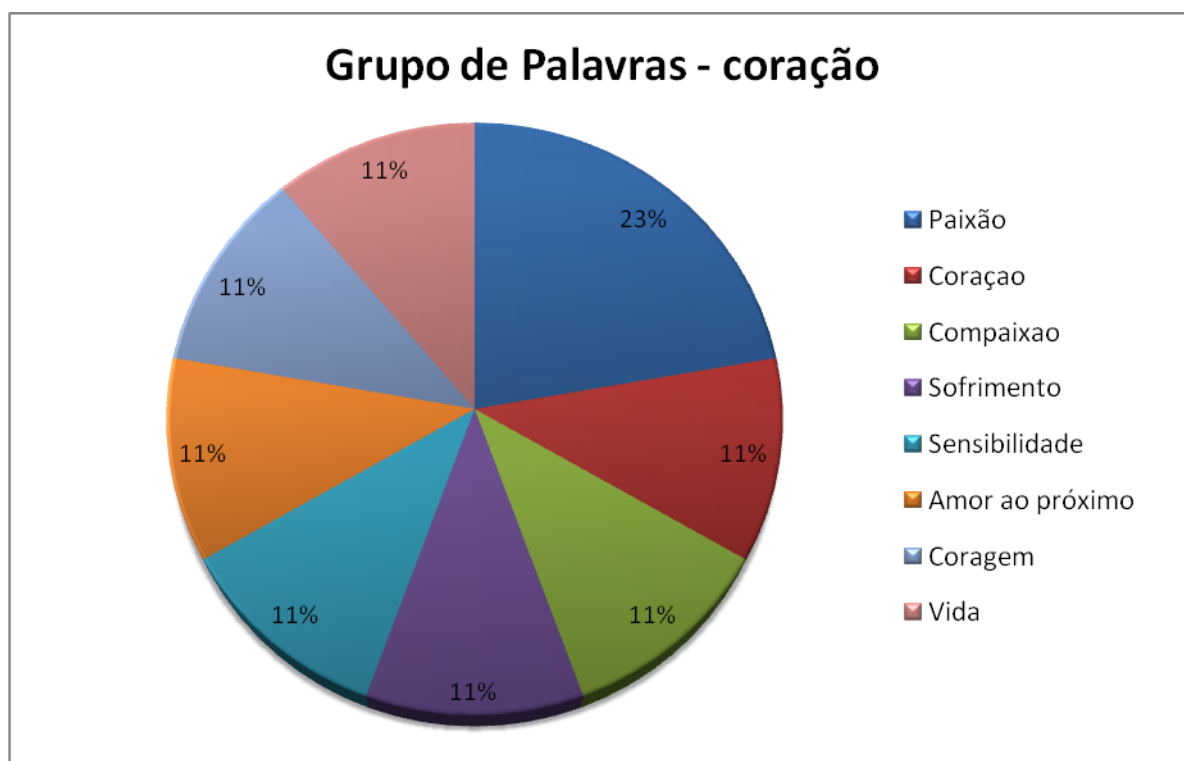
Neste grupo, entendemos a evidenciação das reflexões sobre o movimento e sua intencionalidade dos sujeitos no agir. Um resumo desse bloco temático é o depoimento a seguir:

"[...] Eu acho que a gratuidade e a militância têm que ser gratuitas não podem ser algo que alguém têm que exigir de você. Você é ou não é militante. Você é não título de militante. Militante não é algo que te dá. Você fez um cursinho então a partir de hoje você é militante não... ou você se assume e as pessoas te veem como militante ou você não é. Não existe. Pode ter títulos e títulos que não vão te deixar mais militante".

Alonso

O terceiro grupo com maior número de palavras foi denominado de “coração”, pois estão relacionadas ao afeto e a delicadeza, tais como: paixão, compaixão, amor ao próximo, sofrimento, coragem, coração. Sendo uma representação bem significativa da beleza desta da militância.

Figura 10: Palavras agregadas ao grupo “Coração”



Destacamos a declaração do sujeito que ao citar militância lembrou também do Che Guevara como uma das lideranças neste caminhar. Eis o depoimento:

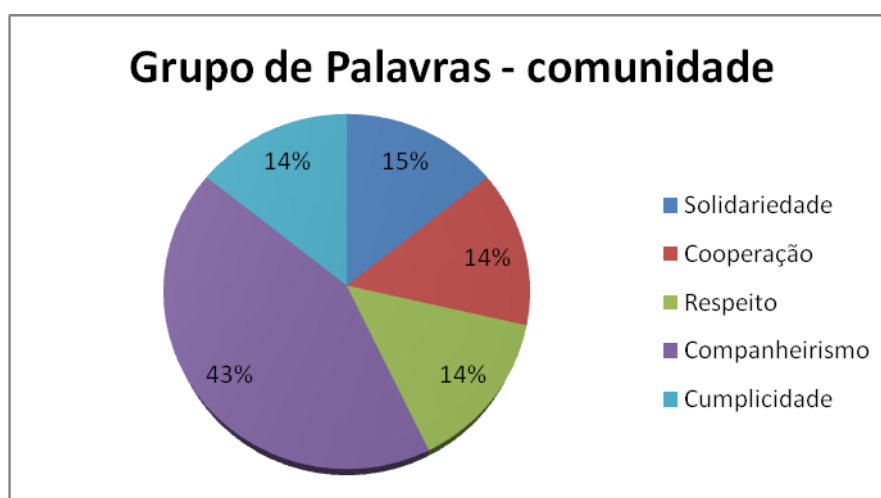
"[...] um militante é aquele que tem todos os valores do ser humano, mas que ele consegue expressar de melhor clareza; Ele tem que se pautar por essa questão que de fato nos motiva. Ele pode ser qualquer uma pessoa, mas toda pessoa sabe o que é o bom, o que é o belo, ele consegue reconhecer, sabe fazer atos revolucionários".

Carneiro

Nessa perspectiva, o GTMS com sua diversidade de grupos e pessoas, advindas de diferentes lutas, mas congrega pessoas que tem o mesmo entendimento do que seja militante, daqueles que agem por princípios e por um ideal. Militantes sempre devem estar em contato com o povo e com seus valores, pois dessa forma consolida sua força, conforme ensina Beto (2011, p. 3): “O militante aprofunda seus vínculos com o povo, estuda, reflete, medita; qualifica-se numa determinada forma e área de atuação ou atividade, valoriza os vínculos orgânicos e os projetos comunitários”.

O quarto grupo de palavras agregadas foi denominado de “comunidade”, pois apresentam as características de um local onde os sujeitos reconhecem o exercício de uma militância. As palavras agregadas nesse grupo foram: solidariedade, cooperação, respeito, companheirismo, cumplicidade e que representam mais uma característica de grupo do que propriamente de uma pessoa.

Figura 11: Palavras agregadas ao grupo “Comunidade”



Em relação a estes termos relacionados à comunidade de aprendizagem, onde os parceiros se reconhecem em grupo, no pertencimento a uma identidade com pessoas que buscam objetivos comuns, evidenciamos uma declaração a caracterizar este grupo:

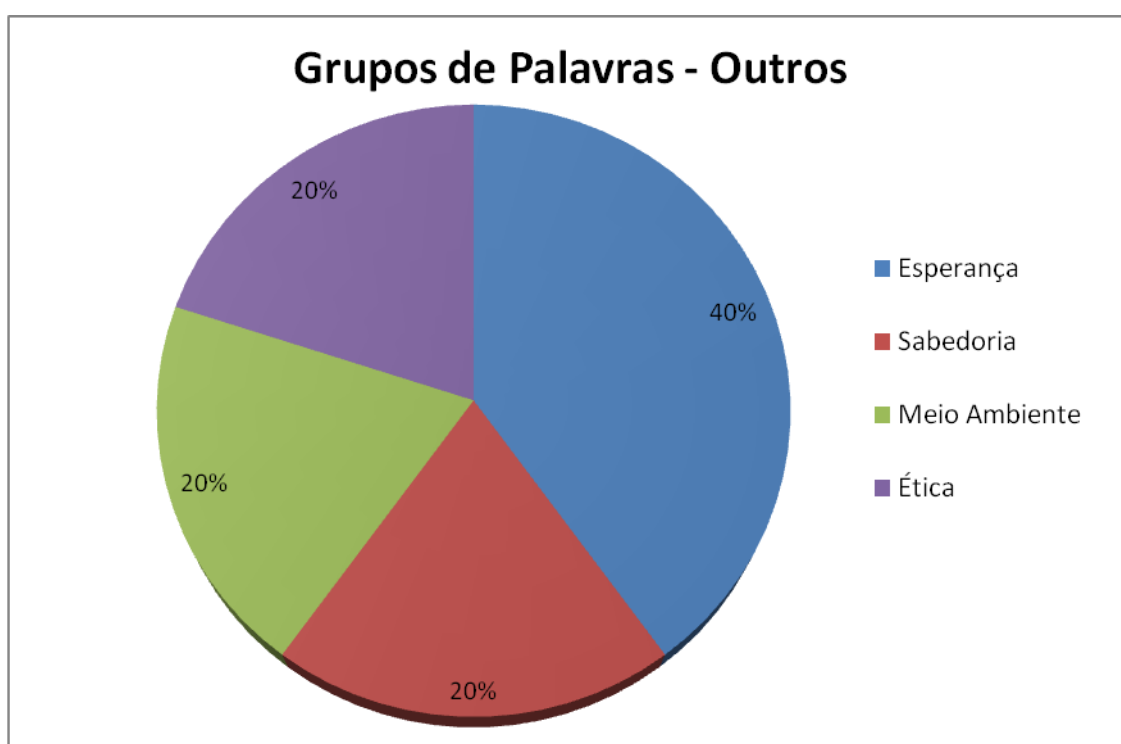


“Eu só estou nisso tudo porque têm outras pessoas que estão também e eu acho que eu alimento as esperanças delas assim como elas alimentam as minhas também. (...) Eu acho que faz bem que exista companheirismo e cumplicidade entre a gente porque é isso que move a gente”.

Amanda

No último grupo, relacionamos as palavras que aparecem citadas no máximo duas vezes, e que talvez outros olhares sobre elas possam até ser reagrupadas nos demais grupos, mas preferi mantê-las separadas, pois denotam uma simplicidade genuína; citadas pelos sujeitos apresentam forte conotação: esperança, ética, sabedoria, meio ambiente.

Figura 12: Palavras agregadas ao grupo “Outros”



São reflexões que cada um e cada uma possuem com um poder revelador, indicando miríades de militâncias que podem estar intrínsecas no GTMS, e são assim destacados em separado, pois sabemos que não conseguimos aprisionar tudo em rótulos e caixinhas. Também podemos entender que seja um agir mais a frente do grupo, uma potencialidade de ação. Exemplificamos este grupo com a explicação da Mari, jovem representante, mas que se mostra com uma força no movimento, na representação de um grupo étnico resistente e formador dos povos que habitam MT:



"(...) Se uma pessoa que se envolve nos movimentos sociais e não é ético acho que nem merece ser chamado de um militante social. Se ela não tem um compromisso com o que ela se propõe a trabalhar no movimento social está lá para quê? Só para ser socialite?" [...]

Então é isso: é você ser solidário com os seus parceiros, seus amigos, seus colegas, com os seus militantes e você ter principalmente ética".

Mari

Podemos relacionar estes agrupamentos da palavra militância como características do GTMS, relacionando sua essência, e que entendemos que pode ser compreendido, segundo argumenta Gohn (2010, p. 40) sobre este tema: "[...] os movimentos geram solidariedade social e coesão, impulsionam as pessoas sem auferirem nenhuma renda. Eles mobilizam idéias e valores e geram saberes e aprendizado coletivo".

As palavras citadas pelos entrevistados estão listadas na figura a seguir:

Figura 13: Respostas à questão “O que é militância?”

Militância		
	Protagonismo Compromisso	Despojamento Gratuidade
	Sufrimento Esperança	Companheirismo Cumplicidade
	Envolvimento Paixão	Esperança
	Companheirismo Luta	Solidariedade Compaixão
	Autonomia Política	Meio Ambiente Sensibilidade
	Luta Processo	Organização
	Luta	Compromisso Transformação
	Solidariedade Ética	Comprometimento
	Transformação Paixão	Entrega
	Vida Ação	Coração
	Comprometimento	Luta Sabedoria
	Coragem Cooperação	Companheirismo Respeito

Segundo Gohn (2010), os movimentos sociais tiveram que se adaptar a novas realidades para continuar existindo, abraçando novas temáticas, mas muitos recusaram a ser recrutados pelas políticas públicas, preferindo manter ações de resistências. Os sujeitos participantes dos movimentos sociais têm aprendido a fazer leituras de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, gerados como respostas às pressões e demandas socioeconômicas que eles fazem.

Intrigante também compreender que os sujeitos participantes dos movimentos sociais “[...] aprendem também com as respostas, estatais ou da sociedade, às suas demandas no plano da cultura, com o reconhecimento no plano dos valores ou da moral” (GOHN, 2010, p. 173). Corroborando com tal afirmação algumas propostas como o mapeamento social de grupos sociais em MT, com recursos financeiros e participação de servidores do Estado, não foram ainda assimilados pela burocracia que participou do processo, apesar de toda relação da caminhada, da participação de apoio ao projeto deles e da publicação de artigos científicos sobre este mapeamento. Isso demonstra que a relação entre servidores do Estado e movimentos sociais é um processo também de aprendizagem, é uma militância que precisa acontecer para transformar a realidade.

Sentido com o coração, com a emoção, esse processo de militância dentro do GTMS, compreendo que é também um processo de Educação Ambiental, que está em busca de mudanças, no envolvimento das pessoas, no processo de luta. Esse processo que traz o conhecimento de mais pessoas e grupos, e mesmo militando por anos em MT, muitos grupos ainda não o conheciam. Assim, conquistou-se o respeito e admiração pela experiência de cada um e cada uma, acolhidos no grupo, transformando em algo novo, sendo todos responsáveis pela construção.

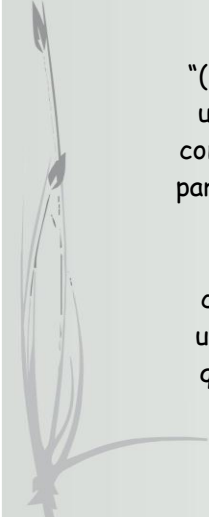
4.5 Militância e Participação: Ações Envolvidas na Mística

Importante destacar a percepção de um elo que envolve todas estas questões que foram levantadas nesta pesquisa, e que está muito presente na luta dos movimentos sociais, representando uma força que é manifestada principalmente em suas celebrações e em todos os momentos em que se fazem necessárias motivações para seguir a

caminhada. Imanente nos depoimentos dos sujeitos sobre quanto a participação e militância, percebidas em toda a reflexão do grupo e também na compreensão do que seja “ecologia da resistência”, pois existe ali uma “[...] trança fiada na rede que move seus elos... e é movida por eles dialeticamente” (SATO, 2011a, p. 01). Compreende-se que essa trança move e é movida pelos elos que compõem o GTMS seja na mística evidenciada todos os dias nas palavras e ações de seus militantes.

A mística alimenta a alma que faz com que o militante se sinta forte para participar de uma luta, de uma discussão. É uma celebração, é o que dá emoção, energia para seguir a caminhada. Diante do mistério da vida, o que está acontecendo na realidade, é percebido com o coração que pode animar toda ação, pois “[...] o mistério está sempre ligado à paixão, ao entusiasmo e às grandes emoções, numa palavra, ao movimento mais profundo e maior da vida” (BOFF, 1996, p. 13).

Nas comunidades de base do movimento social a celebração é um momento reservado em toda ação de grupo. É o que nos revela um depoimento sobre grupos de base, em Cáceres, quando estudavam o zoneamento:



"(...) Porque nós sempre procuramos envolver as pessoas para que ela tome uma parte ali dentro. A gente sempre falava, vai acontecer alguma coisa, convida tal... não é convidar que a pessoa vai. É você colocar ela para ela ser parte do negócio, então aí ela vai. Por exemplo, nos assentamentos a gente é capaz de chegar lá e numa simples Assembleia com cem pessoas para participar, tomando parte cada um na mística, no tema, para levar um cartaz, para levar uma flor... Então, qualquer coisa que a pessoa for ali e uma palavra que ela tiver que falar ela já é parte daquilo ali, isso faz com que a pessoa se sinta parte e se sentindo ela se sente cidadão porque se realiza e se compromete com aquilo ali".

Salomão

Esse envolvimento é necessário para tocar as pessoas numa discussão, que vai além da teoria ou da informação, para que todos se sintam motivados a participar, portanto, sintam-se partes do processo. Esse ato é denominado de mística, realização de um momento que vivencia o encantamento da realidade, que utiliza arte em suas várias dimensões e a manifestação da fé. A mística pode ser compreendida de várias formas, podendo ser o encantamento e humildade diante da realidade, conforme nos ensina Boff

(1998, p. 12): “Chama-se mística a atitude viva em profundidade quando se vive uma experiência fundante da realidade em seu caráter incomensurável à razão analítica, uma veneração, um encantamento e humildade diante da realidade”.

A mística também assume a característica de dramatizar a realidade para que as expressões sobre ela possam ser imanadas de várias formas. Cada um e cada uma dos participantes são tocados pela emoção na realização de um ato coletivo, revelando um mistério sobre a vida em comunhão. Emoção, por se sentir parte de uma irmandade, de uma construção coletiva, em busca de um sonho, de uma sociedade, tocando o coração das pessoas para se envolverem nesse processo. É com o coração somos afetados, como nos revela Boff (1989, p.12):

É uma atitude de simpatia fundamental, uma capacidade básica de sentir os outros em sua situação concreta (coração). Pelo espírito de fineza nos descobrimos a nós mesmos como vulneráveis. Somos afetados pelos outros e podemos afetá-los, despojando-nos do cálculo, do interesse e da vontade de poder (*esprit de géométrie*).

A participação, no contexto desta discussão, em meio ao conflito de interesses, num debate de uma política pública, num ambiente muitas vezes hostil, é na força coletiva que se encontrou a possibilidade de uma ação renovada por uma atitude de grupo. Ela pode assim ser plenamente realizada pelos militantes, desenvolvendo a ecologia de resistência neste espaço que podemos dizer que é: “[...] vivenciar a mística na política, é enfrentar as crises em meio às diferenças; é a possibilidade de enfrentar as crises, buscando a unidade do povo; é celebrar a luta, em meio às tantas adversidades da vida” (RIBEIRO, 2003, p. 47).

Nestes momentos de crises que se pode também vivenciar o sabor da vida, pois a indignação leva ao desenvolvimento de reações na coletividade, que encontrou no GTMS um espaço propício para que se pudesse renascer numa manifestação autêntica de resistência. Nessa comunidade de aprendizagem, a força imanente da mística o motivou, pois ela pode ser compreendida como:

[...] uma experimentação que contempla a realização de um conteúdo invisível: o valor da vida, a dignidade das pessoas e a eterna rebeldia para continuar livre, a função criadora do trabalho, a solidariedade universal. É uma sabedoria, um modo de saborear a vida que junta, sem contradição, o sentimento, a ação e o pensamento. (PELOSO, 1998, p. 8).

Prontos para luta, e movidos pela paixão de continuar no debate, os militantes desses movimentos sociais mostram que essa força pode propiciar as realizações das táticas participativas pedagógicas e também as descobertas de novas identidades sociais em MT e suas lutas, que somaram mais paixão, força e delicadeza na caminhada. É uma forma de viver o processo, que não está documentado, que não é declarado como uma ação proposital, mas que está presente no invisível, no coração das pessoas. É esta força que propicia também a confiança de um no outro quando chamados para a ação.

Nesse processo de caminhada do GTMS é assim o modo de fazer participação militante, que resiste às adversidades e que sonha com um mundo novo, com um projeto que seja possível realizar, mesmo com toda a adversidade e toda a força contrária. Observemos o seguinte excerto mediante o qual se pode compreender mais o que é a militância que se realiza nesse grupo:

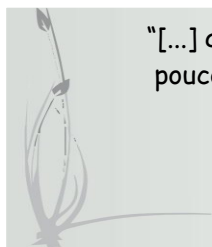
Não há militância sem paixão e mística, pouco importa a natureza da causa, seja religiosa, humanística ou política. O militante vive no mundo das excelências e dos valores em funções dos quais vale gastar tempo, arrostar riscos e empenhar a própria vida. Aqui se trata não de ter idéias, mas de viver convicções. São estas que mudam as práticas e estas transformam as relações sociais. (BOFF, 1989, p.20).

O GTMS, na percepção das pessoas entrevistadas, é um esforço de juntar vários grupos de diversas regiões do Estado, sendo o local que conseguiram congregar onde há pessoas com vontade comum de continuar mudando porque o que está posto não serve, mas também não sabemos o que colocar no lugar. O GTMS mostrou que é possível ter mais influência nas políticas públicas, por meio da articulação e relação entre pessoas de grupos unidos pelo mesmo ideal, que ao se ajudarem, procuram superar as perdas no processo apesar de certos desânimos. Uma das características do grupo é apontada no depoimento de um entrevistado:

"[...] o primeiro grupo que conseguiu colocar seringueiro, assentado, índio, retireiros do Araguaia para debater um tema único, que é o zoneamento. E a gente fez uma coisa básica que é contatar as pessoas, articular um pouco com debate para convencer as lideranças. [...] é que o grupo conseguiu fazer, não só uma discussão política, mas uma discussão bastante técnica."

Fernando

Assim há uma concordância entre os sujeitos de que algo que estava sendo construído era inédito em termos de mobilização em MT, pois ao mesmo tempo em que juntavam forças para o debate político, também conheciam o trabalho do outro, propiciando a descoberta do que o outro estava fazendo coisas até semelhantes. O grupo não só se tornou visível para o debate público, como também deu visibilidade a outros grupos, redes, movimentos dentro de MT, como bem expressou uma das protagonistas:



"[...] que foi essa primeira inserção do GTMS junto a Assembleia para normatizar um pouco como seriam essas audiências, essas participação nos seminários, eu acho que foi fundamental."

Tereza Neide

Nisso consiste a força do movimento que encontrou um ambiente propício onde todos puderam dar o melhor de si, mas mesmo sem saber estavam fazendo envolvidos nos elos invisíveis unidos pelo desejo de mudança, da indignação e de uma proposta que pretendem realizar no mundo.

4.6 Ecologia de Resistência: uma Ação Realizada pelo GTMS

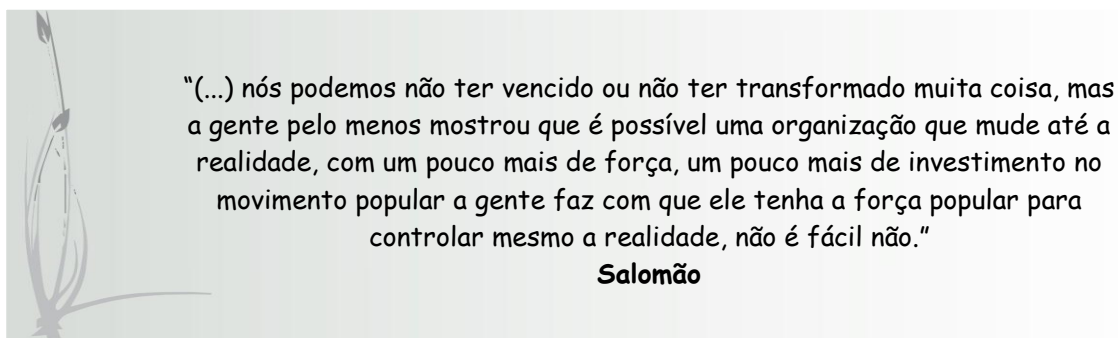
Foi num ambiente de resistência dos movimentos sociais, na participação da elaboração da política pública do ZSEE, após uma derrota da luta da participação popular em 30 de março de 2010, na votação do projeto Substitutivo 3 pela ALMT, que este termo foi cunhado por Michèle Sato, buscando compreender a luta do movimento e inspirar suas ações, fazendo que cada membro do movimento possa escrever sua história pela aprendizagem que esse processo propiciou. Por este trabalho ser construído ao longo do processo de participação do GTMS, as entrevistas foram feitas antes da declaração deste termo, ecologia de resistência, e por isso esse tema não foi abordado durante a entrevista, mas é fundamental para a compreensão da mobilização.

Considera-se relevante relacionar os passos da ecologia de resistência vivenciados pelo GTMS no debate político do ZSEE, junto com a reflexão de pessoas do movimento, evidenciando princípios que estão imanentes no grupo e foi tão bem

capitaneado nesta proposta de Sato. Assim, a seguir, serão refletidos os passos da Ecologia de Resistência publicada em 19 de abril de 2010.

O primeiro passo, segundo Sato (2010, p. 12), é: “1. Remar contra Maré: é compreender que existe uma força hegemônica poderosa que avassala a maioria das pessoas em nome do lucro e embora a força seja poderosa, luta contra essa ideologia”.

Nesse processo de luta, quem participa do movimento social, participa pela paixão, ainda que pressionado pelo modelo de sociedade capitalista, encontra na comunidade a motivação para seguir em frente e mostrar que existem outros modos de enfrentar a realidade para além da passividade e da fatalidade. Mesmo consciente do que acontece nos bastidores do poder, o grupo se reúne e mobiliza forças para a participação, conforme o relato a seguir:



O segundo passo da Ecologia de Resistência declara a questão socioambiental tão característica desse movimento, uma vez que o GTMS nasceu da proposta de discussão de uma política de meio ambiente. Agrega também o conceito de justiça ambiental que caminha junto com a proposta de Educação Ambiental, vivenciadas no grupo. Nas palavras de Sato (2010, p. 13):

2. Luta socioambiental: é compreender que os dilemas ambientais estão intrinsecamente conectados com a sociedade e que acontece com um acarreta consequências no outro. É também entender que o acidente ambiental sempre prejudica aqueles economicamente desfavorecidos.

Ancorados nos princípios da justiça ambiental, o GTMS primou justamente para o lado daqueles que são os grupos mais marginalizados da sociedade, os que têm uma luta comum e que possuem uma unidade como o respeito à diversidade e a valorização da cultura e dos saberes de cada grupo, povos e comunidades tradicionais de MT. A luta

neste grupo é a busca pela participação desses grupos em políticas públicas, nas quais de fato, sejam reconhecidos como cidadãos na igualdade social.

Seguindo tais princípios, o GTMS propiciou uma proposta de mapeamento social, fruto também destas discussões quando mediante um olhar sobre o ZSEE nesse levantamento, observou-se que não foram encontradas representatividades de grupos da sociedade. Notou-se apenas um destaque, com muita justiça, para o reconhecimento das terras indígenas (a categoria 4, subcategoria 4.1, da proposta do Executivo estadual). Acreditamos que em função da articulação dos grupos sociais, seja em audiências, em reuniões, em seminários do GTMS, a ALMT reconheceu as terras quilombolas, incluídas na proposta do Substitutivo Integral do dep. Alexandre Cesar, ainda que existam apenas duas no Estado: Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento e Lagoinha de Baixo, em Chapada dos Guimarães. Há outros grupos sociais que também lutam pela terra e que almejam o reconhecimento pelo Estado, mas que não constam nos mapas e documentos oficiais.

Da luta do GTMS saíram apoios para outras lutas socioambientais no Estado, como a formação do “Fórum do Teles Pires Vivo” que uniu os movimentos sociais para discutirem as centrais hidrelétricas implantadas na região norte de MT. Houve um entrelaçamento desses movimentos, pois os militantes se conhecem, apoiando as lutas e realizando processos semelhantes de participação.

Estar do lado dos injustiçados, que geralmente são sempre pobres, é um dos mandamentos dos militantes de esquerda, que segundo Beto (2011, p. 4) são: “[...] pessoas privadas injusta e involuntariamente dos bens essenciais à vida digna. Por isso, estamos dos lados deles. Por uma questão de justiça. Um militante de esquerda jamais negocia o direitos dos pobres e sabe aprender com eles”.

O terceiro passo da Ecologia da Resistência que Sato (2010, p.14) propõe é:

3. Controle social efetivo: é compreender que a direita usa o medo como política inibidora da nossa participação. É ousar a possibilidade de controle social por meio da liberdade de ação e pensamento, encontrando os parceiros e o coletivo de lutas.

Esse controle social efetivo do GTMS está traduzido nas táticas participativas pedagógicas, inventadas e apreendidas pelo grupo, na participação nas audiências públicas e também nas várias reuniões com promotores, procuradores e autoridades do

Executivo. Tudo isso também foi fortemente aliado ao poder da mídia que nos momentos da votação das propostas na ALMT (desde os substitutivo 2 e depois o 3, no mês de março de 2010) retoma o assunto do ZSEE e, salvas raras exceções, tem informado a sociedade que há um grupo de entidades socioambientais que discordam e são declaradamente contrárias ao projeto votado pelos deputados. Sabe-se que esse controle social efetivo exige também uma postura do movimento, pois “[...] a democracia participativa significa também querer assumir responsabilidades e saber que haverá cobrança por isso” (LEROY, 2010, p. 92).

O próximo passo envolve os vários revezes pelos quais passa o processo de participação popular. O poder não negocia com os movimentos sociais e não agrega a participação, não dialoga com a sociedade e, por isso, sempre que anuncia uma aprovação no projeto do ZSEE, esta ocorre de forma unilateral, uma vez que a mesma não tem aval dos movimentos. Em razão disso o grupo sempre se move, mobiliza, às vezes desanima, mas consegue promover manifestações contrárias às atitudes autoritárias antidemocráticas. Aos poucos vai conhecendo o poder e como ele vem tratando o movimento social em MT. Assim, esses revezes na luta são evidenciados no quarto passo por Sato (2010, p. 15):

4. Pedagogia do caracol: é compreender que a luta enfrentará momentos duros como cascas calcárias pesadas que precisam ser carregadas. Mas, sobretudo que existe a moleza do corpo como possibilidade flexiva de errar e acertar. De se acreditar que o caos é parte intrínseca e normal e que podemos fazer dele nosso momento de aprendizagem.

Desde o início do processo de discussões do ZSEE, o caos tem sido fonte inspiradora para o movimento encontrar mais força na resistência. Mas há também os momentos em que se festejam uma data ou a realização de eventos, em que há um encontro de alegria e de renovação pela amizade formada no grupo, como a festa do Rio Paraguai, em Cáceres (14 de novembro de 2010). Também eventos do GPEA/REMTEA, como a coordenação dos seminários de mapeamento social, o VI encontro da REMTEA, os colóquios do GPEA, momentos de encontro, de renovação da luta e parcerias que esse encontro de grupos proporcionou, onde a mística se faz presente.

Válido observar o papel do educador nesse processo, para não se deixar levar pelo fatalismo, do peso de que as coisas são assim e sempre serão dessa ou daquela

maneira, que a luta está perdida, que muitas vezes ouvimos e falamos ao longo do processo. Leroy (2010, p. 30) já nos ensina que “[...] não vamos sucumbir ao medo. Ser educador é aprender a combinar o peso da responsabilidade que faz o passo vagaroso com a esperança que torna a caminhada leve”.

O quinto passo da Ecologia de Resistência aborda as realidades no processo do capitalismo mundial conhecido como globalização. Isso porque as diferenças havidas na diversidade de existências contrariam a padronização e cobram respeito nessa diversidade. É nesta linha de compreensão que Sato (2010, p. 16) assinala:

5. Biorregionalismo: é interessante viver o mundo globalizado, contatos simultâneos, exterior e interior. Mas a retirada da cultura local em nome da ‘cultura global’ retira o direito de sermos diferentes.

A cultura diversificada em MT não se refletia no mapa do ZSEE, ela apenas está inserida como diretriz neste documento, construída fragilmente na proposta do Executivo. O mapa do ZSEE do Executivo representa interesses econômicos, muito cristalizados em categorias, ainda que louve que segue uma proposta de respeito ao ambiente natural. Destarte, nessa proposta de política pública, as terras indígenas e quilombolas são reconhecidas como parte das categorias de uso, mas apenas aquelas que já estão no processo final para titulação de posse. Em MT existem mais 60 comunidades quilombolas conhecidas pelo poder público, mas a proposta tanto do substitutivo 1 como a do 3 só reconheceram 2 delas. As outras identidades estão apenas algumas delas mencionadas nas diretrizes sociais.

De fato, a valorização da diversidade das culturas é um ponto forte dos movimentos sociais como instrumento de ação a ser implementada nas políticas públicas. Sua meta é uma ação de cidadania a ser conquistada. Durante séculos de existência a nação brasileira foi formada por povos resistentes, que precisam ter sua importância local reconhecida como forma de inserção global. Leroy (2010, p. 50) faz uma importante reflexão sobre este processo:

[...] graças a seu tamanho e à resistência de seu povo, apesar de suas elites e de seus aventureiros, o país conseguiu até hoje manter uma rica diversidade cultural e social, expressa pela quantidade de nomes com os quais se autodenominam as populações interioranas: povos indígenas, quilombolas, açorianas, caiçaras, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, quebradeiras de babaçu, coletores de castanha ou de

caju, geraiseiros, colonos, sertanejos, pequenos produtores, camponeses... A cada um deles correspondem formas distintas de manter, manejar, cuidar da biodiversidade e dos ecossistemas.

O sexto passo da Ecologia de Resistência revela uma linguagem toda particular de se comunicar com os vários grupos, povos e comunidades tradicionais em MT. Destes vários grupos, movimentos e entidades sociais que participam do GTMS todos contribuem com o processo de aprendizagem, a força da fé e da luta do pessoal de Cáceres, a força dos jovens e professores da região de Juína, a força da agricultura familiar do norte, a força de um povo guerreiro e livre dos pântanos do Araguaia, as contribuições de intelectuais e ativistas de entidades e também de pesquisadores da academia e das militâncias das redes socioambientais que têm uma capilaridade em MT, a força dos povos indígenas que sempre participaram do debate do zoneamento e do mapeamento social, e do povo quilombola que vem participando das audiências e dos grupos de discussão. Compreendemos em Sato (2010, p. 16) estas dimensões:

6. Pedagogia dialógica: é compreender que não usamos só o cérebro para aprendizagem, e que outras linguagens são passíveis na aprendizagem de uma 'ecologia de resistência'. É usar a arte como possibilidade de expressão, aliando-se aos mitos da fé que cada local, povo ou cultura se circunscreve.

Essa afirmação vai ao encontro do depoimento da base de Cáceres, exemplo de militância na comunidade, que se envolve no diálogo com outros grupos, na relação da cultura para tornar a luta mais engajada, motivando as pessoas para mais participação. Eis o relato:



"(...) temos aí um mundo ajustado e comprometido pelos seres humanos e, se a gente for nessa linha muito mais sensível, as pessoas sentem mais e participam muito mais por isso que a cultura é muito forte no entrelaçamento com a educação."

Salomão

O papel do educador junto aos movimentos sociais é de reconhecer a complexidade do conhecimento que deve ser partilhado e construído, como nos ensina Leroy (2010, p. 23), "[...] com sentimento e emoções". Há uma troca de saberes nesses encontros em que o mundo da cultura e da mística traz à academia um profundo respeito

por esse componente que é tecido diariamente nas comunidades. Saber realizar a troca é um processo que esta prática vem favorecendo aos grupos do GTMS colaborando com o que diz Leroy (2010, p. 24): “Educarmo-nos mutuamente é nos dizer que há caminhos e que precisamos erguer nossas lamparinas para iluminá-los, sabendo que uma só não faz recuar a escuridão, mas muitas nos fazem reconhecer o mundo a nosso redor.”

O sétimo passo nesta Ecologia de Resistência é o sentimento de esperança que todos possuem nesse intenso processo de lutas, embates e convívio. Processo em que às vezes esperávamos uma informação que pudesse nos trazer acalanto na lida frente aos embates na ALMT ou a outro poder público, protestando e transformando a indignação em manifesto, mobilizando as mídias para divulgação. Assim, o processo de luta pública nos movimentos sociais se faz sem mágica, sem um salvador da pátria, sem depender de lideranças que foram caminhando com suas táticas. É o que revela Sato (2010, p. 18):

7. Filosofia da esperança: é compreender que muitas vezes, não ganharemos a luta porque o inimigo é forte. Mas é uma aprendizagem para saber a se contar para conseguir retornar inteiro após as estações das feridas. De se retirar no direito (da janela) individual de sarar a dor... Mas retornar no dever (da árvore) coletivo de lutar.

Em muitos momentos pessoas saíram dos embates, mas voltaram para outras frentes, algumas pessoas destacaram sua participação mais forte no início dos debates públicos, outras permanecem na luta até hoje. Este recuar de algumas pessoas pode ser percebido pelo direito de se retirar da frente de embate, afinal, as lutas em suas bases, comunidades, entidades e grupos exigem um compromisso hercúleo. A filosofia da esperança ensina a exercer a paciência para entender o jogo do poder, principalmente, nos últimos acontecimentos do processo do ZSEE: aprovação do substitutivo integral 3 (em dezembro de 2010); envio para o Executivo sancionar; volta ao Legislativo com a justificativa dos poderes para correção de “erros formais” ainda em dezembro de 2010; o projeto do ZSEE foi novamente votado em plenário em fevereiro de 2011 e, depois, reenviado ao governador para que, em 20 de abril de 2011, fosse sancionado sem nenhum veto, apesar de todos os protestos do movimento social.

A esperança é uma das palavras citadas que lembra militância e que aparece nos depoimentos sobre o envolvimento do grupo e aguardar no futuro.



"(...) mas eu acho que a esperança é o que faz a gente mover, faz você continuar, de que vai mudar, porque no dia que você não tiver mais esperança perde o sentido. Quando você desiste de participar do processo é porque você não tem mais esperança que a sua participação não resolva nada. Então você pode ter o tanto de paixão que for pela vida, mas se você desiste é porque a sua esperança, a sua participação não vai contribuir com a coisa ou que aquele processo vai dar alguma coisa que você acredita já foi para o espaço".

Andrea

Após estes últimos acontecimentos muitos passaram a postar mensagem de frustração na lista como: "já perdemos", "o jogo está marcado". É necessário incentivar a esperança, pois o grupo possui uma força que os uniu no mesmo barco, para vencer a força do fatalismo que pode acontecer com qualquer grupo de mobilização social.

A resistência está em compreender que o importante na aprendizagem é o processo pelo qual estamos passando, colhendo os frutos do movimento na caminhada. Uma rede social engajada e participativa, com laços de amizade e afetos, na relação da solidariedade da luta de cada movimento não é algo fácil de se encontrar. O GTMS pode propiciar momentos em que houve a percepção que somos muito mais pessoas invisíveis e que há muitas outras tantas pelo interior de MT. É preciso continuar o processo da troca de saberes, num entrelaçamento entre grupos sociais, movimentos e entidades para transformar a realidade. Somente nesse aprendizado é que se aprende a fazer as trilhas possíveis desses e de várias táticas participativas pedagógicas, criando mais passos na ecologia de resistência, conforme nos ensinam Sato e Pedrotti-Mansilla (2008, p. 109) nesta participação que " [...] amplia seus cenários para que a participação e o controle social sejam plataformas da cidadania do dever [não meramente do direito], concretizando o fortalecimento da educação ambiental".

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

MOVIMENTO DINÂMICO: DA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS ÀS ESPERANÇAS



II Seminário de Mapeamento Social – outubro de 2010 – foto de Regina Silva.

“Não importa, para o resultado final,
que um ou outro movimento seja
transitoriamente derrotado.
O definitivo é a decisão de luta que amadurece
dia a dia,
a consciência da necessidade da mudança
revolucionária,
a certeza de sua possibilidade.”
Che Guevara²⁵

²⁵ In: GUEVARA, C. **Textos Revolucionários**. São Paulo: Global, 2009, p. 78.



Assim como Saint-Exupéry (2009, p.70) nos lembra que “ [...] só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos”, colocamos lentes para compreender a mística que envolveu o GTMS e o fez caminhar pelas trilhas de lutas e de aprendizagem na elaboração da política pública do ZSEE. Nesse processo participativo há uma vivência da Educação Ambiental na política e militância junto aos movimentos sociais, com a singularidade de fazer enfrentamentos, compartilhando conhecimentos e sonhos.

Ademais existe ainda toda uma luta a ser realizada. Sabemos que muito se tem feito, contudo muito há que se fazer. Por isso, é importante ter em mente um projeto de futuro, que nos encaminhe para onde queremos chegar, na sabedoria de perceber que existirão fracassos, mas que certamente haverá pequenas vitórias ao longo do caminho. Nesse trabalho de Educação Ambiental compreendemos na práxis a ação de resistência, concordando que esta é possível quando:

[...] de fato for produto de uma construção coletiva e solidária – tanto para buscar informações e conhecimentos que dêem consistência a essa resistência (e que não constam na televisão, nas revistas ou nos jornais) quanto para que ela possa se disseminar, ser reconhecida e aceita frente ao bombardeio conservador e, então, possa difundir novos conceitos e visões do mundo e usá-los na construção da contra-hegemonia. (LEROY, 2010, p. 38).

Nas epígrafes de cada capítulo desta dissertação, as frases do Che Guevara e Paulo Freire são como “a presença distante das estrelas” na esperança de que os caminhos não sejam tão tristes, conforme nos emociona em seu poema Mário Quintana. Ao mesmo tempo, as estrelas estão lá para nos lembrar daqueles que já lutaram no passado, muitos antes de nós e que doaram suas vidas na entrega aos seus ideais que ainda vivem e nos acompanham. Nisso reside a importância da educação quando narra esses fatos de resistência, pois nos mostram que é possível aprender coletivamente, no diálogo, no enfrentando de obstáculos, sentindo o sabor da caminhada durante o processo, vivenciando a luta, a partilha e aprendendo a fazer a ação.

Os movimentos sociais sempre utilizaram da mística como lamparina para animar a própria militância. A importância desse componente junto aos militantes é para o encontro das vitórias e derrotas, na caminhada de um projeto a ser alcançado.

Compreende-se que a mística está na força motora da ação, que é invisível para os burocráticos, consultores, formuladores de políticas públicas e avaliadores de programas. Estes não percebem a dimensão dessa ação, imanente dos movimentos sociais, e, talvez por isso, o processo de aprendizagem não entre nos indicadores de efetividade, de eficácia e de eficiência dos planos governamentais. Há ausência de vida nessas avaliações, pois negam a boniteza do processo participativo, que não está contabilizado nas estatísticas oficiais.

Figura 14: Mística de abertura do VI encontro da REMTEA



Fotos: R. Silva.

É a mística que anima o povo na participação, apesar de ela não aparecer descrita como tal nos documentos das políticas públicas nesse sentido. É ela quem faz com que o militante não desanime diante de uma derrota e não carregue para si, individualmente, toda a responsabilidade do ato, sabendo compartilhar com o grupo também esse fracasso. É nos momentos de tristeza e de alegrias que a mística é capaz de promover a narrativa do povo, exaltando sua História de várias formas e mediada pela Arte, que assim é capaz de caminhar. Mesmo quando o sentimento de fracasso é exaltado, mas essencialmente, é a esperança que é almejada.

Ribeiro (2003, p. 45) nos explica uma passagem no livro das “Lamentações” (do Antigo Testamento, parte da Bíblia), que por meio de cânticos e poemas estão narradas “[...] as dificuldades, a opressão, o lamento do povo que tem saudades dos momentos de felicidade, nostalgia que estimula a imaginação e aperta o coração”. Mas ela ressalta que em meio a tantas tristezas nesse livro, o povo ainda consegue falar de esperança:

[...] em meio aos dissabores da vida, eis que nos diz Lamentações (3:21): ‘Quero trazer à memória, o que me pode dar a esperança’. O contexto é difícil, mas eis qual expressão: quero trazer à memória, é dizer quero lembrar, recordar. A palavra recordação, *recordis* (latim) quer dizer: trazer de volta ao coração, trazer

de volta a minha vida, trazer de volta o que me pode dar esperança. (RIBEIRO, 2003, p. 45).

Quando o povo evoca a esperança, é o momento em que a sua força é novamente alimentada para enfrentar os desafios e superar as derrotas. Trazendo para o contexto do GTMS, foi necessária muita reflexão em grupo, quando houve a publicação da lei do ZSEE, completamente baseada no substitutivo 3, projeto do Legislativo. Essa Lei aprovada não está somente eivada de ilegalidades e inconstitucionalidades, mas totalmente ausente de toda uma construção de um projeto democrático, processo valorizado pelos movimentos sociais.

A lei do ZSEE que foi sancionada pelo governador do Estado, Silval Barbosa, (Lei nº 9.523, de 20 de abril de 2011²⁶) não teve sequer um veto sobre nenhum artigo, apesar de manifestos do GTMS, protocolizados na Casa Civil para que o governador vetasse integralmente a proposta. Não só houve esse manifesto do GTMS, mas também há pareceres técnicos contrários emitidos tanto pela Procuradoria do Estado como pelos servidores da SEMA e SEPLAN. Tais pareceres foram disponibilizados na lista do GTMS, autorizados sua divulgação pelo promotor público, Domingos Sávio.

Nessas coincidências da história, a lei foi publicada exatamente um ano depois da promoção do “enterro do ZSEE,” realizado pelo GTMS, na Praça Alencastro, centro de Cuiabá, em 20 de abril de 2010. Esse manifesto público foi uma premonição do que o Poder Executivo iria fazer no ano seguinte. O governador enterrou com esse ato o próprio projeto do Executivo, que foi elaborado tecnicamente durante 20 anos e encaminhado ao legislativo em 2008. Em abril de 2011, o projeto voltou ao Executivo, totalmente desfigurado tecnicamente, feito pelo Legislativo, sem apoio dos movimentos sociais, e o governador aprovou a proposta que contraria os próprios estudos dos seus técnicos - fruto de financiamento público e que mobilizou centenas de pessoas na sua elaboração por 20 anos e que sobre este projeto milhares de pessoas se debateram nas audiências em três anos.

²⁶Publicado na página da ALMT: <<http://www.al.mt.gov.br/TNX/viewOrdinaria.php?pagina=9523>> e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, sem o mapa do ZSEE (um dos componentes obrigatórios da lei) em 20/04/2011: <http://www.iomat.mt.gov.br/do/flash/?edi_id=2841>.

Felizmente nem todo órgão dos poderes públicos do Estado é favorável a esta lei publicada. O Ministério Público Estadual prometeu que irá ajuizar uma ação civil pública e a Procuradoria Federal também formalizará um documento a ser encaminhado ao chefe dessa procuradoria, recomendando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade na lei do ZSEE de MT.

Embora sentido pelo ato do governador, que negou ouvir o outro lado, o GTMS soube refletir e perceber mais uma vez o que o poder instituído é capaz de fazer, principalmente quando movido por interesses puramente econômicos que favorecem apenas um grupo social. Militantes do grupo realizaram, em maio de 2011, duas ações em que o GTMS encaminhou acompanhamento do processo de zoneamento.

Entre tantas explicações dessa triste ação do governo do Estado, encontramos em Westhelle (2008) uma compreensão sobre os últimos acontecimentos no processo de política pública nesta pesquisa. Este autor faz uma abordagem sobre os usos e abusos da “Cruz de Cristo,” mostrando os escândalos que esses atos provocaram durante a história do cristianismo. Ao longo dos séculos, a Cruz vem servindo de reflexão para vários fatos da vida social, e muitos filósofos se debruçaram sobre seu significado. Muitas vezes os poderosos se apropriaram da Cruz não só para tomar o poder e se manter nele, como para realizar guerras como as Cruzadas, autorizando milhares de mortes. Por outro lado, há também usos que chegam ao extremo, de negar a própria Cruz, apenas se fixando na vida de Jesus e sobre a sua ressurreição, negam com isso que houve um sofrimento e como os seguidores de Jesus continuaram a vida logo após sua morte.

A cruz através dos séculos continua sendo um escândalo para a sociedade. Numa sociedade cristã como a brasileira, a cruz é sempre evocada. Somos marcados por ela, e agimos consciente ou inconsciente em função dessa visão cristã. Por isso, pela reflexão de Westhelle (2008) direcionamos nosso olhar para as ações da participação da política pública. Ao invés de olhar somente para a Cruz, o autor foca seu olhar na ação das mulheres que, chorando à beira dos pés de Jesus, sofrem junto com ele sua dor, e o seguem até seu sepultamento na sexta-feira da paixão. Ao invés de ficarem chorando a perda de toda uma vida e seus ensinamentos, como os próprios apóstolos, elas foram para casa preparar óleos de unguentos e aromas para untar o corpo de Cristo. Passaram o sábado preparando esses itens e quando chegaram ao sepulcro no domingo, o encontraram vazio. O corpo de Cristo não estava mais lá, ele havia desaparecido. É por

causa do gesto dessas mulheres que a humanidade soube que o corpo de Cristo não estava mais morto. Pois testemunharam, assustadas, o vazio dentro do sepulcro e o milagre da ressurreição.

Esse paralelo com o GTMS permite compreender que assim como as mulheres à beira da cruz, os militantes do GTMS não ficaram chorando a perda de um sonho, mas continuam sua militância, indo à luta, ainda que para os poderosos do Estado o processo já esteja consolidado. As mulheres que preparam com cuidado os óleos e aromas para o corpo de Cristo, num gesto de amor incondicional, se surpreenderam com a ausência do corpo, assim como os militantes se surpreendem com as verdades genuínas durante esse processo, uma vez que “[...] sempre é mais fácil lidar com o luto e pesar do que com o inesperado, pois esse está fora de nosso controle [...]. A surpresa está aí quando realizam um trabalho de luto e amor” (WESTHELLE, 2008, p. 128).

A Cruz de Cristo é um símbolo que atravessou séculos sendo utilizada de várias formas, tentando materializar no visível todo um mistério invisível que ultrapassa os limites da percepção. Neste aspecto, compreendemos que, é preciso sofrer a dor da perda, é preciso cuidar do sofrimento, mas é necessário continuar a caminhada, preparando as ações que devem ser realizadas. A prática daquelas mulheres traz a esperança de que é preciso acreditar além das aparências. Esse ato das seguidoras de Cristo nos leva a “[...] não permitir que a história termine em calamidade, não permitir que o passado seja fechado, contra toda evidência, contra toda esperança” (WESTHELLE, 2008, p. 129).

É nesse sentido que a reunião de avaliação do próprio GTMS, ocorrida em 13 de maio, após a publicação da lei, foi determinante para preparar os ânimos e a apontar para a caminhada. Nessa reunião, além de ser aprovada a participação do GTMS no seminário de avaliação do ZSEE, também houve um consenso da “reestruturação” da lista *online* do GTMS, a criação de uma proposta de construção de um *blog* do grupo para que as ações pudessem ser mais visíveis à sociedade. Após essa reunião, foi solicitado aos integrantes da lista *online* que manifestassem seu interesse ou não em permanecer no grupo. Depoimentos belíssimos foram relatados durante um mês, o que contribuiu com a certeza de que o grupo está caminhando com o sofrimento, mas seguindo o rumo de outra sociedade possível.

Figura 15: Reunião de avaliação do GTMS – 13/05/2011.



Fotos: M. Sato & M. Jaber.

O seminário, aprovado na reunião do dia 13/05, denominado de “O Zoneamento de Mato Grosso: avaliação e perspectivas” realizou-se em Cuiabá em dia 27 de maio de 2011, com a participação de organizações da sociedade, pesquisadores, movimentos sociais, agricultores, familiares, comunidades indígenas e diversos segmentos da sociedade. Foram feitas apresentações sobre a caminhada do movimento social nesse processo; os promotores públicos apresentaram algumas conclusões dos estudos do grupo técnico que estuda a Lei do ZSEE, apontando as irregularidades.

Figura 16: Seminário “O Zoneamento de Mato Grosso: avaliação e perspectivas”



Foto: Gustavo Nascimento, do ICV.

Nesse seminário, João Andrade, integrante do GTMS e consultor do ICV, fez uma apresentação, destacando os pontos críticos da lei do ZSEE, durante o processo das audiências públicas, as ausências de bases técnicas e jurídicas, levantando alguns exemplos de conflitos com outras políticas estaduais e federais. Entre os pontos críticos da lei do ZSEE está a exclusão de 14 Terras Indígenas e a ausência da metodologia recomendada pelo Decreto Federal n.º 4297/2002.

Também nesse sentido, a procuradora federal, Márcia Zoellinger, apresentou erros grosseiros inconstitucionais presentes na lei do ZSEE referentes às terras indígenas. Textos da lei estão em contradição com o próprio mapa do ZSEE aprovado, mostrando que não houve nenhum ajuste técnico e jurídico, apenas a intenção de diminuir as terras indígenas e induzir a sociedade a pensar que não há segurança jurídica nessas áreas, recomendando sobremaneira a utilização econômica das áreas. Com essa proposta de ZSEE, o Estado de MT, com aprovação do governador e dos parlamentares, induz a invasão de terras indígenas, provocando imensa indignação em todos os grupos sociais que participaram das discussões do GTMS.

Depoimentos de militantes do GTMS como os de Salomão e Alonso Batista levantaram a necessidade de entrar com uma ação civil pública popular, pelos próprios militantes, evidenciando as ausências de critérios democráticos na lei do ZSEE, já que não foram atendidas as propostas do movimento social. Também foram lembradas pelos militantes as provocações estimulando o medo para que a sociedade não participasse do processo e a pressão do setor ruralista para passar unicamente a proposta deles, lembrando pela frase emblemática do Salomão que afirmou no evento que *“quem participou das audiências pelo movimento social apanhou muito”*. Houve ameaças e desrespeito, narrados por quem foi às audiências e lembrados nesse seminário.

Como resultado desse evento foi elaborado uma Carta do Seminário (Anexo J) e uma proposição de ações, a serem seguidas pelos militantes do GTMS. Ações que precisam ser acompanhadas por todos, lembrando em Westhelle (2008) como as mulheres preparando com amor suas ações, pois sabiam que era preciso celebrar a vida, apesar do sofrimento, percorrendo o caminho, para ir colhendo as vitórias.

Outras ações que estão alinhadas as ações dos militantes do GTMS continuam sendo promovidas, fazendo parte da zona de ação do grupo. Os elos que tencionam o grupo estão vibrando... Há luta em toda a parte e somos tocados por esses militantes que nos mostram como fazer uma ecologia de resistência. Assim, estão ainda atuantes:

- Fórum Teles Pires Vivo;
- Fórum de Direitos Humanos e da Terra Mato Grosso;
- Fórum Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela vida;
- Rede Mato-grossense de Povos e Comunidades Tradicionais - REMARCONTRA;

- Participação no processo de discussão do Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso (MT+20), enviando propostas para direcionar políticas públicas aos povos e comunidades tradicionais e grupos sociais;

- Promoção de reunião da Comissão Preparatória da 1ª Conferência de Povos e Comunidades Tradicionais de MT.

Sempre é relevante recordar (trazer ao coração) os frutos advindos com esse grupo, como o mapa social e o mapa dos conflitos ambientais de MT, além da parceria de realização entre um curso UFMT e MST, entre outros elos de aprendizagem formados, fazendo com essa esperança continue vibrante. A história do movimento passa a ser narrada pela militância e, certamente, a história da mobilização social em torno da proposta do ZSEE é uma delas.

Em todas essas ações, encontramos um modo de fazer, pensar e viver a Educação Ambiental. Compreendemos em Sato e Passos (2006, p. 24) que “[...] o que move a EA não são suas temáticas abrangentes, mas o enredo que se trama para que o mundo se mostre extraordinário, revelando que ‘o mundo não cabe no mundo e o real não cabe no concebível’ (WISNIK, 2005, p. 31).”

É certo que o mundo é muito maior do que conseguimos visualizar e compreender, mas temos a possibilidade de saber caminhar com o movimento social e sua rede de partilhas e parcerias. Na ecologia da resistência trilhada pelo GTMS, sentimos o fazer a Educação Ambiental que leva à luta pela militância e nos prepara para argumentar na arena pública, promovendo uma formação política na comunidade de aprendizagem. Aprendemos cada um e cada uma juntos, na caminhada, na ação, refletindo com as lentes da ecologia da resistência e assim compreendemos como é fazer Educação Ambiental nas ruas, de modo militante, com uma comunidade de aprendizagem, entrelaçando redes e redes, onde se compartilham saberes e renovam-se as esperanças.

A ecologia da resistência é uma possibilidade de fazer militância aliada à pesquisa acadêmica, conforme os “olhares” de Souza (2003) que ressalta sobre o enriquecimento que todas as outras ciências dão à ciência política com seus estudos da realidade. Como uma ação reflexiva, a ecologia de resistência busca “[...] religar 3 grandes dimensões filosóficas da teoria (episteme), da ação (práxis) e da ética (axioma) na tentativa de transformar o mundo em várias dimensões [...]” (SATO, 2011b, p. 19).

Inspirada nessa ecologia, apesar do desafio de fazer pesquisa nestas dimensões, por ser um terreno novo, podemos nos perder, mas ancorados na certeza de que estamos no caminho certo de uma pesquisa participante a qual reflete aquilo que Sato (2011 (b), p. 19) expressa:

[...] a superação do mal estar, inerente ou não nas angústias existenciais Sartreanas, certamente tomará conta desse ser em constante transe, entre suas dúvidas e verdades. É a guinada do jogo que agora se incide nas águas e nos sonhos (BACHELARD, 2002), e na possibilidade de sair da crise histórica e ter direito à narrativa que constroem as novas Nações (BHABHA, 2000).

Compreendemos também que é um processo educativo quando se tem o direito à narrativa, como parte da história, para que seja enriquecida por outras narrativas, na versão do povo sobre o que acontece no processo da participação dos movimentos sociais na elaboração do ZSEE. A narrativa pertence a todos que viveram e vivenciam essa caminhada. O sentimento tocou a todos que participaram do processo.

O sabor das narrativas do movimento social sobre a história da elaboração da lei do ZSEE (o substitutivo 3 dos ruralista) mostra o que de fato ocorreu em MT. As ações antidemocráticas tanto do poder Legislativo quanto do Executivo desrespeitam os movimentos sociais e colidem com os próprios pareceres dos técnicos. Com isso, resultando num texto de lei desastroso, não só em nível técnico e jurídico, mas também do ponto de vista social.

Para que esta narrativa seja mais divulgada é importante incentivar os militantes a serem pesquisadores de sua ação. Daí a relevância da educação que se desenvolve durante o processo dessas ações e concordamos com Arruda (1989, p. 34) quando escreve para a militância nesse sentido:

Desvela-se a vocação de cada militante a tornar-se um pesquisador do real. Uma nova concepção de ciência, que a liberte das suas amarras racionalistas e positivistas, se faz necessária. A ciência precisa interessar-se por perseguir sempre mais o Real na sua totalidade, que não se restringe à dimensão física do mundo e da matéria. Para isso, a ciência precisa dar-se conta de que não é só com a razão que o ser humano conhece. Abre-se, portanto, a possibilidade para uma revolução na concepção ocidental de conhecimento e das faculdades de conhecer do ser humano.

No entendimento das reflexões sobre participação, percebemos, à luz da idealização sustentada por Arnstein (2002), que ela só é realmente verdadeira quando a

própria comunidade toma conta de todo o processo de decisão sobre uma questão, inclusive financeira e administrativamente. Esse é o nível mais alto da participação, os demais níveis estão entre o mero repasse de informação do poder público ou de uma participação de concessão no processo.

No caso das audiências públicas, promovidas pelo ZSEE, teriam de fato uma validade de participação se as pessoas pudessem conhecer o que foi incluído no processo e o motivo da não inclusão de suas propostas. Este conceito de participação também é muito semelhante ao que compreendemos em Ayala (2011) em que, neste caso, não cabe ao gestor invocar um poder discricionário para aceitar ou não as propostas advindas da população.

As audiências são justificadas por ser um espaço do contraditório. Nesse sentido, tiramos algumas lições neste processo no qual me tornei gestora educadora, porque fiz a aliança entre minha função como servidora do Estado e o processo de viver e militar na Educação Ambiental: que compreender mais sobre participação também deve ser o exercício do poder público e seus servidores, porque não basta apenas os movimentos sociais compreenderem esse processo. No aprendizado da democracia, o poder público também precisa entrar nessa roda junto com os movimentos sociais (LEROY, 2010). Com isso, concordamos com a reflexão de uma militante, que participou desde o início do processo e propõe uma guinada conceitual sobre esse processo de aprendizagem na participação, em duas faces:

[...] a primeira em aprender que nem sempre se ganha por meio da força social e que a palavra ‘participação’ carece de mais compreensão por parte de quem toma decisões, seja executivo, seja legislativo. A segunda lição aprendida foi tentar conviver com o gosto amargo do ‘fracasso’, palavra odiada pela maioria que busca o sucesso, na realização de um sonho, dramaticamente material. O sucesso compreendido como bem maior de uma ação, na intolerável atitude de exclusão ao perdedor, ao mais fraco ou ao mais mortiço. Mas para quem escolheu estar junto com os grupos sociais vulneráveis, aprender a perder também é uma extraordinária sabedoria que não se encontra em livros, senão pela coragem de se lançar e se envolver, de inexoravelmente lutar pelo processo de revelar em qual lado se luta, sem aguardar que o final seja somente o da vitória. (SATO, 2011b, p. 11).

Aprender com o fracasso é mais difícil, pois é preciso que todos se sintam irmanados nesse processo. A mística mais do que nunca se mostra importante nesse momento, pois é por ela também que se pode trazer à memória coletiva “o que pode me

dá esperança". É pela esperança que o movimento atinge e sensibiliza as pessoas para a ação, como se vê nos depoimentos pessoais e na lista pública, nas entrevistas, nas reuniões e nos encontros, a energia para continuar.

Nesta magia de continuar a luta, preparando o óleo e os aromas para suportar a dor da caminhada, um depoimento especial foi postado na lista *online*, revelando a compreensão de toda essa luta. O depoimento a seguir é de uma companheira de Sinop, que também atuou na mobilização para a criação do Fórum Teles Pires Vivo, e gratuitamente nos toca a fazer algo novo e sinaliza que estamos no rumo com mais pessoas numa caminhada de luta e parcerias:

Prezada Michèle e compas [companheiras],

A distância (grana mesmo!) sempre foi um problema que tem impedido-me de ter uma participação mais ativa no GTMS. Nesse dia 13 também, por isso, não poderei ter o prazer de estar com vocês novamente.

Esse tempo em que estivemos envolvidos com o zee trouxe-nos grandes dissabores, mas tenho certeza que aprendemos muito e, hoje, vejo que somos muito maiores do que há três, quatro anos.

O GTMS (acho que temos que grafá-lo sempre com letras maiores) é um desses lugares que a gente sabe que pode encontrar água boa nascente.

É um lugar que, em situação de desespero frente à violência nutrida na produção de excedentes, sabemos encontrar acalento e, nesse aconchego, mesmo incerta a dor-amarga saltar da garganta à boca sorridente, sentimos, ali, ausência da solidão. Esse "lutgar", talvez ainda único em MT, vai construindo uma unidade possível entre Mov. Camponês e o Mov. Ecológico como uma promessa de terra fértil na vazante, um vir a ser de uma outra base produtiva, científica e educativa. Transformadora, portanto. Então, o GTMS é uma ferramenta que, ao contrário da motosserra, do correntão, sustenta/planta floresta. Dadas as condições geo-socio-culturais do Estado talvez seja necessário o fortalecimento de seus raízes distantes, aprofundando-os para fincá-los, nas regiões a exemplo da oeste.

Nortões, araguaias, ensaiaram neste último ano alguns vôos importantes, os Retireiros, o Fórum Teles Pires Vivo...mas o céu, ali, é mais distante porque próximas são as arapucas, e elas tem nomes bem apropriados: maggis, rivas, barbosas, dalboscos, e também - por que esconder o mau cheiro de nossas próprias botinas? - brunettos, costas (sinop), banazeskis, e tristemente, algumas centenas de outros mais, TODOS favoráveis à matança humana e não-humana sob o veredito de invenções ecocidas: o zee e o cfb-rebelo.

Ainda, esse aprisionamento imaginário aumenta o desafio do vôo ali desejado pois contam as arapucas com os armadores do povo, essa massa colono-migrante (da qual sou parte), cuja floresta ainda é selva a ser desbravada.

Percorrer, pois, por dentre essas trilhas sufocantes do nosso viver Mato Grosso parece ser a tarefa-tesão desse "lutgar".

Sem mais delongas, penso que já expus meu olhar para o diálogo em constante recomeço, como toda vida que há, abraço os fazedores de caminhos do GTMS ao instante que desejo-lhes uma ótima reunião.

Companheiras-os!

Maria Ivonete em 4 de maio de 2011 15:38

Como gestora educadora que participou de todo esse processo, após esta vivência, sinto-me mais do que nunca aliada aos movimentos sociais, muito mais sensível às suas demandas, e realizar em meu trabalho todo este rico processo de aprendizado que vivi. Em cada ação que eu puder contribuir para que de fato a participação social seja respeitada nas políticas públicas, com realização de ações efetivas e avaliação das ações junto com os movimentos sociais, certamente serão os princípios fundamentais a serem seguidos. Passar por todo esse processo e não me transformar, não seria digno de uma militância, pois junto com a maturidade, veio também esta pesquisa que me deu a oportunidade de conhecer a mim mesma, participando com os movimentos sociais, com pessoas batalhadoras, lutadoras e guerreiras em Mato Grosso, de vários grupos sociais e de uma vivência que enriqueceu toda esta pesquisa. Atuar com os movimentos sociais nas políticas públicas é fazer diferente do que sempre foi feito, e por isso, acreditar numa mudança que realmente as ações aconteçam. Isso tudo para mim é o significado de fazer Educação Ambiental em políticas públicas, que transcende toda a técnica e incide sobre as emoções.

**Nesta roda viva,
se me dás a mão,
se eu ajunto o pé,
se ele traz a voz, se nós nos unimos
na dança, na marcha,
no grito, na luta...
a roda avança, a roda se firma
e, um dia, se impõe
a roda do Povo.
(CASALDÁLIGA, 1982, p. 30)**

REFERÊNCIAS

- ABUTAKKA, A. Demografia. In: Mato Grosso. **Mato Grosso em Números 2011**, 2011 [s.p.] (no prelo).
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento de justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n.68, p. 103-120, 2010.
- _____. **Justiça ambiental estratégias argumentativas e ação coletiva**. Disponível em: <<http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/henriacselrad.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2011.
- ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação**. PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.
- AVANZI, M. R.; MALAGODI, M. A. S. Comunidades interpretativas. In: FERRARO JR., L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília, DF: MMA/DEA, 2005, p. 93-102.
- AYALA, P. A. **Devido processo ambiental e o direito fundamental ao meio ambiente**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 492 p.
- BALTAZAR, B. Encontros e desencontros da militância na vida cotidiana. In: **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 183-190, maio/ago. 2004.
- BETO, F. **Dez conselhos para os militantes de esquerda**. Disponível em: <http://revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/dez_conselhos_para_os_militantes_de_esquerda.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2011.
- BOFF, C. M. Espiritualidade do militante. Reflexão teológica com enfoque pneumatológico. In: **Cadernos Fé & Política**. Movimento Fé & Política. n. 15, p. 7-28, 1996.
- BRANDÃO, C. R. Comunidades aprendentes. In: FERRARO JR., L.A. **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005. p. 83-92.
- _____. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: _____; STRECK, D. R. (Org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006. p. 01 -54.
- _____. Pesquisar – participar. In: _____ (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Projeto Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal**. Marco Teórico-Conceitual. Programa ZEE Brasil, 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Documento Técnico n.º 1: **CIEAs - Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idMenu=4068>>. Acesso em: 09 fev. 2011.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=226350>> Acesso em: 20 set. 2010.

CAPELLA, A. C. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas In: HOCHMAN, G. (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, p. 87-122.

CARVALHO, M. C. A. A. Participação social no Brasil hoje. In: **Pólis** Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, São Paulo: Pólis, p. 57-59, 1998.

CASALDÁLIGA, D. P. **A cuia de Gedeão**: poemas e autos sacramentais sertanejos. Petrópolis: Vozes, 1982. 98 p.

FALS, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 42-62.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. 2000, Disponível em <http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_Frey.pdf>. Acesso em: 26 set. 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa em Educação Ambiental. In: PHILIPPI JR., A; PELICIONI, M. C. F. (Edit.). **Educação Ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2006, p. 577-598.

GOHN, M. G. Abordagens teóricas no estudo dos Movimentos Sociais da América Latina. In: BRINGEL, B.; SPIÑEIRA, M. V. **Dossiê: movimentos sociais e política**. Caderno CRH. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais. UFBA, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=83>>. Acesso em: 26 set. 2009.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUEVARA, E. C. **Textos revolucionários**. São Paulo: Global, 2009. 96 p.

IKEDA, S. **Re: [GT-MS] Re: saudando o bonito movimento** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <denize.enildo@gmail.com>, <mobilizsocial@googlegroups.com>. Acesso em: 24 abr. 2009.

JABER, M; SATO, M. Polissemia dos conflitos ambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v.24, p.443-459, 2010.

JACOBI, P. Participação. In: FERRARO JR., L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005, p. 231- 236.

LEROY, J. P. **Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. 395 p.

MADUREIRA, E. **Revivendo Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC, 1997. 156 p.

MATO GROSSO. Comissão Especial do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso. **Relatório Final**. Relatório do Relator. Cuiabá: Dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/V2008/Raiz/Estrutura/Zoneamento/substitutivo/relatorio/pdf>> Acesso em: 27 jun. 2010.

_____. Projeto de lei da Política de Planejamento e Ordenamento territorial de Mato Grosso. **Mensagem do gabinete do governador**. 2008.

_____. Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (MT+20). **Mensagem do Governador**. 2006. 52 p.

MORETTI, C. Z. Militância. In: STRECK, D. R; REDIN, E; ZITKOSKI, J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 265-267.

OLIVEIRA, H. et al. **Caderno Pedagógico do Zoneamento Socioeconômico Ecológico**. Cuiabá: GTMS, 2009. 33 p.

PASSOS, L. A. **Saberes e práticas da Educação Popular Freiriana na década de 80, em Cuiabá**. 2011. 43 p. (mimeo).

_____; BORDEST, S. Percepção ambiental nos espaços de cultura: centro histórico de Cuiabá. **Olam: Ciência & Tecnologia, América do Norte**, 9, dez. 2009. Disponível em: <http://ojs-rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/3265/2735>. Acesso em: 21 Jun. 2010.

PEDROTTI-MANSILLA, D. E. ; SATO, M. Políticas Públicas em educação ambiental: velho vinho engarrafado por novos enólogos. In: Afonso Celso Tanus Galvão e Gilberto Lacerda dos Santos. (Org.). **Educação: Tendências e Desafios de um Campo em Movimento**. Brasília: Liber Livro Editora Ltda, 2008, v. 3, p. 97-116.

_____; D. E. **Avaliando a política de Educação Ambiental nas escolas de Mato Grosso: desafios entre os domínios da governança e da governabilidade**. 2010. 140 f (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

_____; SATO, M. Construindo esperanças nas políticas públicas socioambientais por meio da participação democrática nos territórios mato-grossenses. In: **Revista eletrônica do mestrado em Educação Ambiental**. Porto Alegre, v. 23, p. 312-331, jul./dez. 2009 (ISSN 1517-1256).

RIBEIRO, M. Esperança: Mística na política. In: **Razões da nossa esperança**. II Encontro Nacional de Fé e Política. Goiás: Editora Rede. 2003, p. 44-49.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. **Manifesto de lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**. 2001, 6 p. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229> Acesso em: 27 mar. 2011.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos Básicos. Washington, Indes/BID, 1998, mimeo.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O Pequeno Príncipe**. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 70

SANCHEZ, R. O. **Zoneamento Agroecológico do Estado de Mato Grosso**: Ordenamento Ecológico-Paisagístico do Meio Natural e Rural. Cuiabá. Fundação de Pesquisas Cândido Rondon, 1992. 160 p.

SATO, M. Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa. In: ABÍLIO, F. (Org.) **Educação Ambiental para o Semiárido**. João Pessoa: EdUFPB, p. 539-569, 2011(a).

_____.; PASSOS, L. A. Pelo prazer fenomenológico de um não-texto. In: GUIMARÃES, M (Org.). **Caminhos da educação ambiental**: da forma a ação. Campinas: Papirus, 2006, p. 17-30.

_____.; SANTOS, J. E. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In: NOAL, F.; BARCELOS, V. (Orgs.). **Educação ambiental e cidadania**: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 253-283.

_____. **Anped – texto** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <denize.enildo@gmail.com>, <grupopesquisador@googlegroups.com> em 04 Jul. 2011(a),

SATO, M. et al. (Org.). **Relatório do I Seminário de Mobilização e Mapeamento Social de Mato Grosso**. Cuiabá: GPEA-UFMT, 2008a. (mimeo).

SATO, M. et al. Nossa palavra é sim. In: **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, UFMT, v. 17, n. 33, p. 159-174, jan-abr. 2008b.

SATO, M. Narrativas que constroem a Nação. In: SANTOS, J. E.; SATO, M.; ZANIN, E.; MOSCHINI, L. E. **Para além do espetáculo**: o palco da pesquisa no diálogo ecológico-educativo. São Carlos: RiMa, 2008 (no prelo).

SATO, M. **Pot-pourri da ecologia de resistência**. Cuiabá: GPEA, UFMT, 2011(b), 23p. [mimeo]

SATO, M. **Reunião Relato** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <denize.enildo@gmail.com>, <mobilizsocial@googlegroups.com> em 28 Out. 2009b

SATO, M. **Saudando o bonito movimento** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <denize.enildo@gmail.com>, <mobilizsocial@googlegroups.com> em 24 Abr. 2009a

SATO, M. **ZSEE: Uma ecologia de resistência**. Cuiabá: Museu Rondon, UFMT, 19 de abril de 2010. 26 slides: color. Slides gerados a partir do software PowerPoint.

SAUVE, L.; ORELLANA, I. A formação continuada de professores em educação ambiental: a proposta do EDAMAZ. In: SANTOS, J. E; SATO, M. **A contribuição da educação ambiental à esperança de pandora**. São Carlos: Rima, 2006, p. 273-287.

SENRA, R. et al. Racismo ambiental na comunidade quilombola de Mata Cavalo. In **Acervo: revista de arquivo nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.22, n. 2, p. 91-104, 2009. ISSN 0102-700-x.

SILVA, Regina; SATO, Michèle. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso - Brasil. **Ambiente e Sociedade** [online]. v. 13, n.2, p. 261-281, dez. 2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas. Questões Temáticas e de Pesquisa. In: **Caderno CRH**. Dossiê Políticas Públicas. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais. UFBA. v. 16. n. 39. 2003.

SOUZA, I.V. **Fóruns de educação ambiental no Brasil: algumas articulações no horizonte da Educação Ambiental**. 2007. 137 f. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007.

TAMAIIO, I. **A Política Pública de Educação Ambiental: sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – Gestão do Governo Lula (2003-2006)**. 2007. 176 f. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TEODÓSIO, A. S. A ecochatice nossa de cada dia. In: **Revista Plurale em Site**. Artigo e Estudos. 11/09/2009. Disponível em: <http://www.plurale.com.br/DetalhaConteudo.asp?cod_not=6369&cod_caderno=2> Acesso em: 26 set. 2009.

VINADÉ, T.F & GUARESCHI, P.A. Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade** [online]. v.19, n.3. p. 68-75, 2007.

WELER, H.J.S. Assembleias legislativas Estaduais representam quem? Os interesses da maioria da população ou de grupos específicos. O Caso do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) na AL de Mato Grosso. In: **Anais ... XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Crises, práxis e autonomia: Espaços de resistências e esperanças, Espaços de Diálogos e Práticas. Porto Alegre, 2010.

WESTHELLE, V. **O Deus escandaloso:** o uso e abuso da cruz. São Leopoldo: Sinodal/EST. 2008. 183 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A -- Lista de redes, grupos, entidades e movimentos socioambientais que tem representações no GTMS.

APÊNDICE B -- Principais Táticas Pedagógicas Participativas do GTMS – 2008 a 2011.

APÊNDICE A -- Lista de redes, grupos, entidades e movimentos socioambientais que tem representações no GTMS.

Quant	Grupos, Entidades, Movimento Socioambientais
1	Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso, ADUNEMAT
2	Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental, ARPA
3	Centro Burnier Fé e Justiça – CBFJ
4	Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente, CJMT
5	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, CIEA-MT
6	Conselho Indigenista Missionário, CIMI
7	Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia, ENEBio
8	FASE Mato Grosso - Educação e Solidariedade,
9	Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres, FLEC
10	Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, FORMAD
11	Grupo de Pesquisa de Movimentos Sociais e Educação, GPMSE-UFMT
12	Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte - GPEA-UFMT
13	Instituto Caracol, iCaracol
14	Instituto Centro da Vida, ICV
15	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM
16	Instituto Gaia
17	Instituto Indígena Maiwu
18	Instituto Teribre, povo indígena Karajá
19	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST
20	Operação Amazônia Nativa, OPAN
21	Rede Axe Dudu
22	Rede Mato-Grossense de Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, REMAR COMTRA
23	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental, REMTEA
24	Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, SINTEP
25	Sociedade Fé e Vida
26	Rede Mato-grossense de Economia Solidária, REMSOL
27	Secretaria de Estado de Meio Ambiente de MT, SEMA-MT
28	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de MT, SEPLAN-MT
29	Instituto Chico Mendes, ICMBio
30	Ministério do Meio Ambiente, MMA
31	Revisa Sina

Fonte: arquivo da pesquisadora (2011)

APÊNDICE B -- Principais Táticas Participativas Pedagógicas do GTMS – 2008 a 2011.

2008	Táticas	Ações do GTMS
19-ago	Mobilização/Articulação	Criação do GTMS - Sede do CIMI em Cuiabá.
20-ago	Mobilização	Lançamento da primeira petição do GTMS "Por um ZSEE/MT legítimo e representativo".
26-ago	Articulação	Leitura em plenária da petição do GTMS pelo Dep. Alexandre.
27-ago	Articulação	Reunião na Seplan para preparação do Seminário de Mapeamento e Mobilização Social.
31-ago	Articulação/Formação	Relato do Seminário de Participação no Seminário de Direito Ambiental no SESC PANTANAL.
5-set	Formação	Reunião do GTMS: TEMA; audiências públicas - Palestrante Patrick Ayala - Sala 66 - IE-UFMT o papel da AL e a mobilização social da sociedade civil.
17-set	Mobilização/Articulação	Reuniões: com os deputados da ALMT e procurador geral de justiça do Estado e Protocolo na ALMT da Petição "por um ZSEE/MT legítimo e representativo"; reunião na SEPLAN com o secretário Yênes Magalhães.
2-out	Formação/ Articulação	Apresentação do ZEE Brasil pelo Coordenador Nacional, Marcos Del Pretti, na UFMT.
2-out	Articulação	Reunião de Mobilização na UNEMAT em Cáceres.
8-out	Articulação/Formação	Reunião de preparação do Seminário de Mapeamento e Mobilização Social.
13-out	Mobilização	Assinatura na Carta de Repúdio aos Ataques Contra o Povo Quilombola.
24 a 26/out	Mobilização/Articulação/ Formação/Instrumentalização	Realização do Iº Seminário de Mapeamento e Mobilização Social – Cuiabá.
29-out	Mobilização	Carta enviada ao Governador solicitando informação sobre o Convênio SEDER-FAMATO.
06-nov	Articulação	Protocolo na Seplan da Carta enviada ao Governador solicitando informação sobre o Convênio SEDER-FAMATO.
7-nov	Formação/Instrumentalização	Relatório Preliminar do I Seminário de Mapeamento Social.
14-nov	Mobilização/Articulação	Encontro do FLEC-FORMAD-REMTEA - Projeto de MOBILIZAÇÃO SOCIAL/CÁCERES.
25-nov	Formação/Instrumentalização /Comunicação	Publicação do Relatório final do I Seminário de Mapeamento Social.
26-nov	Mobilização/Articulação/ Comunicação	Reunião da Comissão Especial do ZSEE (da ALMT) com a sociedade civil para propor mudanças no processo de audiência do ZSEE.
12-dez	Comunicação	Adiamento do Fórum Popular do ZSEE.
17-dez	Articulação	Reunião de encaminhamento do Fórum Popular do ZSEE/Cuiabá/SINTEP.

Ano 2009	Táticas	Ações do GTMS
9-jan	Comunicação	Comunicação e preparação de artigo sobre o assassinato da líder indígena, Walmireide Zoromará, na fazenda Boa Sorte, em Diamantino – MT.
20-jan	Articulação	Reunião de Preparação do I Fórum Popular do ZSEE.
18 e 19 - fev	Mobilização/Articulação/ Formação	Realização do Fórum Popular do ZSEE – Sintep.
5-mar	Articulação	Reunião na ALMT e participação de membros do GTMS.
27-mar	Formação	Lançamento do Caderno Pedagógico do ZSEE.
31-mar	Mobilização/comunicação	Manifesto no evento Katoomba.
1-abr	Mobilização/Comunicação	Manifesto no evento Katoomba.
2-abr	Comunicação	Panfleto da Carta do Fórum Popular.
17-abr	Formação/Comunicação	Colóquio com o procurador do Estado, Patrick Ayala.
23-abr	Mobilização	Marcha do MST.
2-jun	Articulação	Reunião do FLEC-FORMAD-REMTEA - Assembleia Legislativa.
10-jun	Articulação/Comunicação	Reunião do GTMS.
10-jun	Articulação	Reunião no MP sobre os impactos dos agrotóxicos.
25-jun	Mobilização/Articulação/ Formação	Realização do II Fórum Popular do ZSEE - Chácara da Fetagri – Várzea Grande.
12-jul	Articulação	Requerimento na ALMT e SEPLAN pedindo informações sobre o projeto de ZSEE.
27 a 30 - ago	Mobilização/comunicação	Encontro de comunidades tradicionais pantaneiras -Cáceres.
6-out	Articulação/comunicação	Participação na Audiência Pública do Zoneamento da cana-de-açúcar - Leitura de Carta do GTMS.
27-out	Articulação/Formação/ Comunicação	Reunião com o procurador, Luiz Scaloppe, e o promotor, Domingos Sávio. Local: Museu Rondon - UFMT – Cuiabá.
29-out	Mobilização/Articulação	Participação de representantes de povos e comunidades tradicionais no seminário de Macrozoneamento em Brasília.
14-nov	Mobilização/Articulação/ Formação	Participação no evento Dia do rio Paraguai, em Cáceres.
19-nov	Comunicação	Participação na audiência do Código Florestal em Cuiabá.
20-nov	Articulação	Participação da Comemoração do Decreto da Desapropriação dos Imóveis na área dos quilombos de Mata Cavallo (Na. Sra. do Livramento) e de Lagoinha de Baixo (Chapada dos Guimarães) – Local: Quilombo Mata Cavallo.

1-dez	Articulação/Comunicação	Apresentação do Substitutivo Integral - Relator Dep. Alexandre Cesar- ALMT.
3-dez	Mobilização/Articulação/ Instrumentalização	Participação da apresentação da proposta do Relator Alexandre Cesar – ZSEE.
Ano 2010	Táticas	Ações do GTMS
5-fev	Articulação/ Instrumentalização	Apresentação do projeto MacroZEE na SEPLAN.
22-fev	Mobilização/comunicação	Elaboração de Nota de Solidariedade aos Povos em Luta Contra a Hidrelétrica de Belo Monte.
3-mar	Comunicação	Apresentação do Substitutivo Integral 2 - Dep. Dal Bosco.
3-mar	Mobilização/Articulação/ Formação/Instrumentalização	Realização do Seminário do MacroZEE - GTMS - Local: IE-UFMT-Cuiabá.
19-mar	Mobilização/Articulação	Apoio da Senadora Marina Silva ao movimento social em defesa do projeto de ZSEE participativo no Seminário de Meio Ambiente – Local: Sede da Ordem dos Advogados do Brasil - Cuiabá
24-mar	Mobilização/Articulação/ Comunicação	Reunião de representantes da sociedade civil com Dep. José Riva (Presidente AL) e Comissão do zoneamento da ALMT Reunião com os Deputados da Comissão de ZSEE da AL.
27-mar	Articulação	Reunião do GTMS.
30-mar	Comunicação	Aprovação em primeira votação na ALMT do Substitutivo Integral 3.
15-abr	Articulação/Comunicação	Nota de Solidariedade a Jornalista Keka Werneck.
19-abr	Formação/Mobilização/ Articulação/ Instrumentalização/ Comunicação	Realização da Mesa Redonda: Zoneamento nas Terras Indígenas – Local: Museu Rondon/UFMT.
20-abr	Mobilização/Articulação/Instr umentalização	Realização do Fórum Macroecumêncio em prol da não violência - Enterro do ZSEE - Ato público – Local: Praça Alencastro – Cuiabá
14-mai	Formação/Articulação/Instru mentalização	Reunião do GTMS: Apresentação do parecer técnico SEPLAN-SEMA do projeto de lei do ZSEE e da análise do ICV sobre o projeto – Local: IE-UFMT.
13-jun	Articulação/Comunicação	Lançamento da Petição Pela defesa do Meio Ambiente e das Instituições de Estado em MT.
05-09- out	Mobilização/Formação/ Instrumentalização	Realização do II Seminário de Mapeamento Social - UFMT - Evento satélite do VI Encontro da REMTEA – Local: Centro Cultural – UFMT.
9-out	Articulação/comunicação	Levantamento de assinatura do manifesto em favor dos Retireiros do Araguaia.
15-16 - out	Mobilização/Articulação	Reunião de articulação de várias entidades socioambientais em Sinop em defesa do Rio Teles Pires e contra as hidrelétricas.
27-out	Comunicação	Aprovação em segunda votação na ALMT do Substitutivo Integral 3.

10-nov	Mobilização/Articulação/Comunicação	Protocolo no Gabinete do Governador do “Manifesto de Repúdio contra a Aprovação do Substitutivo 3 do ZSEE”.
11-nov	Articulação	Convite da SEPLAN ao GTMS: participação no Plano de Desenvolvimento de MT (MT+20).
10-12/11/2010	Mobilização/Articulação/Formação	Realização do Seminário Amazônia em Debate – SINOP.
12-nov	Comunicação	Nota: Movimentos sociais exigem cancelamento da audiência pública das Usinas Hidrelétricas.
16-nov	Articulação/Comunicação	Reunião de articulação do GTMS – Local: Museu Rondon – UFMT.
18-nov	Mobilização/Articulação	Reuniões em Brasília com as ONGs, com o Ministério Público Federal e com o MMA.
25-nov	Articulação	Reunião do GTMS: Articulações contra o Projeto Aprovado do ZSEE – Local: IE-UFMT.
1-dez	Comunicação	Aprovação da redação final do projeto do Substitutivo 3 do ZSEE na ALMT.
6-dez	Articulação	Apoio a “Carta ao Governador” para criação da Secretaria de Agricultura Familiar.
8-dez	Comunicação	Projeto do ZSEE (Substitutivo 3) da ALMT é protocolado na Casa Civil.
9-dez	Articulação	Secretário de Desenvolvimento Sustentável do MMA (Ergon) e o Diretor de Zoneamento do MMA (Roberto Vizentim) realizam reunião com o governador Silval Barbosa em favor do Veto Integral ao projeto Substitutivo 3 do ZSEE aprovado pela ALMT.
15-dez	Mobilização/Articulação/Instrumentalização	Mobilização: Preparação do caixão do ZSEE para o ato público.
16-dez	Mobilização/Articulação/Formação/Instrumentalização Comunicação	Mobilização: Discussão, Elaboração do Manifesto – Local: UFMT Ato público Enterro do ZSEE – Local: <i>Cenarium Rural</i> - Evento: Diplomação dos eleitos pelo Tribunal Regional Eleitoral – MT. Distribuição do Manifesto “Por um ZSEE legítimo e representativo dos diversos segmentos da sociedade mato-grossense” – local: <i>Cenarium Rural</i> – Cuiabá.
23-dez	Comunicação	Apresentação para o governador do Parecer da Procuradoria Geral do Estado recomendando Veto Integral ao projeto do ZSEE.
31-dez	Comunicação	Projeto do ZSEE (Substitutivo 3) é devolvido à ALMT pelo governador para “correção de erros formais”.
Ano 2011	Táticas	Ações do GTMS
17-jan	Articulação	Reunião do GTMS – Local: IE –UFMT.
25-jan	Articulação	Nota de Repúdio a Contratação Irregular de Consultores – Protocolo no Gabinete da presidência da ALMT.

28-jan	Comunicação/ Instrumentalização	O ICV lança ferramenta <i>StatPlanet ZSEE-MT</i> - Comparando a mudança entre o Substitutivo 1 e o Substitutivo 3 do ZSEE.
17-fev	Comunicação	Aprovação em plenário da ALMT do Substitutivo 3 do ZSEE - que havia sido devolvido pelo Executivo para “correções de erros formais”.
24-fev	Comunicação	A ALMT encaminhou o projeto Substitutivo 3 do ZSEE para a Casa Civil.
26-fev	Articulação	O GTMS recebe aviso do Ministério Público sobre o andamento da denúncia do convênio SEDER-FAMATO.
3-mar	Comunicação/Articulação	Comunicação do Falecimento da Líder quilombola, Dona Teresa de Arruda, do quilombo Mata Cavalo, município de Nossa Senhora do Livramento, MT.
1-mar	Articulação	Participação nas oficinas do Plano de Desenvolvimento de MT (MT+20).
11-abr	Comunicação	Projeto Substitutivo 3 do ZSEE aprovado pela ALMT é entregue ao governador Silval Barbosa para aprovação.
13-abr	Articulação	Apoio à Carta de Repúdio ao posicionamento do representante da Associação de Defesa do Rio Coxipó - ADERCO, representante entidades socioambientais, no Conselho Estadual de Saúde.
20-abr	Comunicação	Projeto Substitutivo 3 do ZSEE aprovado pela ALMT é sancionado sem nenhum veto pelo governador Silval Barbosa.
2-mai	Comunicação	Dia em que foi publicado o suplente do Diário Oficial do Estado com a lei e anexos do Substitutivo 3 do ZSEE - Até hoje sem o mapa publicado.
6-mai	Articulação	Elaboração de diretrizes para o Eixo Valorização da diversidade etnocultural e participação social - Valorização da Diversidade Cultural do MT+20 - Apoio do GTMS encaminhado a SEPLAN-MT.
6-mai	Mobilização	Aprovação em lei da Semana Municipal do Meio Ambiente em Cáceres: do início de novembro até o dia 14/11 – Local: Câmara dos Vereadores – Cáceres.
13-mai	Articulação	Reunião de Avaliação do GTMS. Local: IE- UFMT.
27-mai	Articulação/Formação	Realização do Seminário Zoneamento de Mato Grosso: avaliação e perspectiva. Local: MPE-MT Encaminhamentos e Carta do Seminário.
27-mai	Comunicação	Manifesto: “Entidades repudiam proposta de retirada Xavante de terra tradicional pela 2ª vez”.
03-jun	Articulação/Mobilização	Participação no Fórum Permanente Contra o Agrotóxico e Pela Vida – Local: UFMT.
1-jul	Comunicação	Nota de Repúdio contra a lei inconstitucional (Lei Estadual Nº 9.564, DE 27 DE JUNHO DE 2011) e todas as outras formas de pressão que incidem

		sobre o povo Xavante para que deixem sua terra tradicional.
11-jul	Formação	Aprovação em banca da Tese de Doutorado da Regina Silva: Mapa Social de Mato Grosso.
03- ago	Articulação	Indicação de nomes GTMS-FORMAD para compor a vaga no Conselho Estadual de Saúde.
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2011		

ANEXOS

ANEXO A -- Autorizações dos 12 sujeitos de pesquisa entrevistados.

ANEXO B -- Petição - Por um ZSEE legítimo e participativo. Lançado em 17/09/2008.

ANEXO C -- Carta do Fórum Popular sobre o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE) de Mato Grosso - Elaborada durante o evento, publicada no Caderno Pedagógico do ZSEE (27/03/2009) e distribuída à sociedade em 01/04/2009.

ANEXO D -- Audiência Pública da Cana-de-açúcar: Carta aos deputados estaduais e ao governo do Estado de Mato Grosso. Lido e protocolado na ALMT em 06/10/2009.

ANEXO E -- Manifesto - Mapa dos pesadelos: Lideranças partidárias deturpam o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Mato Grosso (ZSEE/MT). Lançado na mídia em 22/03/2010.

ANEXO F -- Panfleto do Movimento Anti-Violência: Terra Mercadoria ou Vida? Chamada para o ato público em 20/04/2010.

ANEXO G -- Manifesto de Repúdio ao Substitutivo 3 do ZSEE-MT – Lançado após a aprovação em segunda votação do projeto na ALMT e protocolado na Casa Civil do Governo do Estado em 10/11/2010.

ANEXO H -- Por um ZSEE legítimo e representativo dos diversos segmentos da sociedade mato-grossense distribuído no ato público em 16/12/2010.

ANEXO I -- Nota de Repúdio à Contratação Irregular de Consultores. Protocolado na presidência da ALMT em 26/01/2011.

ANEXO J -- Carta do Seminário Zoneamento de Mato Grosso - avaliação e perspectiva. Elaborada em 27/05/2011.

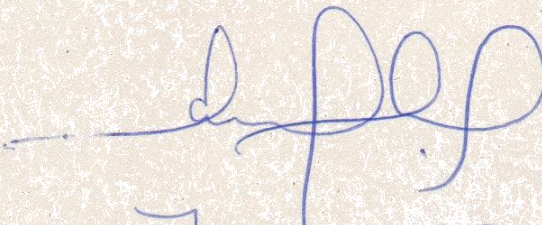
ANEXO A

Autorizações dos 12 sujeitos de pesquisa entrevistados.

Autorização

Eu, Amanda Fernandes Camargo do Nascimento, autorizo que minha entrevista concedida à Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, em 01 de abril de 2010, seja utilizada na sua pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.

Cuiabá, 25 de abril de 2011



Amanda Fernandes Camargo
do Nascimento

Autorização

Eu, Alonso Batista dos Santos, autorizo a entrevista concedida para Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, em 12 de março de 2010, para ser usada na pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.

Cuiabá, 18 de abril de 2011



Alonso Batista dos Santos

Autorização

Eu, Andrea Aguiar Azevedo, autorizo que minha entrevista concedida à Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, em 18 de março de 2010, seja utilizada na sua pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.



Cuiabá, 25 de abril de 2011

Autorização

Eu, Antonio Carneiro de Menezes, autorizo minha entrevista concedida à Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, em 13 de março de 2010, para ser utilizada na sua pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.

Cuiabá, 18 de abril de 2011.


Antonio Carneiro de Menezes

Autorização

Eu, Fernando Francisco Xavier, autorizo a entrevista concedida para Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, em 19 de março de 2010, para ser usada na pesquisa de mestrado em Educação, da UFMT, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.

Cuiabá, 25 de julho de 2011

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fernando', with a stylized flourish at the end.

Autorização

Eu, Gilberto Vieira dos Santos, autorizo minha entrevista concedida à Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, em 26 de março de 2010, para ser utilizada na sua pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.

A handwritten signature in blue ink, reading "Gilberto Vieira dos Santos", is positioned above a horizontal line.

Gilberto Vieira dos Santos

Cuiabá, 18 de abril de 2011

Autorização

Eu, Isidoro Salomão, autorizo a entrevista concedida para Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, em 05 de maio de 2010, para ser usada na pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.



Cuiabá, 18 de abril de 2011

Autorização

Eu, Mariléia Taiua de Oliveira Peruare, RG 1173417-5 SSP/MT, autorizo a entrevista concedida para Denize Aparecida Rodrigues de Amorim em 22 de março de 2010 para ser usada na pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.

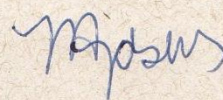


Mariléia Taiua de Oliveira Peruare

Cuiabá, 18 de julho de 2011

Autorização

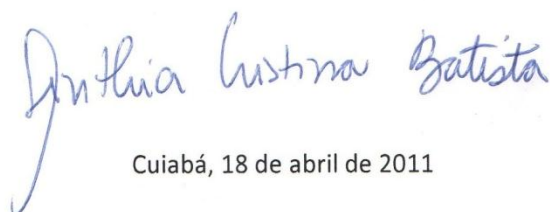
Eu, Michelle Tatiane Jaber da Silva, autorizo minha entrevista concedida à Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, em 18 de março de 2010, para ser utilizada na sua pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.



Cuiabá, 18 de abril de 2011

Autorização

Eu, Sinthia Cristina Batista, autorizo minha entrevista concedida à Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, em 26 de março de 2010, para ser utilizada na sua pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.



Cuiabá, 18 de abril de 2011

Autorização

Eu, Solange Ikeda Castrillon, autorizo a entrevista concedida para Denize Aparecida Rodrigues de Amorim, em 12 de março de 2010, para ser usada na pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.

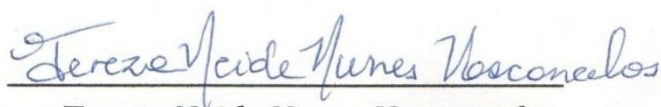
Cuiabá, 18 de abril de 2011



Solange Kimie Ikeda Castrillon

Autorização

Eu, Tereza Neide Nunes Vasconcelos, autorizo a entrevista concedida para Denize Aparecida Rodrigues de Amorim em 31 de março de 2010 para ser usada na pesquisa de mestrado em Educação, bem como o uso de minha imagem e de meu nome na sua dissertação.


Tereza Neide Nunes Vasconcelos

Cuiabá, 18 de abril de 2011

ANEXO B

Petição - Por um ZSEE legítimo e participativo. Lançado em 17/09/2008.

Por um ZSEE legítimo e participativo

Nossa petição foi entregue hoje, 17set2008, e protocolada publicamente na Assembleia Legislativa de MT, agregando cerca de 500 assinaturas. AGRADECEMOS a sua participação, que foi muito valiosa à nossa luta!

To: Assembleia Legislativa, MT

PETIÇÃO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico – ZSEE

Reconhecido como uma das regiões mais ricas do planeta, por comportar três grandes biomas (Pantanal, Amazônia e Cerrado), o estado de Mato Grosso tem se configurado como fronteira agrícola do agronegócio. A ocupação desordenada do seu território tem clamado por cuidados ambientais para com estes biomas e com as comunidades tradicionais e biorregionais e os vários grupos sociais existentes. Com o intuito de ordenar esta ocupação em seus aspectos social, ecológico e econômico, foram realizados estudos científicos, nos últimos 20 anos, que serviram de base para a proposta do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE). A proposta, que foi discutida e aprovada por 47 entidades e teve na sua co-coordenação as Secretarias de Estado de Planejamento (SEPLAN) e de Meio Ambiente (SEMA), foi submetida ao Legislativo e está, agora, em processo de consulta pública.

Assim, elaborado com consistência científica, o ZSEE deve ter a função de ordenar o uso do território mato-grossense, de maneira a permitir o desenvolvimento econômico, com os cuidados ambientais e sociais necessários. Contudo, a maneira com que o processo de consulta pública está sendo conduzido, pode desvirtuar e jogar por terra todo o trabalho desenvolvido até então. Quando o Estado propõe realizar uma consulta pública, entendemos que esta deva promover a participação de todos os grupos sociais, tornando-a representativa e legítima ou terá ouvido apenas o segmento economicamente mais forte da sociedade: o agronegócio.

É de fundamental relevância que populações menos favorecidas, mas nem por isso menos importantes, sejam consultadas, a exemplo dos povos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, entre outros. Essa consulta só se legitima ao possibilitar o direito à voz e respeitar o princípio de proporcionalidade. Contudo, não é isso o que está acontecendo. A última consulta pública, realizada no município de Paranatinga (a 411 km de Cuiabá) nos dias 07, 08 e 09 de agosto deste ano, foi um exemplo de desrespeito às populações indígenas e aos grupos sociais de outras regiões do estado de Mato Grosso ali presentes.

Segundo o que foi acordado (entre a Comissão Técnica e a Assembleia Legislativa), caso não houvesse consenso sobre qualquer uma das diretrizes, a proposta seria registrada, mas não seria lançado mão do recurso do voto, não alterando, assim, a proposta original

do texto. De acordo com a metodologia da ALMT, seriam registradas em cores diferentes as novas propostas, acusando o que seria ou não consenso. No entanto, em Paratinga este princípio não foi seguido e quando não houve o consenso, partiu-se para a votação das duas (ou mais) propostas, ficando sempre em minoria o "setor ambiental" e "indígena", ressaltando que constava um número inverídico de votantes, uma vez que não houve uma proporção dos votantes em relação a todos os presentes na sala, gerando bastante imprecisão estatística. É importante a ALMT ter clareza que as audiências públicas não é lugar nem de consenso e muito menos de votação, não podendo os moderadores aceitar esse tipo de pressão de determinados grupos.

Assim, diante deste cenário, nós reivindicamos:

- 1 - O uso de uma metodologia transparente e eficaz para as audiências públicas coordenadas pela Assembleia Legislativa do Estado, apontando a democracia participativa capaz de promover a mediação dos conflitos, garantindo a inclusão e o controle social para todos.
- 2 - Que o coordenador (a) dos seminários tenha, necessariamente, perfil ético e respeite as diversidades étnicas - sociais do Estado de Mato Grosso;
- 3 - Calendário antecipado e imediato de TODAS as audiências, garantindo o preparo e a mobilização social para participação;
- 4 - Transporte e locais apropriados para abrigarem grupos étnico-sociais nos debates, inclusive com a segurança física e alimentar de todos os participantes;
- 5 - Divulgação em todos os meios de todas as atas e as propostas acatadas pela AL nas audiências;
- 6 - Representação paritária na mesa de abertura dos seminários técnicos e da audiência, de todos os grupos sociais que se fizerem representar, com a garantia do pronunciamento nesses momentos;
- 7 - Que o Ministério Público Estadual se apresente em todos os debates e nos seminários, garantindo a segurança da discussão da Lei de Ordenamento Territorial do Estado;
- 8 - Garantia de participação nos seminários e audiências dos integrantes da equipe técnica SEPLAN-SEMA que coordenaram o projeto do ZSEE no Executivo, assim como das 47 entidades que compõem a Comissão Estadual do ZSEE;
- 9 - A garantia de que após a aprovação do ZSEE pela Assembleia Legislativa e anteriormente à assinatura do Governo de Estado, que o instrumento territorial retorne à Comissão Estadual do ZSEE para avaliação final.

Com estas medidas, esperamos que sejam garantidas a seriedade e a lisura do processo de consulta pública, que deve enriquecer o ZSEE, de maneira a diminuir o abismo que separa as dimensões ecológicas e econômicas para que a democracia saiba, na condução

dos trabalhos, ser capaz de promover, na construção cidadã, a beleza do diálogo entre a cultura e a natureza de Mato Grosso.

SIGNATÁRIOS

Associação Cultural do Movimento Artístico de Mata Cavalo
Associação Mato-grossense de Ecologia – AME MATO GROSSO
Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental - ARPA
Associação Voz Animal - AVA
Central Única das Favelas – CUFA
Coletivo Jovem de Meio Ambiente - CJMT
Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de MT – CIEA
Conselho Indigenista Missionário – CIMI
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - FEAB
Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD
Grupo de Trabalho Combate ao Racismo Ambiental (GT Centro-Oeste)
Instituto Maiwu
Movimento Artista pela Natureza de MT
Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
Movimento Panamby
Movimento Sem Terra – MST
Operação Amazônia Nativa - OPAN
Quilombo Mata Cavalo
Rede Axé Dudu
Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental - REMTEA
Revista Sina
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

ANEXO C

Carta do Fórum Popular sobre o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE) de Mato Grosso
- Elaborada durante o evento, publicada no Caderno Pedagógico do ZSEE (27/03/2009) e
distribuída à sociedade em 01/04/2009.

CARTA DO FÓRUM POPULAR SOBRE O ZONEAMENTO SÓCIO ECONÔMICO E ECOLÓGICO (ZSEE) DE MATO GROSSO

O ZSEE tem como um dos seus pressupostos básicos o Princípio da Participação garantido pelo o Artigo nº 225 da Constituição Federal, sustentado e corroborado pelo art. 4º, inciso II, do Decreto Federal 4.297/2002, Lei do ZSEE, e sem o respeito a este Princípio a efetivação das Políticas Públicas contidas neste documento de ordenamento territorial estará comprometida.

Portanto, insistentemente, a Sociedade Civil Organizada tem pleiteado o respeito às demandas dos movimentos sociais em Mato Grosso, a fim de GARANTIR que suas propostas sejam contempladas nos documentos finais a serem aprovados pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governo do Estado.

Entendemos que o reconhecimento da verdadeira realidade social, econômica e ecológica dos sujeitos que habitam os territórios é fundamental para a consolidação de sociedades sustentáveis. A implantação de políticas públicas tomará como base o ZSEE, isto está expresso em todos os documentos oficiais e técnico-científicos que versam sobre o tema, mas perguntamos: qual a possibilidade de êxito destas políticas se não estiverem ancoradas em anseios, demandas e necessidades da sociedade do ponto de vista não apenas econômico, mas sobremaneira ecológico e, de maneira vital, sociocultural?

Compreendemos que a noção territorial limitada em sua cartografia e aspectos meramente físicos não se sustenta se os sujeitos sociais que constroem suas identidades não forem incluídos na proposta política do ZSEE e, assim, sublinhamos que a não participação de diversos grupos sociais na elaboração do instrumento territorial é a causa de sérios problemas.

Recordamos que a sociedade civil tem se mobilizado e promovido seminários setoriais participativos aos movimentos e grupos sociais, incluindo os Assentados; as Comunidades Tradicionais; Quilombolas e Povos Indígenas, Desaldeados ou com territórios não homologados; Extrativistas; Pescadores; Retireiros; Pantaneiros; Morroquianos; Populações Urbanas e Periurbanas, entre outros, a fim de discutir o ZSEE.

Os instrumentos de que se tem utilizado a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso para discutir o ZSEE, ou seja, Seminários e Audiências Públicas (AP) não têm garantido a participação efetiva dos representantes e membros dos diferentes grupos sociais, acima nomeados, que compõem a diversidade social, econômica e cultural do Estado de Mato Grosso. A nosso ver, este processo de exclusão se dá em decorrência tanto da não participação no processo de construção do zoneamento, quanto das possibilidades de intervenções, anulando o seu caráter propositivo.

Justamente porque as APs, por sua natureza, não são capazes de dar garantias de que as solicitações da Sociedade Civil Organizada, doravante apresentando reivindicações de grupos minoritários e movimentos sociais do estado de Mato Grosso, persistimos na necessidade de construção de espaços de participação mais capilarizados a fim de que esses grupos possam apresentar e debater elementos de suas identidades, territorialidades, de suas necessidades e demandas. Elementos estes considerados imprescindíveis para a qualidade dos Seminários e Audiências Públicas.

Em virtude das dificuldades de participação qualitativa nas discussões reiteramos, portanto, as seguintes solicitações:

Assegurar o princípio básico do ZSEE, de fomentar e garantir a participação popular com tempo necessário e qualidade, nas audiências públicas do ZSEE (incluindo a solicitação da sociedade civil desde o ano de 2008, que as Audiências só retornem em maio de 2009);

Fazer cumprir o disposto no Decreto nº 1.139/2008, art. 2º, incisos I a VI, em relação à Comissão Estadual do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico - CEZSEE;

Insistir no convite ao Ministério Público (MP) a fim de tranquilizar ânimos e garantir, ainda

que de maneira indireta, que os conflitos existentes não extrapolem para a violência, seja ela verbal ou física, conforme episódios anteriores amplamente documentados e relatados.

Assegurar maior transparência no processo através de disponibilização imediata no site da Assembleia Legislativa dos documentos encaminhados seja em AP ou não.

Assegurar que as proposições retornem à Comissão Estadual do ZSEE para que esta consiga sistematizar as propostas sem ofertar uma "colcha de retalhos", mas que a consistência científica seja aliada à política de inclusão social, na tentativa de se garantir a sustentabilidade para todos.

Por fim, se a construção do ZSEE teve por base uma regionalização calcada nas unidades físico-territoriais, expressas por categorias ecologicamente delimitadas e recortadas pelos processos produtivos e por pessoas com perspectivas técnico-científicas, estamos trabalhando para que seja diferente.

Reafirmamos nosso compromisso na construção do ZSEE baseado em unidades biorregionais construídas a partir da viabilidade, sempre com o apoio e reivindicação da população, na implantação de Políticas Públicas que, ao avaliá-las, vivenciá-las e experimentá-las possamos efetivamente consolidar nossas reivindicações, construindo e implementando coletivamente o ZSEE para darmos mostras cada vez mais evidentes de que é possível sonhar e realizar o que preconiza, por exemplo, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global: os princípios gerais da Carta da Terra; ou as dimensões sócio-ambientais da Agenda 21, entre outros documentos nacionais e internacionais que orientam a sustentabilidade planetária com compromisso social e ecológico.

RETRATO DA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

AMEAÇAS DE MORTE

Durante o processo de construção do ZSEE, a sociedade civil mato-grossense não conseguiu participar dos trabalhos, sendo constantemente intimidados pela grande maioria dos participantes, representantes do setor da Grande Produção, infringindo o direito de participação previsto constitucionalmente para entendimento, discussão e proposição durante os seminários técnicos do ZSEE-MT.

Além da coação, membros do Grupo de trabalho de Mobilização Social sofreram ameaças de morte durante as audiências públicas de Paranatinga, Tangará da Serra e Pontes Lacerda.

Veja abaixo algumas situações relatadas da última audiência realizada em Pontes Lacerda:

Para isto constatamos as seguintes irregularidades e maus procedimentos, tais como:

1. Durante o desenvolvimento das atividades do Grupo que trata da categoria 4, constatamos parcialidade por parte da facilitadora ANALZITA MULLER, da Assembleia Legislativa, na condução dos trabalhos, que no nosso entendimento, beneficiou o Setor Ruralista, inclusive tolhendo o direito de manifestação de participantes dos Movimentos Sociais, citando dentre os vários casos ocorridos, o da representante dos povos tradicionais Quilombolas, senhora Mancia Frazão de Almeida, sofrendo constrangimentos e impedida de fazer propostas para sua comunidade, infringindo o direito de participação;
2. Ainda no Grupo 4, na exposição e debate da Zona 4.2.14 o setor dos movimentos sociais com presença em minoria, após consumado o dissenso, terminado os trabalhos do grupo, foram pressionados, intimidados e coagidos forçando-os a um consenso de transferir a zona 4.2.14 para a categoria 3.
3. Constatamos também no desenvolvimento das atividades de outros grupos, especialmente o Grupo 2, os participantes da Sociedade Civil Organizada (Movimentos Sociais), com presença em minoria, foram intimidados e coagidos verbalmente pela grande maioria dos participantes, representantes do Setor da Grande Produção, infringindo o direito de participação previsto constitucionalmente para entendimento, discussão e proposição durante o Seminário Técnico do ZSEE-MT;
4. Os movimentos sociais têm constatado nas Audiências Públicas realizadas até o momento, que as diretrizes destinadas e recomendadas especificamente para a pequena e média produção estão sendo modificadas, com intenção de agregar os grandes produtores dentro dessas diretrizes desvirtuando o seu real objetivo.

ASSINAM ESSA CARTA:

Dom Pedro Casaldáliga
 Dom Leonardo Urích Steiner
 Roberto Malvezzi
 Ariovaldo Umbelino de Oliveira
 Fernando Francisco Xavier
 REMTEA – Rede Mato-grossense de Educação Ambiental
 FORMAD – Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
 FLEC – Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres
 ADUNEMAT – Associação de Docentes da Unemat
 ARPA - Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental
 AJOPAM - Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua
 ARA - Retireiros do Araguaia
 Associação dos Agricultores/as e Extrativistas de Ribeirão Grande - Nova Mutum
 Associação dos Artesões de Sinop
 Associação do Assentamento Florestan Fernandes - IV Marcos
 Associação do PA Califórnia - Vera
 Associação dos Produtores Rurais da Gleba entre Rios - Nova Ubitatã
 Associação Terra Viva -
 Centro Burnier de Fé e Justiça
 Centro de Arte Ameon
 CIMI – Conselho Indigenista Missionário
 CJMT – Coletivo Jovem de Mato Grosso
 COOPERFAMA - Cooperativa da Agricultura Familiar de Marcelândia
 CPT - Comissão Pastoral da Terra
 ECODAM - Associação de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Mato-grossense - Sinop
 FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social
 FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
 FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
 Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA/UFMT)
 Grupo Tucano - Cláudia
 Grupo Raízes – Cáceres
 GT de Combate ao Racismo Ambiental/RBJA
 Instituto Água e Vida
 Instituto Caracol
 Instituto Formiga – Alta Floresta
 Instituto Maiwu
 MAB- Movimento dos Atingidos por Barragem
 MMC - Movimento de Mulheres Campesinas - Colíder
 MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
 PJR - Pastoral da Juventude Rural - Nova Canaã
 Rede de Comunidades Rurais Senhora do Pantanal
 REMARPCOMTRA – Rede Mato-grossense de Povos e Comunidades Tradicionais
 Remanescente de Quilombola Capão do Negro
 Revista Sina
 SINTEP-MT – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
 SINTESMAT- Sindicato dos Técnicos da Unemat

Apoios Nacionais:

GT de Combate ao Racismo Ambiental/RBJA
 Associação de Defesa Etno-Ambiental Kanindé
 Núcleo Brasil sustentável: alternativas à globalização neoliberal/FASE/RJ
 Movimento pelas Serras e Águas de Minas
 Rede Brasileira de Justiça Ambiental

ANEXO D

Audiência Pública da Cana-de-açúcar: Carta aos deputados estaduais e ao governo do Estado de Mato Grosso. Lido e protocolado na ALMT em 06/10/2009.

Aos Deputados Estaduais e ao Governo do Estado de Mato Grosso

O Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Mato Grosso (ZSEE-MT) foi um grande mote para os movimentos sociais deste Estado se apossarem da discussão ambiental e darem um exemplo a esta Casa de Leis e ao Palácio Paiaguás de que a participação popular não deve ser desmerecida e que a atitude cidadã plena de todos os participantes do Fórum Popular do Zoneamento fez tremer os interesses dos desenvolvimentistas a todo custo. Diferentemente do que vinha sendo encaminhado pela Assembléia Legislativa, os movimentos sociais deram a tônica do debate do ZSEE-MT, reivindicando o reconhecimento dos seus territórios, suas identidades e os serviços que prestam em prol da cidadania e do bem estar dos mato-grossenses, sempre com uma perspectiva de inclusão dos legítimos interesses e necessidades dos povos deste estado, respeitando a pluralidade social e a diversidade ambiental de Mato Grosso, pautados num debate SOCIOAMBIENTAL amplo.



A despeito de toda a participação popular, que certamente surpreendeu os poderosos setores políticos e econômicos deste Estado, a Assembléia Legislativa e o Governo Estadual não dispuseram, até este momento, aos movimentos sociais as informações relevantes e os documentos de trabalho que subsidiaram a construção do relatório final do projeto de lei do ZSEE-MT, o que é outro exemplo de pouco interesse que o debate amplo se concretize para além das audiências públicas do ZSEE-MT.

Agora, no exato momento em que o Governo Federal propôs a apreciação pela sociedade brasileira do Zoneamento Agroecológico da Cana, através do Projeto de Lei do Executivo 6077/2009, projeto este que exclui o bioma Pantanal, a Bacia do Alto Paraguai e a Amazônia

das áreas com expansão do plantio de cana-de-açúcar, a ALMT vem alavancar o debate sobre esta questão.

Reforçamos a acertada decisão do Governo Federal através do projeto de Lei e no Decreto sobre o Zoneamento Agroecológico da Cana que propõe não induzir e não permitir a plantação da cana-de-açúcar e a instalação de usinas de álcool em áreas da Amazônia e do Pantanal, por se tratar de ambientes frágeis, com elevados atributos naturais, solos não adaptados e distância dos grandes centros consumidores. Sobre a Amazônia já basta o peso do ônus internacional e a vergonha nacional dos índices de desmatamento dos últimos tempos.



A proibição de novas plantações na Bacia do Alto Paraguai, onde estão localizados os mananciais hídricos que inundam a planície pantaneira, é praticamente um consenso na sociedade brasileira. Governo, ambientalistas e os setores da economia optaram por não colocar em risco a aceitação do álcool brasileiro em mercados internacionais, por conta de uma expansão de cerca de 250 mil hectares. Hoje na BAP se planta cana. A proibição expressa no Zoneamento Agroecológico da Cana foi necessária em função dos riscos à contaminação dos rios e dos aquíferos lá localizados. A Bacia do Alto Paraguai é considerada um ecossistema frágil e de vital importância para o processo de inundação da planície pantaneira.

O PL 6077/09, gera uma grande satisfação pelo fato de excluir o Pantanal e as áreas altas do entorno do Zoneamento Agroecológico da Cana. Há muitos anos a sociedade clama por impedir a instalação de novas plantas industriais de beneficiamento da cana-de-açúcar nestas áreas, pelo grande impacto sobre o meio ambiente decorrente da atividade, sobretudo sobre os recursos hídricos. Diferentemente do que aconteceu com a Lei do Pantanal de Mato Grosso, o Zoneamento Agroecológico da Cana considerou as áreas altas da BAP nas suas

limitações, reconhecendo a influência e a interatividade das áreas altas da BAP com a planície pantaneira, fato completamente abandonado na discussão da Lei do Pantanal em Mato Grosso. Devemos lembrar ainda que a Lei do Pantanal acabou por não reconhecer a diversidade de culturas e a diversidade de relações dos povos com este ambiente, desmerecendo sua importância na manutenção da biodiversidade e na qualidade do ambiente pantaneiro.

Os movimentos sociais têm cobrado dos governos em suas diferentes instâncias, a manutenção e cumprimento da Resolução Conama nº 01, de 05 de março de 1985, que suspendeu a concessão de licenças para instalação de novas destilarias de álcool localizadas nas bacias hidrográficas localizadas no Pantanal Mato-grossense. Essa vitória dos mato-grossenses e dos sul-mato-grossenses deveu-se a sua luta pela preservação do Pantanal e sua gente. Não aceitaremos nenhuma mudança de postura dos governos em relação a este ponto, que consideramos crucial para o debate ora proposto.

Gostaríamos de manifestar a nossa preocupação com os encaminhamentos que a Assembléia Legislativa de Mato Grosso vem tomando com relação a pontos que consideramos cruciais para a questão ambiental no estado. As atitudes dos nossos nobres deputados causam-nos a impressão que legislam visando atender apenas interesses pontuais e de grupos. Vejamos: no ZSEE para se criar as diretrizes para este estado, foi proposto um calendário célere para a as audiências e conseqüente aprovação. O movimento social questionou essa pressa, preocupado com a qualidade dos trabalhos. Em que pé estão os trabalhos do ZSEE? Por que não foi enviada a sistematização dos trabalhos das audiências para os movimentos sociais? Acabou a pressa? Ou existe uma nova estratégia de barganha?

Agora, no Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, os deputados resolvem, novamente, e em detrimento da



qualidade da participação popular, assim como no ZSEE, que o processo requer urgência. Por que tanta urgência? Vamos criar as nossas diretrizes para as áreas de cana-de-açúcar antes que o Governo Federal aprove o Zoneamento Agroecológico da Cana?

São tantas perguntas a serem respondidas para que possamos entender a postura adotada pelos nossos parlamentares. Como, possivelmente o movimento social de Mato Grosso não vai ter essas respostas, que decidimos, mais uma vez, exigir:



- Que os deputados dediquem a concluir os trabalhos do Zoneamento Sócioeconômico e Ecológico de Mato Grosso;
- Que aguardem a aprovação, na esfera federal, do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, que, na nossa avaliação, atende a expectativa da sociedade brasileira;

Atenciosamente,

GTMS- Grupo de Trabalho de Mobilização Social de Mato Grosso

Cuiabá, 06 de outubro de 2009.

ANEXO E

Manifesto - Mapa dos pesadelos: Lideranças partidárias deturpam o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Mato Grosso (ZSEE/MT). Lançado na mídia em 22/03/2010.

Manifesto lançado após a aprovação do Substitutivo 2 do ZSEE pelos deputados estaduais em 22/03/2010 e publicado na mídia e protocolado na ALMT e governo do Estado.

MAPA DOS PESADELOS - LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS DETURPAM O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E ECOLÓGICO DE MATO GROSSO (ZSEE/MT)

Na calada da noite, deputados estaduais mato-grossenses distorcem o projeto de lei que institui ZSEE/MT e propõem um modelo de desenvolvimento, ultrapassado, excludente, ecologicamente inviável e socialmente equivocado.

As redes socioambientais: REMTEA, FLEC e FORMAD, integrantes do Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), e as entidades que assinam este documento, se posicionam frontalmente contra o conteúdo do substitutivo do Zoneamento Socioeconômico Ecológico – ZSEE/MT, que surgiu da manga das ditas lideranças partidárias da Assembleia Legislativa e não respeitou o processo de elaboração do ZSEE/MT estabelecido pelo decreto federal nº4297 de 10 de julho de 2002, alterado pelo Decreto Federal nº6288/2007.

A proposta resulta em uma alteração prejudicial das características e definição das áreas e usos, desconsiderando um diagnóstico ecológico, econômico e social embasado por mais de 20 anos de trabalho da equipe técnica do Executivo, que posteriormente passou por um processo de participação e mobilização social por todo o Estado de Mato Grosso. O projeto apresentado pelo deputado Dilceu Dal Bosco representa uma posição unilateral de um setor econômico específico do Estado em detrimento de outros igualmente importantes para a economia.

Desta forma, refutamos várias diretrizes e alterações propostas nesse novo documento por sua total falta de respaldo popular, legal e técnico. Destacamos a seguir alguns pontos críticos do documento:

- Exclusão de 14 Terras Indígenas em processo de homologação e de demarcação em curso. As lideranças partidárias estaduais erram ao avançar sobre um assunto de competência federal;

- Exclusão de 9 áreas propostas para Unidades de Conservação, além de outras 3 que tiveram suas áreas muito reduzidas. A redução destas áreas corresponde a 73% das áreas propostas para criação de Unidades de Conservação presente no primeiro substitutivo, resultado das audiências públicas.

- Flexibilização de reserva legal em todo o estado inclusive nos ambientes florestais, de áreas frágeis, e nos pantanais do Araguaia e do Guaporé, sem critérios claros e embasados, o que invalida esta proposição do ponto de vista legal

- Redução de 34% da área de floresta que foram destinadas para uso mais intensivo. Isso significa desconsiderar a relevância e potencial da economia de base florestal no Estado.

- Exclusão de áreas de necessidade de proteção aos recursos hídricos, como as cabeceiras dos rios Xingu e Teles Pires também perdeu área para o uso mais intensivo. No total a expansão da categoria consolidada avançou em cerca de 70% sobre as subcategorias de proteção aos recursos hídricos e florestas o que demonstra total desconsideração sobre os estudos que estabeleceram os limites ecológicos destas áreas.

- Exclusão de políticas específicas destinadas à agricultura familiar ao excluir do documento a expressão pequenos produtores. A intenção de eliminar as políticas específicas

destinadas à agricultura familiar em grandes regiões do estado é injustificável dada a relevância deste segmento para a segurança alimentar.

- A permissão de plantio da cana-de-açúcar e produção sucroalcooleira para os Biomas do Cerrado e Amazônia de Mato Grosso não estão liberadas pelo Decreto Federal do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009). Este é um dos exemplos, que a proposta evidencia falta de embasamento técnico e jurídico e incompatibilidade com a legislação federal.

O substitutivo das lideranças partidárias em questão é apresentado de maneira ilegítima, sem um estudo sério e transparência, num processo autoritário e antidemocrático, que representa, assim, um total descaso com a participação da sociedade nas audiências públicas da própria Assembleia Legislativa.

Mesmo com ressalvas, as entidades que abaixo assinam e reconhecem o documento do primeiro substitutivo que tramita na Comissão do Zoneamento da AL como válido para início da negociação, pois o mesmo atende os passos recomendados no processo de elaboração e consulta do zoneamento.

Reafirmamos nosso compromisso na aprovação do ZSEE/MT que considere as potencialidades naturais e a grande diversidade social de Mato Grosso, afinal, este instrumento de política pública é que direcionará sustentabilidade do Estado de Mato Grosso de maneira mais justa tanto ambientalmente, quanto socialmente.

Assim posto, assinam esse documento:

GTMS - Grupo de Trabalho de Mobilização Social
 FLEC – Fórum de Lutas das entidades de Cáceres
 FORMAD - Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
 REMTEA – Rede Mato-grossense de Educação Ambiental
 A.A.A.V - Associação Amigos da Amazônia Viva
 ADUNEMAT – Associação dos docentes da UNEMAT
 ARPA – Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental
 Associação das Mulheres Araras do Pantanal
 AXA -Articulação Xingu Araguaia
 CBFJ - Centro Burnier Fé e Justiça
 CTA de Pontes e Lacerda - Centro de Tecnologia Alternativa
 CIEA-MT - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Mato Grosso
 CIMI – Conselho Indigenista Missionário
 CJMT – Coletivo Jovem de Meio Ambiente Mato Grosso
 CPT/Araguaia - Comissão Pastoral da Terra
 FASE/MT - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
 GPEA / UFMT - Grupo Pesquisador em Educação Ambiental
 Grupo Cultural e Ambiental Raízes
 ICV - Instituto Centro de Vida
 Instituto Caracol
 Instituto Gaia
 MAIWU - Instituto Indígena Maiwu de Estudos e Pesquisa de Mato Grosso
 MST/MT – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Mato Grosso
 OPAN- Operação Amazônia Nativa
 REMSOL - Rede Mato-grossense de Educação e Socioeconomia solidária
 Revista Sina

ANEXO F

Panfleto do Movimento Anti-Violência: Terra Mercadoria ou Vida? Chamada para o ato público em 20/04/2010.



Terra: mercadoria ou vida?

Uma grande maioria das pessoas optou por um modelo de desenvolvimento que privilegiou o lucro do mercado, excluindo aqueles que não tinham acesso ao poder capital. Entretanto, esta opção econômica gerou inúmeras lutas, disputas e violências de várias formas [físicas, emocionais e simbólicas] na sociedade mato-grossense. A ganância pelo mercado gerou conflitos, inúmeras injustiças sociais e desastres ecológicos inconseqüentes. Sob o lema “TERRA: mercadoria ou vida” queremos gritar contra as violências de nossa era, clamando por alternativas econômicas mais solidárias, ecologicamente equilibradas e socialmente justas. Com isto, estamos dizendo que queremos recusar a vacina que pretende imunizar as pessoas, emudecendo os gritos e gemidos conseqüentes da violência que atinge a todos nós todos os dias, a cada minuto.

Para combater a violência, os movimentos sociais organizados de Mato Grosso convidam para o fórum macro-ecumênico, neste momento dando ênfase nas violências contra os povos indígenas. Na oportunidade, também queremos denunciar as violências praticadas na construção do Zoneamento Socioeconômico Ecológico [ZSEE], que ora em trâmite de votação na Assembléia Legislativa, traz uma versão [substitutivo 2] proposta pela bancada majoritária dos deputados estaduais, mas que faz da terra uma mercadoria contra a vida.

Se você foi, ou ainda é vítima da violência, ou conhece pessoas que sofrem contra as injustiças do mundo, some à nossa luta! A sociedade civil participativa pode escrever outra história! Diga não às violências!

**Participe do Fórum macro-ecumênico
dia 20 de abril de 2010 na Praça Alencastro
a partir das 15horas**

Organizadores: CIMI, ICARACOL, MST, GTME, UFMT, FORMAD & REMTEA



ANEXO G

Manifesto de Repúdio ao Substitutivo 3 do ZSEE-MT – Lançado após a aprovação em segunda votação do projeto na ALMT e protocolado na Casa Civil do Governo do Estado em 10/11/2010.

Of. 10/2010

Cuiabá, 10 de Novembro de 2010

Exmo. Sr.
Silval Cunha Barbosa
Governador do Estado de Mato Grosso

MANIFESTO DE REPÚDIO AO SUBSTITUTIVO 3 DO ZSEE-MT

Desprezando os 20 anos de estudos técnicos, as 15 audiências públicas e as inúmeras expressões do controle social participativo pela sociedade civil, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso [AL-MT], entre as estratégias coloniais de dominação e manutenção do *status quo*, aprovou o Substitutivo 3 do Zoneamento Socioeconômico Ecológico [ZSEE] em 27 de outubro de 2010. Apelidado como "substitutivo ruralista" pela sociedade civil, agora ele deverá ser apreciado pelo Governador de Estado, e nas últimas instâncias, pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Nacional [CCZEE] e pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente [CONAMA]. **As entidades que assinam este manifesto clamam pelo SENSATO VETO DO GOVERNADOR**, pelos seguintes motivos:

- A versão atual apresenta inconsistências técnicas, além de desperdiçar um grande orçamento já destinado aos seus estudos e gerará conflitos socioambientais na sociedade mato-grossense de várias ordens. Todo zoneamento deve ser avaliado pela Coordenação Nacional do ZEE, ligada à SDR/MMA, que já vem alertando, por meio de notas e entrevistas, para o descumprimento às normas técnicas exigidas pelo governo federal. O Ministério Público Estadual [MPE] também entregou, em março de 2010, ao então governador Blairo Maggi, um parecer técnico demonstrando sua preocupação com inconsistências que ameaçam a aprovação e que, se levadas adiante, serão motivo de intervenção da Instituição;

- O ZSEE aprovado pela AL é um contrassenso, pois além dos dilemas socioambientais, exclusão social e manutenção da desigualdade no campo, representa um "tiro no pé" do próprio setor de base primária responsável por liderar a desconfiguração da proposta inicial. O mercado internacional de *commodities* agrícolas, por pressão da sociedade, está atento a uma produção que segue, minimamente, as leis. Um Estado sem um zoneamento reconhecido, fruto de um processo sem transparência, enfrentará seguramente restrições à venda da sua produção;

- O processo de construção e tramitação do terceiro substitutivo, desde a segunda votação na plenária, atropela normas regimentais na questão da transparência e lisura. O deputado Dilceu Dal Bosco e as Lideranças Partidárias, desconsiderando a diversidade das contribuições da sociedade mato-grossense que resultaram no primeiro substitutivo, elaboraram um documento às pressas que contempla o setor do agronegócio comprometido com seus próprios interesses. Outro indício de falta de transparência é atribuído ao fato de que o deputado Dilceu Dal Bosco foi indicado, uma semana antes da segunda votação, como o relator da própria proposta, o que evidencia uma demonstração de conflito de interesse na aprovação dentro da comissão.

Os movimentos sociais formados pelas instituições que assinam este documento vêm se posicionando ao longo deste ano para evitar o retrocesso que marcou o processo de aprovação por parte da Assembleia. Além do nosso posicionamento que marca muito um enfrentamento a certos setores econômicos, estamos acima de tudo preocupados com o rumo não transparente, retrógado e irresponsável que configurou a aprovação do ZSEE pela Assembleia e seus reflexos para o desenvolvimento no Estado.

Neste sentido, e pelos motivos expostos acima, repudiamos a aprovação do substitutivo 3 do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso e vimos pedir pelo veto do Governador a este substitutivo 3, com retomada imediata na reformulação da proposta atual do ZSEE nos moldes do primeiro substitutivo.

Pelo veto do governador!
Pelo repúdio à aprovação do substitutivo 3 ZSEE-MT pela
assembleia legislativa!

Cuiabá, 10 de novembro de 2010.

GRUPO DE TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL, GTMS
E demais entidades e movimentos das redes socioambientais

Associação Brasileira de Homeopatia Popular, ABHP
 Associação dos Docentes da Universidade de Estado de Mato Grosso,
 ADUNEMAT
 Associação Nossa Senhora da Assunção, ANSA
 Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental, ARPA
 Centro Burnier Fé e Justiça- CBFJ
 Coletivo Jovem de Meio Ambiente, CJMT
 Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, CIEA-MT
 Conselho Indigenista Missionário, CIMI
 Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia, ENEBio
 FASE Mato Grosso - Educação e Solidariedade, FASE
 Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres, FLEC
 Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, FORMAD

Grupo Cultural e Ambiental RAÍZES
Grupo de Estudos em Educação e Gestão Ambiental - UNEMAT
Grupo de Pesquisa de Movimentos Sociais e Educação, GPMSE-UFMT
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GPEA-UFMT
Instituto Caracol, iC
Instituto Centro da Vida, ICV
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM
Instituto Gaia
Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual, INBRAPI
Instituto Indígena Maiwu
Instituto Matogrossense de Direito e Educação Ambiental, IMADEA
Instituto Socioambiental, ISA
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST
Operação Amazônia Nativa, OPAN
Organização de Mulheres Indígenas de Mato Grosso, TAKINÁ
Rede Axe Dudu
Rede Mato-Grossense de Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, REMAR COMTRA
Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental, REMTEA
Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, SINTEP
Sociedade Fé e Vida
Fórum Teles Pires Vivo.

Protocolo N° 838375/2010 DE 10/11/2010
Casa Civil de Mato Grosso

ANEXO H

Por um ZSEE legítimo e representativo dos diversos segmentos da sociedade mato-grossense
distribuído no ato público em 16/12/2010.

POR UM ZSEE LEGÍTIMO E REPRESENTATIVO DOS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE MATOGROSSENSE

Desprezando os 20 anos de estudos técnicos, as 15 audiências públicas e as inúmeras expressões do controle social participativo pela sociedade civil, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), entre as estratégias coloniais de dominação e manutenção do *status quo*, aprovou o Substitutivo 3 do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE) em 27 de outubro de 2010, apelidado como “substitutivo ruralista” pela sociedade civil. Agora ele deverá ser apreciado pelo Governador do Estado, e nas últimas instâncias, pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Nacional (CCZEE) e pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

As entidades que assinam este manifesto novamente clamam pelo **SENSATO VETO DO GOVERNADOR À LEI APROVADA**, pelos seguintes motivos:

- A versão da lei encaminhada ao Governador pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (AL) apresenta inconsistências técnicas, além de desperdiçar uma grande soma de recursos já utilizados nos estudos, e gerará conflitos socioambientais na sociedade mato-grossense, de várias ordens. Todo zoneamento deve ser avaliado pela Coordenação Nacional do ZEE, ligada à SDR/MMA que, através de Nota Informativa e em reunião com o Governador Silval Barbosa alerta que “as alterações do projeto original foram realizadas num espaço de tempo de três meses. Com isso, toda a fundamentação conceitual e metodológica do ZEE, voltada para assegurar a manutenção da integridade e funcionamento dos ecossistemas, foi desconsiderada”. A nota conclui: “a única via possível de resgate do ZEE é o veto do Governador à lei aprovada pela Assembleia”. O Ministério Público Estadual [MPE] também entregou, em março de 2010, ao então Governador Blairo Maggi, um parecer técnico demonstrando sua preocupação com inconsistências que ameaçam a aprovação e que, se levadas adiante, serão motivo de intervenção da Instituição.

- O ZSEE aprovado pela AL é um contrassenso, pois além dos dilemas socioambientais, exclusão social e manutenção da desigualdade no campo, representa um “tiro no pé” do próprio setor de base primária responsável por liderar a desconfiguração da proposta inicial. O mercado internacional de *commodities* agrícolas, por pressão da sociedade, está atento a uma produção que segue, minimamente, as leis. Um Estado sem um zoneamento reconhecido, fruto de um processo sem transparência, enfrentará, seguramente, restrições à venda da sua produção.

- O processo de construção e tramitação do terceiro substitutivo, desde a segunda votação na plenária, atropela normas regimentais na questão da transparência e lisura. O deputado Dilceu Dal Bosco, presidente da Comissão Especial do Zoneamento e as Lideranças Partidárias, desconsiderando a diversidade das contribuições da sociedade mato-grossense que resultaram no primeiro substitutivo, elaboraram um documento às pressas que contempla o setor do agronegócio comprometido com seus próprios interesses. Outro indício de falta de transparência é atribuído ao fato de que o mesmo deputado Dilceu Dal Bosco foi indicado, uma semana antes da segunda votação, como o relator da própria proposta, o que evidencia uma demonstração de conflito de interesse na aprovação dentro da ALMT. Os movimentos sociais formados pelas instituições que assinam este documento vêm se posicionando ao longo deste ano para evitar o retrocesso que marcou o processo de aprovação da lei por parte da Assembleia. Além do nosso posicionamento que marca um enfrentamento a certos setores econômicos, estamos acima de tudo preocupados com o rumo não transparente, retrógrado e irresponsável que configurou a aprovação do ZSEE pela Assembleia e seus reflexos para o desenvolvimento do Estado.

Entre as principais distorções encontradas no mapa do ZSEE feitas pela ALMT ressaltamos: (1) a exclusão de terras indígenas, (2) a redução de áreas propostas para criação de unidades de conservação, (3) a redução de áreas para manejo florestal sustentável, e (4) a total desconfiguração de áreas necessárias à conservação de recursos hídricos. Estes aspectos, aliados à descaracterização de áreas anteriormente destinadas a políticas específicas para a agricultura

familiar, tiram a total credibilidade do ZSSE de Mato Grosso, como instrumento de gestão territorial do Estado, frente à comunidade nacional e internacional.

Neste sentido, e pelos motivos expostos acima, repudiamos a aprovação deste substitutivo do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso e exigimos:

O veto do Governador a lei aprovada pela Assembleia Legislativa!

A articulação da base de sustentação do governo na ALMT para a manutenção do veto!

Que o poder público estadual (executivo e legislativo) retome o processo de consolidação do ZSEE-MT, a partir da base técnica já disponível sobre o mesmo, somadas às contribuições das audiências públicas já realizadas e sistematizado no substitutivo¹.

Enfim pela condução de um processo democrático e ético do ZSEE debatido e pactuado com a sociedade mato-grossense!

Cuiabá, 16 de dezembro de 2010.

GRUPO DE TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL - GTMS

E demais entidades e movimentos das redes socioambientais

1. Associação Brasileira de Homeopatia Popular, ABHP
2. Associação dos Docentes da Universidade de Estado de Mato Grosso, ADUNEMAT
3. Associação Nossa Senhora da Assunção, ANSA
4. Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental, ARPA
5. Centro Burnier Fé e Justiça- CBFJ
6. Coletivo Jovem de Meio Ambiente, CJMT
7. Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, CIEA-MT
8. Conselho Indigenista Missionário, CIMI
9. Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia, ENEBio
10. FASE Mato Grosso - Educação e Solidariedade, FASE
11. Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres, FLEC
12. Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, FORMAD
13. Grupo Cultural e Ambiental RAÍZES
14. Grupo de Estudos em Educação e Gestão Ambiental – UNEMAT
15. Grupo de Pesquisa de Movimentos Sociais e Educação, GPMSE-UFMT
16. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, GPEA-UFMT
17. Instituto Caracol, iC
18. Instituto Centro da Vida, ICV
19. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM
20. Instituto Gaia
21. Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual, INBRAPI
22. Instituto Indígena Maiwú
23. Instituto Mato-grossense de Direito e Educação Ambiental, IMADEA
24. Instituto Socioambiental, ISA
25. Instituto Teribre, povo indígena Karajá
26. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST
27. Operação Amazônia Nativa, OPAN
28. Organização de Mulheres Indígenas de Mato Grosso, TAKINÁ
29. Rede Axe Dudu
30. Rede Mato-Grossense de Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, REMAR COMTRA
31. Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental, REMTEA
32. Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, SINTEP
33. Sociedade Fé e Vida
34. Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal – ECOPANTANAL
35. Cooperativa dos Pescadores e artesãos de Pai André e Bonsucesso - COORIMBATÁ

ANEXO I

Nota de Repúdio à Contratação Irregular de Consultores.
Protocolado na presidência da ALMT em 26/01/2011.

Ao Excelentíssimo Deputado Estadual, Mauro Luiz Savi
Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso

NOTA DE REPÚDIO À CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE CONSULTORES

É sob a égide do direito democrático que o Grupo de Trabalho de Mobilização Social [GTMS] encontra novas formas de resistência contra as forças hegemônicas do governo liberal. Os membros do GTMS são defensores da justiça para mudar os fenômenos socioambientais, promovendo a mobilização social para que sejamos capazes de erradicar a fome ou a pobreza, os danos ecológicos, as invasões de terras indígenas, os preconceitos étnicos, as corrupções, as impunidades parlamentares, as "fichas sujas", a ignorância e todas as formas monstruosas acirradas pelo capital e livre mercado.

Por isso, O GTMS vem repudiar publicamente a contratação de uma consultoria que, dispensada a licitação por inexigibilidade, deveria ser feita a um profissional de currículo exemplar, tanto quanti como qualitativamente, em consulta pública realizada, quadro inexistente no currículo Lattes do profissional contratado; e, examinados também os artigos que compõem tal currículo, lamentavelmente em nenhuma de suas autorias principais, datadas inclusive há mais de uma década, foi possível constatar tal experiência profissional. É quase impossível um profissional com formação específica na área das ciências agrárias ter feito uma proposta que seja melhor que a original, construída há 20 anos por uma equipe interdisciplinar com dedicação e perfil no contexto do zoneamento socioeconômico ecológico [ZSEE].

O GTMS também vem repudiar a ausência das inúmeras propostas feitas pela sociedade civil, por intermédio da participação nas audiências públicas, nos manifestos, reuniões, encaminhamentos de propostas ou relatórios de seminários, devidamente protocolados na Assembleia Legislativa de MT.

Cientes de que a Lei 8666/93 dispensa a licitação somente em caso de um currículo notável, o GTMS duvida do tipo de serviço prestado, ao custo de R\$ 125 mil reais dos cofres públicos. Repudiamos o Substitutivo 3 do ZSEE de MT porque ele é fruto de um trabalho irregular, de vícios de forma, quesitos e agentes, além de se caracterizar como uma proposta liberal do agronegócio.

Nos ideários neoliberais, a livre escolha do indivíduo [e não do governo] é a essência motriz da sociedade. Obviamente,

as pessoas fazem diferentes escolhas, adotam diferentes valores e almejam diferentes apegos que favorecem uma sociedade pluralista. Entretanto, na outra face da mesma moeda, constroem também uma sociedade cheia de desigualdades. No estado plural e liberal, a economia capitalista é o de livre mercado, geradora de injustiças sociais, disparidades econômicas e prejuízos ambientais.

A ideia de indivíduos livres competindo no mercado, no entanto, é pura ilusão. O que existe são grandes corporações minoritárias exercendo um enorme poder e, muitas vezes, se revestindo como "casa do povo". Mas um governo que aflige seus cidadãos não tem direito de comando e a sociedade civil pode derrubar tal poder. A noção mais bela do direito vem na contrabalança entre um governo tirano e uma cidadania participativa. Enquanto o contrato social justifica os poderes do governo, o direito impõe limites ao que o governo pode fazer. Se nós cidadãos inventamos as leis, é natural que possamos mudá-las e até mesmo aboli-las.

O GTMS repudia a irregularidade e, conseqüentemente, evidencia a inadequação do produto apresentado pela consultoria de José Marcos Foloni, qual seja: o substitutivo 3 do zoneamento socioeconômico ecológico aprovado pela Assembleia Legislativa.

Cuiabá, 26 de janeiro de 2011.

GRUPO DE TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL // GTMS
E redes socioambientais.

1. Associação Brasileira de Homeopatia Popular, ABHP
2. Associação do Centro de Tecnologia Alternativa, CTA de Pontes e Lacerda/MT
3. Associação Rondopolitana de Proteção Ambiental, ARPA
4. Associação Xavante Warã
5. Coletivo Jovem de Meio Ambiente, CJMT
6. Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, CIEA-MT
7. Conselho Indigenista Missionário, CIMI
8. Comissão Pastoral da Terra, CPT Araguaia
9. Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia, ENEBio
10. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Regional Mato Grosso, FASE
11. Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres, FLEC
12. Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, FORMAD
13. Grupo de Pesquisa de Movimentos Sociais e Educação, GPMSE-UFMT
14. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, GPEA-UFMT
15. Instituto Caracol, iC

16. Instituto Centro de Vida, ICV
17. Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal, ECOPANTANAL
18. Instituto Gaia
19. Instituto Indígena Maiwu
20. Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso, IMUNE MT
21. Instituto Pró-Ambiência de Mato Grosso, IPAMT
22. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST-MT
23. Operação Amazônia Nativa, OPAN
24. Rede Axé Dudu
25. Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras
26. Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental, REMTEA
27. Rede Mato-grossense de Educação e Socioeconomia Solidária, REMSOL
28. Revista SINA

ANEXO J

Carta do Seminário Zoneamento de Mato Grosso - avaliação e perspectiva.
Elaborada em 27/05/2011.

SOCIEDADE SE POSICIONA CONTRA ZONEAMENTO RURALISTA DE MATO GROSSO E SOLICITA PROVIDÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS

Documento final do Seminário “O Zoneamento de Mato Grosso: avaliação e perspectivas”, realizado em Cuiabá no dia 27 de maio de 2011, com a participação de mais de uma centena de organizações da sociedade, pesquisadores, movimentos sociais, agricultores familiares, comunidades indígenas e diversos segmentos da sociedade.

Nos primeiros meses de 2011 o desmatamento voltou a disparar em Mato Grosso. A situação é resultado das expectativas de anistias e de afrouxamento das leis ambientais, em especial a lei do zoneamento do Estado e as mudanças do Código Florestal. A situação pode ficar pior caso medidas contundentes não sejam tomadas imediatamente. Essa é apenas uma primeira amostra dos problemas resultantes desse (não) zoneamento aprovado.

Organizações da sociedade, pesquisadores, movimentos sociais, agricultores familiares, comunidades indígenas e diversos segmentos da sociedade, reunidos no Seminário *Zoneamento de Mato Grosso: avaliação e perspectivas*, realizado no Auditório das Promotorias de Justiça de Cuiabá, em 27 de maio de 2011, vêm manifestar posicionamento contrário e alertar a sociedade em relação à lei estadual do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Mato Grosso, lamentavelmente sancionada pelo governador Silval Barbosa, mesmo desconsiderando pareceres técnicos e jurídicos de especialistas do próprio estado, que recomendavam o veto total.

Após 20 anos de estudos técnicos, várias idas e vindas, 16 audiências públicas promovidas pela Assembleia Legislativa, muitas das quais com confrontos diretos e violentos e as inúmeras expressões do controle social participativo pela sociedade civil, a lei aprovada contém graves erros técnicos e jurídicos e desconsidera o grande volume de estudos realizados, bem como as contribuições e reivindicações feitas pelos vários segmentos da sociedade, atendendo apenas ao setor ruralista; o que coloca em risco a sustentabilidade social, econômica e ambiental do Estado, principalmente devido aos seguintes pontos:

A tramitação da proposta substituta, desde a sua criação pela Assembleia Legislativa até a sanção pelo governador, foi feita de forma obscura, sem transparência das informações como devem ser os atos públicos. O projeto foi criado, modificado, votado algumas vezes, aprovado e sancionado sem que os mato-grossenses tivessem acesso ao conteúdo e, com isso, pudessem se manifestar.

A lei aprovada desfigura a proposta enviada pelo próprio governo, em 2008, elaborada com base em estudos técnicos criteriosos e que foi submetida a consultas públicas. Portanto, o zoneamento dos deputados e do Governador Silval Barbosa desrespeita critérios técnicos, científicos, legais e democráticos. Reflete o verdadeiro nível de desprezo do governante com o povo do seu estado. Fato claramente mostrado pela total desconsideração das propostas apresentadas pelos movimentos sociais e ambientais, marcadamente as propostas relacionadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais, agricultura familiar e proteção de mananciais e de florestas.

Os mecanismos propostos pela lei causarão graves prejuízos ambientais, sociais e econômicos a Mato Grosso, pois defende interesses político-econômicos de somente um único grupo social, representado pelo agronegócio com vistas apenas à sua expansão

imediate. Sem uma lei de ordenamento territorial que leve em consideração os limites e as diversidades dos ecossistemas, das riquezas culturais e das potencialidades econômicas, o estado terá dificuldades para se desenvolver no longo prazo.

A lei também apresenta visíveis incompatibilidades com a Legislação Federal em vigor e tenta antecipar possíveis flexibilizações do Código Florestal ainda não aprovadas, entre elas: a) autoriza o plantio de cana-de-açúcar em áreas já proibidas; b) flexibiliza o percentual de Reserva Legal para fins de recomposição em 50% em áreas florestais para desmatamentos ocorridos até a data da publicação da lei, quando deveria utilizar um marco legal em vigor, para não legalizar desmatamentos recentes; c) isenta de recomposição de Reserva Legal as propriedades com até 400 hectares, o que contradiz o Código Florestal, sendo, portanto, inconstitucional.

O Zoneamento aprovado autoriza a prática de agricultura e pecuária de alto impacto em amplas áreas de suma importância para a conservação dos recursos hídricos o que irá comprometer o abastecimento de água em várias bacias, pois; aumenta a pressão pelo desmatamento e prejudica o setor de base florestal, pois diminui as áreas de florestas com vocação ao manejo florestal; não reconhece a agricultura familiar como componente econômico; estimula o conflito fundiário ao não reconhecer as Terras Indígenas em processo de homologação, entre outros pontos.

Também reduz as áreas protegidas em 85% em relação à proposta original, de 6.36 milhões de hectares, para apenas 941 mil hectares destinados à conservação. Tal redução tem consequências graves, não só para os processos ecológicos e serviços ambientais mantidos pelos diversos ecossistemas de Mato Grosso, como também para a sustentabilidade da própria produção agrícola. Além disso, reduz à possibilidade de compensar o passivo de reserva legal em unidades de conservação, conforme prevê a lei.

Ao desconsiderar Terras Indígenas, e mesmo zoneá-las, incluindo áreas inseridas nestas terras indígenas como zonas específicas, o Zoneamento aprovado, passa a se constituir num instrumento legal inconstitucional, violando o reconhecimento aos territórios, tradições e costumes dos povos indígenas, protegidos pela Constituição Federal.

Sabemos da importância e da necessidade de um zoneamento, tanto como ferramenta de ordenamento territorial e de racionalização econômica com vistas à sustentabilidade do estado, quanto como instrumento de reconhecimento da sua rica diversidade cultural e natural. Não podemos, no entanto, concordar com as distorções e ilegalidades do ZSEE sancionado pelo governador Silval Barbosa e, por isso, reivindicamos um zoneamento que beneficie a todos os cidadãos igualmente, inclusive as gerações futuras.

Assim, vimos solicitar à Comissão Nacional de Zoneamento, ao Ministério do Meio Ambiente e ao Conselho nacional de Meio Ambiente – CONAMA que, diante das diversas irregularidades e inconsistências técnicas e legais apontadas e dos prejuízos embutidos na lei, interrompam o trâmite dessa lei e devolvam ao governo do estado, indicando que seja retomado o projeto que tem como base os estudos técnicos realizados.

Solicitamos ainda ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal que, com a maior brevidade possível, entrem com ações em suas áreas de competências para anular os efeitos dessa nefasta lei. Ao mesmo tempo, reiteramos nossa confiança nas instituições públicas responsáveis por zelar pela aplicação correta das leis, pelo patrimônio do estado e pelos direitos da população.